

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ALINE BARBOSA FIGUEIREDO GOMES

**AS PRISÕES DO FEMININO E AS MULHERES NAS PRISÕES: UM RECORTE
SOBRE A MATERNIDADE ENCARCERADA**

NITERÓI

2010

ALINE BARBOSA FIGUEIREDO GOMES

**AS PRISÕES DO FEMININO E AS MULHERES NAS PRISÕES: UM RECORTE
SOBRE A MATERNIDADE ENCARCERADA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção ao grau de mestre. Área de concentração: Subjetividade, Política e Exclusão Social

ORIENTADORA

PROFESSORA DOUTORA CECÍLIA MARIA BOUÇAS COIMBRA

NITERÓI

2010

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

G633 Gomes, Aline Barbosa Figueiredo.

As prisões do feminino e as mulheres nas prisões: um recorte sobre a maternidade encarcerada / Aline Barbosa Figueiredo Gomes. – 2010.

109 f.

Orientador: Cecília Maria Bouças Coimbra.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2010.

Bibliografia: f. 106-109.

1. Mulher prisioneira – Aspecto histórico – Rio de Janeiro. 2. Maternidade. I. Coimbra, Cecília Maria Bouças. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título

ALINE BARBOSA FIGUEIREDO GOMES

**AS PRISÕES DO FEMININO E AS MULHERES NAS PRISÕES: UM RECORTE
SOBRE A MATERNIDADE ENCARCERADA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção ao grau de mestre. Área de concentração: Subjetividade, Política e Exclusão Social

APROVADO EM _____ DE _____ DE 2010

BANCA EXAMINADORA

PROFESSORA DOUTORA CECÍLIA MARIA BOUÇAS COIMBRA
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

MARIA LÍVIA DO NASCIMENTO
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

ANNA PAULA UZIEL
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DEDICATÓRIA

A todas as pessoas que neste momento estão atrás das grades. Que um dia, ao saírem, possam conhecer este trabalho. Àquelas mulheres que estão parindo e não sabem o destino de seus filhos. Àquelas que estão sofrendo algum tipo de violência e que cotidianamente passam despercebidas; por se tratarem de violências ditas comuns, tão comuns que nem são consideradas violência. A todos os militantes dos Direitos Humanos e àqueles que não se conformam com as injustiças, covardias e opressões.

Saiu da cadeia sem um puto
Sol na cara monstruoso
Ele é da alma "trip" dos malucos
Belo, mas nunca vaidoso
Um dia comparado a mil anos
Saiu lendo o Evangelho
Vida e morte valem o mesmo tanto
Evolução do novo para o velho
Puxava seus cabelos desgrehados
Vendo a vida assim fora da cela
Não quis ficar ali parado
Aguardando a sentinela
A vida parecia reticente
Sabia do futuro e do trabalho
Lembrou de sua mãe já falecida
Verdade era seu princípio falho
Pensando com rugas no rosto
Olhava a massa de cimento
A sensação da massa fresca
Transmitia às mãos o seu tormento
Trabalhava, ganhava quase nada
Fazendo frio ou calor
Difícil era quem aceitasse
Um cara que já matou
Se olhou como um assassino
No espelhinho da construção
O que viu foi sua cara de menino
Quando criança com seu irmão
Aonde anda seu irmão?
Em algum buraco pelo chão
Ou frequenta alguma igreja
Chamando a outros de irmãos
Sábios não ensinam mais
Refletiu sua sombra magra
Com o pouco que raciocina
Ele orava, ele orava
Mas o Cristo de madeira não lhe dizia nada

(Ana Carolina- O Cristo de madeira)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a todas as mulheres que me permitiram realizar a pesquisa, principalmente àquelas que me contaram parte de suas vidas e que permitiram que estes fragmentos estivessem neste trabalho. Agradeço muito ao tempo que dedicaram às entrevistas e a confiança que depositaram em mim, na medida em que falaram sobre suas histórias, mesmo estando em uma situação complexa como a prisão.

Devo muito aos amigos especiais que me acompanharam nesta jornada e me ajudaram a enriquecer o trabalho, dividindo comigo suas opiniões e angústias.

À Marina Vilar, carinhosamente chamada de “madrinha”, por me encorajar a entrar no mestrado e me tranquilizar nos momentos de desespero.

Ao amigo Zé, que esteve comigo desde o início compartilhando meus medos, minhas ideias e preocupações. Incansável, sempre me deu conselhos e ajuda teórica, por isso é chamado por mim de coorientador. Agradeço as nossas longas conversas de carona, nossos e-mails trocados e trabalhos apresentados em dupla durante esse período. Agradeço seu apoio, sua amizade e sua dedicação.

À amiga Sheila, que com sua tranquilidade e serenidade me acalmou e me acolheu com seu jeito meigo de ser.

À tão especial orientadora Cecília Coimbra, a esse nosso encontro inesquecível e tão rico. Fico muito feliz que em algum momento da minha vida nossos caminhos tenham se cruzado... A esta mulher forte, vibrante, inteligente, corajosa e generosa, que me ensinou muito não só dando apoio acadêmico, mas principalmente me fazendo pensar e desconstruir o que parecia cristalizado. Por me fazer refletir no meu fazer pesquisador, por provocar minha pesquisa e por sempre conseguir respeitar o meu querer, aderindo a ele também. Pelo apoio constante, pela liberdade! Encontrar com ela foi algo muito especial, pois me sinto mais forte e mais capaz a partir deste contato. O que ficou de mais pregnante foi a sua simplicidade e humildade ao orientar e o encantamento com essa mistura de fortaleza com doçura, que diz coisas difíceis de ouvir com cuidado. Que bom que pude conhecê-la e dividir com ela uma parte tão importante da minha vida!

À querida Anna Paula Uziel, que já está tão presente em minha vida que nem sei mais qual referência tenho dela: é uma parceira de pesquisa, orientadora de monografia, professora,

coorientadora de mestrado, banca da qualificação e da defesa, enfim, muito presente em minha vida acadêmica. Agradeço muito ao nosso encontro e por poder compartilhar muito da minha vida profissional com alguém tão especial e diplomática. Detalhista, me ajudou a enxergar pontos do trabalho que não conseguia ver; sempre disposta a auxiliar minha pesquisa. Graças a ela este trabalho foi possível, pois foi através do seu convite para participar da pesquisa realizada a partir do convênio entre UERJ e SEAP que este trabalho foi realizado. Agradeço por sempre ler com carinho o que escrevi e sempre aceitar meus convites apesar da vida super atribulada. Obrigada pela paciência e pelo acolhimento.

À Lilia Lobo, que participou da minha qualificação e à professora Maria Lívia do Nascimento, que aceitou o convite para participar da banca de defesa. Agradeço também pela confiança e oportunidade de me orientar na disciplina “atividade orientada”, na qual tive a experiência de dar aula, uma experiência maravilhosa e desafiadora. Agradeço também a sua organização, que permitiu que eu me organizasse também.

Aos professores da UFF que foram muito importantes nessa jornada, que são muito bem preparados e que amam o que fazem, espalhando o interesse e o encanto da pesquisa para os alunos.

À secretária Rita, que me ajudou muito desde o período de inscrição até o encerramento desse processo. Sempre rápida e competente, produziu todos os documentos que solicitei.

Às colegas que me auxiliaram na escrita: Márcia Badaró e Érika Reis.

Aos meus pais, que confiaram no meu potencial e que muitas vezes entregaram meu material escrito, desviando seus caminhos para me ajudarem.

Ao meu marido que compreendeu que a distância seria necessária para minha realização profissional.

Agradeço a todos aqueles que passaram pela minha vida e que ajudaram, cada um de sua maneira, a compor o que sou hoje e a dar continuidade a esse trabalho. Aos colegas de mestrado e de orientação, que compartilharam esse caminho comigo, aos colegas e amigos da vida, que sempre me escutaram nos momentos difíceis e que, mesmo sem poder ajudar diretamente na pesquisa, sempre tinham algo construtivo a dizer.

RESUMO

Este trabalho é fruto de uma experiência de pesquisa realizada com mulheres que tiveram filhos durante o período de encarceramento no Rio de Janeiro entre 2007 e 2010. Foi realizado por mim enquanto estudante da pós-graduação na UERJ, e ganhou novos contornos no mestrado. Esta pesquisa foi realizada através de um convênio entre a UERJ – Universidade do Rio de Janeiro – e a SEAP – Secretaria do Estado de Administração Penitenciária –, e contou com o apoio do CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico –. O estudo visa relatar a experiência do encarceramento e da maternidade neste contexto, bem como alguns dos aprisionamentos vividos pelas mulheres ao longo do tempo. Foi feito um breve histórico sobre os presídios femininos e a condição de aprisionamento das mulheres, traçando um paralelo com a maternidade, muitas vezes vivida como mais uma forma de prisão do feminino, visto que muitas vezes a mulher foi reduzida a uma visão heteronormativa e reducionista, na qual só encontrava um lugar valorizado na sociedade através da maternidade aos moldes higiênicos. A prisão foi relatada através da vivência destas mães, e a partir destes diversos olhares foi feita uma análise crítica baseada em estudos sobre produção de subjetividades transversalizando-a em outros saberes advindos principalmente da Filosofia da Diferença. A Unidade Materno Infantil, situada no complexo de Gericinó, no bairro de Bangú, no Rio de Janeiro, foi utilizada como pano de fundo para os relatos da maternidade na prisão. Desta forma, o título do trabalho visa relacionar as prisões do feminino com a maternidade na prisão, tentando articular estas duas instâncias, muitas vezes entendidas como distantes e diferentes uma da outra: a maternidade e a prisão.

Palavras-chave: prisões femininas, maternidade na prisão, mulheres em privação de liberdade.

ABSTRACT

This work is the result of an experience of research with women who gave birth during the period of incarceration in Rio de Janeiro between 2007 and 2010. It was done by me as graduate student at UERJ, and gained new contours in the master's degree. This research was conducted through a partnership between UERJ - Universidade do Rio de Janeiro - and SEAP - Secretaria do Estado de Administração Penitenciária - and had the support of CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico -. The study aims at reporting the experience of imprisonment and motherhood in this context as well as some of the lockups experienced by women over time. It was made a brief history of women in prisons and women's condition of imprisonment, drawing a parallel with motherhood, often experienced as another form of imprisonment of women, since women often was reduced to a heteronormative vision and reductionist in which only found a valued place in society through motherhood to hygienic manner. The arrest was reported by the experience of these mothers, and from these various perspectives was done a critical analysis based on studies of disciplinary subjectivity. Unidade Materno Infantil, located in the complex Gericinó, in the neighborhood of Bangu, Rio de Janeiro, was used as a backdrop for the stories of motherhood in prison. Thus, the title aims to relate the women's prisons with motherhood in prison, trying to link these two instances, often seen as opposites: motherhood and prison.

Keywords: women's prison, motherhood in prison, woman in custody.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I: UMA HISTÓRIA POSSÍVEL DAS MULHERES.....	21
1 Construindo um pensamento sobre a história das mulheres.....	23
1.1 Uma Perspectiva Sexista sobre a mulher	25
1.2 As mulheres no século XIX	29
2. O mito materno	34
CAPÍTULO II: MULHERES ATRÁS DAS GRADES.....	48
2 Como chegamos à UMI (Unidade Materno Infantil): a pesquisa inicial.....	52
2.1 Fotografando a Unidade Materno Infantil (UMI):	56
2.2 “Um lugar onde os bebês não choram”	59
2.3 Alguns olhares sobre a UMI.....	69
CAPÍTULO III: DE MÃES POBRES DESNATURADAS À PRODUÇÃO DE MÃES BOAS NA PRISÃO.....	80
3 A mãe pobre e incompetente.....	82
3.1 O momento do parto: as relações de violência que se estabelecem ao se tornar mãe na prisão:	84
3.2 Os atravessamentos do higienismo na maternidade prisional: aprendendo a ser mãe.	89
3.3 A separação:	96
TABELA I – Principais dados das entrevistadas	100
CAPÍTULO IV: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS	106

INTRODUÇÃO

"Eu gosto de ser mulher
Que mostra mais o que sente
O lado quente do ser
Que canta mais docemente"

(Maria Bethânia- O lado quente do ser)

Esta pesquisa surgiu a partir do estágio da graduação, cumprido por todo ano de 2007, em uma penitenciária feminina de semiliberdade no complexo de Gericinó, em Bangu, Rio de Janeiro. Este estágio deu-se pela imensa curiosidade que tinha em conhecer um mundo que, até então, julgava ser muito diferente do meu. Imaginava que por trás das grades estariam pessoas perigosas, ou mesmo “sem opção”, pois teriam sido “obrigadas” a roubar por não terem tido oportunidades. Pensando assim, considerava que na cadeia só havia criminosos perigosos.

Apesar disso, tinha interesse em saber o que acontecia lá dentro, por que essas pessoas estavam lá e como era seu dia a dia. Interessava-me saber mais sobre elas apesar dos estereótipos que havia e há a respeito, e que eu mesma trazia comigo. A vontade de conhecer de perto e poder tirar minhas próprias conclusões foi maior que o medo e o preconceito. Este fato me possibilitou estar aberta a esta experiência e me permitiu ser surpreendida.

No primeiro dia de estágio, estava receosa com as recomendações que havia recebido dos próprios psicólogos e dos demais funcionários da SEAP (Secretaria do Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro) sobre as mulheres que, segundo eles, seriam “piores do que os homens”, no sentido de se mostrarem menos respeitadas e mais ruidosas. Desta forma, esperava encontrar um lugar sujo, com mulheres mal encaradas, tristes, sérias, caladas, tal qual a mídia nos mostra através das novelas e reportagens que retratam o mundo do cárcere, enfocando as perigosas rebeliões dos presos.

Para minha surpresa - sem idealizações - encontrei mulheres sorridentes, maquiadas, que cuidavam do jardim e da biblioteca, e que não me causaram qualquer temor.

Apesar de que, no início, ao ficar sozinha com elas, senti-me desprotegida, com receio de que algo pudesse acontecer a qualquer momento; porém, isto advinha muito mais de meus preconceitos do que de algum fato concreto.

Isto aponta como nossas subjetividades são forjadas para que se produza sobre estas pessoas que foram presas o peso do terror, da delinquência e do perigo iminente. Isto se instaura de tal maneira que, mesmo na relação de convívio com elas, somos mobilizados por esta primeira imagem que produz medo em cada um de nós. O conceito de produção de subjetividades aqui apresentado diferencia-se da tradição clássica psicológica e filosófica, na medida em que não pensa a noção de subjetividade relacionada a uma identidade centrada no indivíduo. “Falamos ao contrário, de subjetividades como um efeito da conjugação de um conjunto de sistemas heterogêneos de referência econômicos, políticos, tecnológicos bem como de sistemas afetivos, perceptivos, corporais, inconscientes, etc.” (Fonseca, 2008, p. 1).

Após algumas semanas de trabalho, fui conhecendo estas mulheres cuja única diferença que tinham de mim era o fato de terem sido capturadas pelas malhas da justiça

Descobri ali, onde menos esperava, pessoas, mulheres que, além de criminosas, como constava em seus prontuários, eram muitas outras coisas. Isto nos remete ao conceito de multiplicidade trabalhado por Guattari (1992), pois, ao considerarmos a produção de subjetividades, entendemos o indivíduo como um misto de heterogeneidades, o que nos permite ser muitas coisas além de uma personalidade fechada, de uma natureza ou identidade. Assim como as subjetividades são produzidas, os corpos também são efeitos de produções.

A noção de corpo estará sendo entendida como um tipo de individuação complexa constituída por uma multiplicidade de componentes heterogêneos, podendo aparecer sob a forma de um personagem individual, conceitual, ou ainda sob a forma de organizações sociais, institucionais, políticas, entre outras (Fonseca, 2008, p.2).

Segundo Guattari (1992, p. 40) “Uma coisa é a individualização do corpo. Outra é a multiplicidade dos agenciamentos de subjetivação: a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social”.

Esta constatação pode à primeira vista parecer óbvia, ou seja, a ideia de que as prisioneiras são pessoas comuns. Porém, é exatamente com o oposto desta afirmação que estamos acostumados, pois o que se crê é que aquele que é capaz de cometer um delito, naquele instante rompe um contrato social importante que o desqualifica enquanto sujeito de

direitos e deveres sociais; assim, torna-se um inimigo da sociedade, ou até mesmo deixa de ser humano. Isto é evidente em frases que comumente ouvimos como: “*preso é bicho*”, “*preso é tudo igual*”. Estas são frases ouvidas por mim dentro do cárcere, e pronunciadas muitas vezes pelas próprias detentas. Isto mostra a produção de uma certa subjetividade sobre elas próprias, que as faz assumir a desqualificação que se produz sobre elas. Estas afirmações passam pelo filtro da identidade, ou seja, da ideia de que existe uma essência, uma identidade formatada e fechada que compõe e circunscreve os sujeitos. Entretanto, o que podemos encontrar em alguns autores da Filosofia da Diferença como Guattari é diferente, ou seja:

O sujeito, segundo toda uma tradição filosófica e das ciências humanas, é algo que encontramos como um ‘être-lá’, algo do domínio de uma suposta natureza humana. Proponho, ao contrário, a ideia de uma subjetividade de natureza industrial, maquínica, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida (Guattari apud Coimbra, 2009, p.4).

Partindo deste contexto, minha curiosidade e, ao mesmo tempo, abertura para as demais possibilidades que poderia encontrar naquele espaço, foi uma maneira de resistir, ou melhor, de não me render a conceitos já preestabelecidos; foi uma aposta na experimentação capaz de criar novos sentidos, novas formas de viver o mundo dentro da prisão; foi permitir me abrir para outras lógicas, diferentes dos “modos de subjetivação hegemônicos, os que buscam a organização, a ordenação, a hierarquização, a homogeneização das diferenças e das multiplicidades” (Coimbra, 2009, p. 8).

A partir desta experiência, surgiu o interesse em registrar, escrever sobre aquele momento vivido e, assim, fiz minha monografia baseada no tema “prisões femininas”. Naquele trabalho, relato, além de fatos históricos inerentes ao tema, minha experiência de estágio, na qual produzi uma pesquisa com 50 internas relacionada a motivações para o crime.

Aquela pesquisa desenvolvida me chamou atenção para questões referentes ao feminino. Percebi a prisão feminina como um aprofundamento de outras prisões acerca do feminino. Segundo Foucault (2008), a prisão leva ao mais alto grau os sistemas de exclusão e controle que existem na sociedade. Embora existam nas escolas, empresas, hospitais, mecanismos de controle, disciplina e exclusão, todavia, na prisão tais mecanismos são levados ao extremo.

Como estagiei em uma penitenciária de semiliberdade, ou seja, um regime intermediário entre os regimes fechado e aberto, sentindo ainda a necessidade de continuar em contato com estas mulheres que, acima de tudo, me ensinaram a viver e ver o mundo de maneira diferente, iniciei a pós-graduação em psicologia jurídica na UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), onde pretendia aprofundar meus estudos para posteriormente voltar ao presídio, agora como profissional e não mais como estagiária, o que já modificaria minha permanência no estabelecimento. Durante a pós-graduação, em que estava somente “entre os livros”, ou seja, sem trabalho de campo, resolvi tentar o mestrado na UFF (Universidade Federal Fluminense), com a esperança de poder estar no campo e rever estas pessoas, ainda que de maneira indireta.

O fato de ter feito a pesquisa ainda na graduação me possibilitou criar um vínculo de confiança com muitas mulheres e, por isso, pensei que poderia estar no campo, embora fora da cadeia, investigando a liberdade condicional, momento em que a prisioneira deixa de ser detenta, porém continua pagando sua pena em “liberdade”, o que faz com que, neste período, sua vida continue restrita e vigiada. A partir disso, pensei em direcionar meus estudos para este regime de pena e meu projeto foi aprovado para esta pesquisa.

Neste íterim fui convidada a participar pela UERJ de uma pesquisa que visava analisar a maternidade no sistema prisional; ou seja, que sentidos circundam o fato de ser mãe e estar presa, que interferências este fato impõe para a criança, a família e a mulher em questão.

Nesta experiência, que iniciei em agosto de 2008, entrei em contato com diversas técnicas psicólogas, assistentes sociais e estagiárias do sistema prisional, e através desta pesquisa pude perceber a burocracia que atravessa os estabelecimentos no mundo capitalista, em especial o prisional. Assim, em contato com coordenadoras dos departamentos de psicologia e serviço social da SEAP (Secretaria do Estado de Administração Penitenciária), fui informada, para minha surpresa, que não poderia realizar as entrevistas para o mestrado com as mulheres em liberdade condicional sem o aval do Estado, sob a justificativa de que estas mulheres têm alguns de seus direitos suspensos, sendo o Estado responsável por sua tutela! Assim como os escravos, o corpo e a voz destas mulheres pertencem ao Estado, pois, enquanto presas, não têm mais o domínio de suas próprias vidas, sendo tuteladas e aprisionadas, em um sentido mais amplo, pelo Estado.

Diante disso, encontrei como melhor solução pesquisar algo que há muito tinha interesse e que de alguma maneira se relaciona perfeitamente com o ocorrido: a opressão ao feminino. Desta maneira, iria pensar como se constituem essas prisões no cotidiano com as mulheres ditas livres. Logo, observando a questão do feminino como uma grande instituição¹, percebemos que ela está aí, nas falas, nas leis e nos atos de todos que povoam o mundo. E, com isso, poderia também estar no presídio. Assim, por intermédio de outra pesquisa, conseguiria colher dados decorrentes da observação, que enriqueceriam o estudo e, principalmente, minha condição feminina. Além disso, se pensarmos a prisão como um dos estabelecimentos de controle, perceberíamos as diversas prisões nas quais estamos imersos.

Tem-se estruturas de vigilância inteiramente generalizadas das quais o sistema penal, o sistema judiciário são uma peça assim como a prisão, por sua vez também o é; estruturas de vigilância das quais a psicologia, a psiquiatria, a criminologia, a sociologia, a psicologia social são os efeitos. É ali, nesse panoptismo geral da sociedade, que se deve reinserir o nascimento da prisão (Foucault, 2008, p.72).

Assim, inesperadamente, minha pesquisa tomou outro rumo, talvez até mais interessante, visto que me senti mais impulsionada a escrever. Um caminho que não excluía o anterior, mas o coloria com tons mais fortes do que pensava anteriormente. Por acaso ou não, me vi potencializada a povoar este tema.

Entretanto, após a qualificação e com o andamento da pesquisa da pós-graduação da UERJ, resolvi afunilar o tema de investigação e agora este estudo se propõe a uma pesquisa de campo no ambiente prisional direcionado a mulheres que engravidaram durante a prisão, ou que tinham filhos menores de seis meses de idade quando foram presas.

Trata-se de um mergulho neste contexto prisional que difere muito do ambiente comum das prisões femininas, pois se direciona exclusivamente à maternidade.

Esta pesquisa se baseia em entrevistas feitas para a pesquisa que realizei paralelamente ao mestrado, para a especialização em psicologia jurídica, e que se ocupava de perceber os

¹ De acordo com análise institucional, pensa-se instituição como um termo que “escapa ao empirismo (instituição = estabelecimento) e ao pragmatismo e profissionalismo (instituição = técnica). Instituição. aparece como algo imediatamente problemático, como algo não localizável: FORMA GERAL das relações sociais, que se instrumenta em estabelecimentos e/ou dispositivos” (RODRIGUES, P. 33). Ou seja, a instituição é uma forma social muitas vezes naturalizada, tomada como geral e universal, que se cristaliza através de práticas, agentes, estabelecimentos, organizações, discursos, pela mídia, ou melhor, instâncias que procuram naturalizá-la a todo tempo. Porém há sempre forças transformadoras e subversivas que atualizam e modificam as instituições, pois os caminhos sempre podem desencaminhar, na medida em que estas formas, embora estejam a todo tempo sendo instrumentalizadas para se manterem, também podem se transformar e deixar de existir

sentidos da maternidade para as mulheres presas, para os operadores do direito, profissionais do sistema prisional, famílias extensas e acolhedoras, que ficariam com os filhos das prisioneiras enquanto estas cumprissem a pena, apesar de existirem casos nos quais as crianças são adotadas e, portanto, não voltam para os cuidados da mãe.

Procurar-se-á, com os dados das entrevistas realizadas com as mulheres presas e conversas informais obtidas e registradas com profissionais do sistema prisional, perceber que contornos possuem a maternidade na prisão, como esta incide sobre ela e de que maneira ambos os processos maternidade e prisão se constituíram e se relacionaram ao longo do tempo.

Assim, com o material da pesquisa anterior, será feita outra pesquisa, com enfoque diferente, mas direcionado aos dados coletados na anterior. Neste trabalho, serão trabalhadas onze entrevistas. Busca-se um recorte de uma pesquisa maior com outros objetivos, porém com a maternidade e a prisão como temas centrais em ambas.

Primeiramente, houve um estudo de todas as entrevistas realizadas para a pesquisa anterior, que totalizam 37. Posteriormente, foram elencados os temas mais comuns que apareceram nelas. E, a partir disso, onze entrevistas foram escolhidas por mim por contemplarem estes pontos. Entretanto, cada uma traz as suas peculiaridades e aborda de maneiras diferentes tais temas. Utilizei dados de entrevistas feitas por mim e feitas por outras componentes do grupo como material para este trabalho que se apresenta.

Logo, partiu-se do geral para o particular, a fim de ilustrar de maneira mais potente e detalhada um universo maior de mulheres a respeito dos temas.

É importante dizer que estes temas não foram previamente selecionados; eles apareceram nas entrevistas e receberam um recorte meu de acordo com o que percebia ter se repetido com mais frequência, e com o que considerei ser pertinente para a pesquisa. Neste caso, é importante pensar como a implicação do pesquisador influencia na pesquisa, pois se ele não é neutro e suas questões estão implicadas e misturadas com a pesquisa, esta não pode ser algo asséptico, sem qualquer direcionamento. Desta forma, é afirmada a pesquisa intervenção, na qual o pesquisador não nega a sua subjetividade, “Ele tenta examinar o sentido deste cargo para compreender em que ele está ‘preso’, o que dele é implicado (...)” (Khon, 1985, p. 819).

Isto significa dizer que, neste momento da pesquisa, a implicação do pesquisador se torna mais evidente, embora esteja sempre presente. No momento de elencar os dados é que as questões da pesquisa se esbarram nas questões próprias do pesquisador, sendo ele confrontado com isto.

A finalidade é antes elucidar um ou alguns dos múltiplos componentes que se combinam para produzir os fatos no mundo. A finalidade é escolher um pequeno número de características próprias ao pesquisador, a tecer um fio condutor singular de sua construção teórica (...). Do fato da dupla inscrição na ação e na pesquisa, o 'ator-autor' possuiu um duplo, mesmo triplo objetivo: produção de conhecimento, e também ação social e/ou desenvolvimento pessoal. Que a convicção da significação de sua ação o estimule, ou que sua insatisfação lhe seja insuportável, é impossível a ele largar seu objetivo social e/ou pessoal em proveito de um objetivo único de conhecimentos "desinteressados" (Khon, 1985, p. 819-820).

Esta pesquisa relata fragmentos de vidas, partes da história de algumas mulheres que estão presas e que tiveram a experiência de estar grávidas e parir em situação de privação de liberdade. Ou seja, relata um universo peculiar e surpreendente de mulheres que passaram pela experiência de ser mãe em um ambiente estranho à maternidade. Trata-se de entrar em um caminho desconhecido sobre o tão falado mito da maternidade, ou seja, uma maneira diferente de ser mãe, pois se refere a uma mãe que cometeu ou foi acusada de cometer um delito e que, por estar presa, vive a experiência de outros sentidos de maternidade proporcionados pelo contexto ao qual está inserida.

Tentamos acompanhar este caminho e conhecer alguns sentidos que se transformam ao longo da prisão, como a maneira de ser mãe neste lugar. Fomos a campo entrevistar estas mulheres e conhecer este universo. E, desta forma, foram trazidas as entrevistas e conversas informais com os atores, ou melhor, com as atrizes destas cenas, e a partir delas nos aventurarmos em um contexto poucas vezes comentado, conhecido e vivido. Este é um ponto muito positivo, visto que não sabia o que me esperava, pois estava iniciando uma história, ou melhor, trazendo outro ponto de vista sobre o que nos é tão antigo: maternidade e o crime. Temas muito falados, mas que poucas vezes se relacionam como neste trabalho.

Para melhor situar, as histórias se passam em uma Unidade Materno Infantil, localizada no Complexo de Gericinó, no bairro de Bangu, Rio de Janeiro, lugar onde as mulheres que estão presas são enviadas após terem seus filhos e com eles passam dois anos. Durante este período, decide-se o destino destas crianças: onde ficarão e com quem ficarão.

Após este prazo, a criança é separada da mãe, que é enviada para uma unidade prisional comum.

O grupo de mulheres que contou suas histórias se divide em dois: algumas já estão em prisões comuns e passaram por esta situação há, no máximo, dois anos; enquanto outras ainda estão passando por este processo.

Há muitos fatores curiosos nestas histórias, pois se trata de um mesmo sistema penitenciário, porém muito diferente na vida de cada mulher que por ele passa e maneiras completamente distintas de vivê-lo. As multiplicidades nas histórias são conteúdos riquíssimos e que nos incitam a perceber o que muitos ainda não conseguem: não há uma essência pré-determinada, uma vida traçada, um passado pregresso que justifique um futuro e uma forma geral na qual todos se amoldem. Ou seja, estas histórias trazem peculiaridades que quebram com a noção de unanimidade, pois, tem-se como paradigma a ideia de que a universalidade nos acompanha e nos é comum. Entende-se que as pessoas presas trazem consigo a essência da periculosidade e que as mulheres têm em si o dom da maternidade, o instinto materno, a pré-disposição para o cuidado, etc. E, muito além dessas ideias, nas histórias que seguem, será visto que os encontros e as situações são envolventes e se transformam a todo tempo. Neste caso, as dicotomias podem ser quebradas e pode-se contar outra história; logo, é isso que se buscará fazer: contar outras faces da mesma história – A maternidade (e a) na prisão.

A metodologia utilizada será a da pesquisa- intervenção, ou seja, aquela que se propõe a questionar os diversos sentidos cristalizados nas instituições, pois trata da desnaturalização daquilo que se analisa, ou seja, das práticas que produzem uma certa subjetividade mulher. Nesta concepção, o pesquisador também faz parte da análise, não sendo neutro neste processo. Desta forma, a pesquisa intervenção “como procedimento de aproximação com o campo, mostra-nos que ambos- pesquisador e pesquisado, ou seja, sujeito e objeto do conhecimento- se constituem no mesmo momento, no mesmo processo”. (PASSOS, et alii, 2000, p. 73).

Daí ser importante uma análise de nossas implicações que, segundo Lourau (apud Coimbra e Nascimento, 2007, p.27) significa “articular lacunas, ver relações onde só se percebiam elementos coerentes e homogêneos, comprovar um problema onde se julgava existirem soluções”. Isto significa que não consiste em analisar somente os outros, ditos objetos da pesquisa, mas a nós mesmos, pois somos teóricos e praticantes ao mesmo tempo.

Isto quer dizer que estar implicado não é o mesmo que estar sobreimplicado, ou seja, estar preso a uma mesma perspectiva, engessado, cristalizado na pretensa objetivação dos fatos e nas suas análises. Fazer uma análise das implicações é se deixar atravessar pelas relações; é observar que motivações nos incitam, que desdobramentos os encontros da pesquisa produzem, que forças se chocam e que redes de relações se entrelaçam.

Assim, entendemos que toda a pesquisa é sempre um imenso campo onde tudo o que ocorre na sua feitura é levado em consideração; logo, os sentimentos, atravessamentos, encontros e acontecimentos serão assinalados, possibilitando uma análise das implicações em todo processo.

Quanto ao feminino, de acordo com as concepções religiosas ou mitológicas que relatam o aparecimento da mulher, emerge de forma revolucionária, na medida em que transforma o que está estabelecido. Podemos tomar como exemplo a história de Adão e Eva, cuja aparição da mulher se deu pela necessidade de povoar o mundo; logo, Deus tiraria uma das costelas de Adão para criá-la. A partir da existência de Eva, surge também o pecado original, no momento em que ela induz Adão a comer o fruto proibido.

Outra história que nos remete ao aparecimento da mulher é o mito de Pandora, que foi a primeira mulher, criada por Zeus como punição aos homens pela ousadia do titã Prometeu em roubar dos céus o segredo do fogo. Assim, esta mulher surgiu como forma de punição aos homens por terem roubado a centelha divina que representaria o conhecimento. Pandora se casa com Epiméu e o presenteia com uma caixa, a qual foi avisada para não abrir, mas a curiosidade a leva a tal ação, o que trouxe para o mundo todas as pestes e desgraças, mas também a esperança.

Em ambas histórias a mulher aparece como um elemento do mal, no sentido que desestabiliza, traz desgraça, mas traz também consigo a necessidade da criação, do novo, e de outras possibilidades.

A mulher como metáfora do negativo, como aquela que induz o homem ao erro, como símbolo da curiosidade, da indiscrição, da superficialidade, da vulgaridade, é algo existente desde as explicações da criação do mundo. Intrigante é que até os dias de hoje, a mulher, apesar de todos os avanços e conquistas, continua carregando tais estigmas.

Entretanto, há também um registro muito forte do feminino que é visto por um lado potente e positivo. Este registro seria a maternidade, que coloca a mulher em uma posição privilegiada em relação ao homem.

O mito da mulher enquanto mãe afirma uma força feminina que se traduz em uma excelência de cuidados e em uma possibilidade de transmissão de valores. Através da maternidade, a mulher se transforma em fonte de pureza e recondutora da educação e valores sociais à sua prole. Este mito materno emerge em um dado período histórico e está associado a diversas transformações. A partir dele, a mulher passa a ser vista e reconduzida a diferentes “papéis”; procuraremos abordar alguns deles ao longo deste estudo.

As diferentes facetas femininas tomam diversos contornos, e neste trabalho procuramos explorar campos que, à primeira vista, mostrar-se-iam opostos, ou seja, a maternidade e o crime.

Ora, se a prisão é tida como um ambiente de proteção à sociedade dos sujeitos perigosos, que romperam com o contrato social, como, neste ambiente, se desenrola a maternidade, “função sublime” de transmissão de valores? Como estas características, crime e maternidade, se associam? Como é ser mãe em um presídio? Como e por que o crime e a maternidade se opõem e em que situações o crime pode ser justificado pela maternidade?

Através das entrevistas e dos registros de conversas informais, será possível perceber como estas perguntas se desenrolam e de que maneira os discursos e práticas efetivam relações de forças e constituem verdades neste contexto estudado.

Neste trabalho, encontraremos no primeiro capítulo um breve estudo sobre o feminino e seus desdobramentos. Traremos a maternidade e a construção do mito materno como ponto central para compor esta história.

No segundo capítulo, discorreremos sobre a Unidade Materno Infantil, situada no Rio de Janeiro, direcionada às mulheres que cumprem pena restritiva de liberdade com seus filhos menores de dois anos de idade. Neste momento, abordaremos o que elas percebem sobre este lugar e como os profissionais que lá trabalham o relatam.

Já na terceira parte deste estudo, falaremos sobre a mudança das mulheres presas após a maternidade na prisão, e como foi tornar-se mãe neste ambiente tão sombrio e perverso. Abordaremos aqui duas questões: o parto e a separação dos filhos.

Ao final, serão vistas algumas questões inconclusas, em que estarão apontados alguns dos caminhos nesta pesquisa.

*“Dorme tensa a pequena
sozinha como que suspensa no céu
Vira mulher sem saber
sem brinco, sem pulseira, sem anel
sem espelho, sem conselho, laço de cabelo, bambolê
Sem mãe perto,
sem pai certo
sem cama certa,
sem coberta,
vira mulher com medo,
vira mulher sempre cedo.*

*Menina de enredo triste,
dedo em riste,
contra o que não sabe
quanto ao que ninguém lhe disse.
A malandragem, a molequice
se misturam aos peitinhos novos
furando a roupa de garoto que lhe dão
dentro da qual menstruará
sempre com a mesma calcinha,
sem absorvente, sem escova de dente,
sem pano quente, sem O B.
Tudo é nojo, medo,
misturação de “cadês.”*

*E a cólica,
a dor de cabeça,
é sempre a mesma merda,
a mesma dor,
de não ter colo,
parque
pracinha,
penteadeira,
pátria.
Ela lua pequenininha
não tem batom, planeta, caneta,
diário, hemisfério,
Sem entender seu mistério,
ela luta até dormir
mas é menina ainda;
chupa o dedo
E tem medo
de ser estuprada
pêlos bêbados mendigos do Aterro
tem medo de ser machucada, medo.
Depois menstrua e muda de medo
o de ser engravidada, emprenhada,
na noite do mesmo Aterro.
Tem medo do pai desse filho ser preso,
tem medo, medo
Ela que nunca pode ser ela direito,
ela que nem ensaiou o jeito com a boneca*

*vai ter que ser mãe depressa na calçada
 ter filho sem pensar, ter filho por azar
 ser mãe e vítima
 Ter filho pra doer,
 pra bater,
 pra abandonar.*

*Se dorme, dorme nada,
 é o corpo que se larga, que se rende
 ao cansaço da fome, da miséria,
 da mágoa deslavada
 dorme de boca fechada,
 olhos abertos,
 vagina trancada.
 Ser ela assim na rua
 é estar sempre por ser atropelada
 pelo pau sem dono
 dos outros meninos-homens sofridos,
 do louco varrido,
 pela polícia mascarada.*

*Fosse ela cuidada,
 tivesse abrigo onde dormir,
 caminho onde ir,
 roupa lavada, escola, manicure, máquina de costura, bordado,
 pintura, teatro, abraço, casaco de lã
 podia borralheira
 acordar um dia
 cidadã.
 Sonha quem cante pra ela:
 “Se essa Lua, Se essa Lua fosse minha...”
 Sonha em ser amada,
 ter Natal, filhos felizes,
 marido, vestido,
 pagode sábado no quintal.*

*Sonha e acorda mal
 porque menina na rua,
 é muito nova
 é lua pequena demais
 é ser só cratera, só buracos,
 sem pele, desprotegida, destrutada
 pela vida crua
 É estar sozinha, cheia de perguntas
 sem resposta
 sempre exposta, pobre lua
 É ser menina-mulher com frio
 mas sempre nua.”*

(Elisa Lucinda- Lua nova demais)

CAPÍTULO I: UMA HISTÓRIA POSSÍVEL DAS MULHERES

“É, a paciência
foi pela vida inteira
O meu escudo
Quando o mundo disse: não
A arma branca, as lágrimas de fé
A resistência é a força da mulher”

(Jorge Vercilo- Toda Espera)

Ao estudarmos o feminino, faz-se necessário um estudo da construção desse conceito, pois é importante percebermos que a diferença e a produção dos gêneros não é algo dado, pré-determinado, mas construído, produzido, formulado e reformulado ao longo do tempo de acordo com cada período histórico. Portanto, é preciso levar em conta cada transformação.

A mulher e o tema do feminino estão presentes nos processos históricos, em que produzem e são também produzidos. Portanto, será usado o conceito de produção de subjetividade para melhor entendimento. Isto significa dizer que não há uma origem, um tema fechado ao qual se possa atribuir o estatuto de universal.

O que levaremos em consideração são os efeitos de lutas de forças que são sempre relacionais, e que produzem subjetividades. Não há um sujeito pré-concebido, como se acredita se partirmos da metafísica; nem mesmo uma subjetividade fechada e acabada em um sujeito. Levemos em consideração os diversos sistemas de forças e o que eles produzem; ou seja, as múltiplas linhas - utilizando o conceito de Deleuze (1992) - que compõem um mesmo sujeito, múltiplas lutas que tecem e retecem um sujeito sem eixo e sem essência, mas que tem seu lugar no contemporâneo partindo de pré-definições e de uma tentativa de enquadramento e controle do *socius*.

A pesquisa trata assuntos referentes a estas tentativas de enquadramento da mulher, logo de algumas produções de subjetividades sobre elas que acabam por fecha-las e achatá-las em compactas definições e identidades que mais aprisionam do que libertam. Pensa-se produzir com este trabalho um estranhamento no que se refere ao tema do feminino, na medida em que não consigam, embora tentem, reduzir este conceito a uma cápsula de significados e essências, procurando capturar a capacidade inventiva da vida.

Cabe seguir o fluxo das diversas linhas que nos compõem e permitir que elas se embarquem sem sabermos seu começo, nem seu destino; tal qual, não sabemos exatamente como se cruzam.

Esta é uma tentativa de trabalhar as diversas facetas das mulheres em relação à criminalidade e a maternidade no Brasil, investindo no conceito de produção de subjetividade para contar um pouco desta história. Considerando este mesmo conceito, e aproveitando a ideia de que há uma construção universal sobre a mulher que, muitas vezes, foi contida e aprisionada – seja moralmente, seja em modelos instituídos ou até mesmo fisicamente em casa ou em prisões – o foco será as prisioneiras que ocupam as prisões, ou seja, as que foram de fato para trás das grades. Não serão abordadas as que estão nas prisões domiciliares, sendo prisioneiras de relações mais veladas, muitas vezes de cunho moral tão forte quanto a das prisioneiras das grades concretas. Por outro lado, não podemos confundir estas duas maneiras de aprisionamento, pois devemos considerar que muitas mulheres que estão atrás das grades também podem estar presas a isto que chamamos de prisões morais, da mesma forma que, em outros casos, podem estar presas e livres destes aprisionamentos morais. Ao longo do trabalho, falar-se-á dos aprisionamentos morais de algumas destas mulheres presas, não sendo entretanto o tema, abordando também aquelas que estão sendo aprisionadas a céu aberto pelos mais variados processos de subjetivação; ou seja, a maioria da população feminina.

Atualmente o que se pode observar é que, com o advento do capitalismo, as prisões, além de produzirem e fortalecerem a delinquência, abrigam aqueles para os quais não há mais trabalho.

Se antes a prisão contava com a mão de obra dos condenados, agora há a mão de obra excedente e sem trabalho, tendo em vista servir de depósito para aqueles que são considerados descartáveis pela sociedade. Desta forma, o perfil do preso sempre foi o mesmo desde a emergência das prisões, ou seja, os pobres: aqueles em que o Direito só pode ser aplicado como medida de julgamento. Além disso, podemos observar que a prisão é uma arma poderosa do capitalismo, visto que inclui para excluir; ou seja, os que nela estão, já teriam seu lugar reservado, pois está em consonância com a produção de delinquência e com um lugar para os delinquentes produzido por este sistema.

Antes do cárcere, a delinquência era mais difusa; havia uma vigilância mais pontual, e o que se tinha era ilegalismos. Agora, essa delinquência é instrumentalizada, pois produz conhecimento capaz de conhecer, controlar e delinear os chamados perfis perigosos. Sendo assim, a justiça não pune, regenera. A referência aos ilegalismos, remete às sociedades de

soberania, assim nomeadas por Foucault, nas quais a sanção à liberdade, por si só, já teria seu efeito sobre o indivíduo, cujo delito não foi julgado impunemente e a reeducação para que o crime não se repetisse seria um resultado acessório, e não principal, como na disciplina o era. Logo, com a emergência das prisões, para que houvesse um bom julgamento e a aplicação das penas tivesse sucesso, seria necessário que estas fossem individualizadas, e é neste momento que os técnicos passam a ter um papel fundamental nos julgamentos, pois há a necessidade de um julgamento apurado para que se perceba a importância da intenção do ato que fez daquele indivíduo um criminoso, tal como a necessidade de explicar o delito e, assim, poder classificá-lo. Para isso se encontra a serviço do judiciário a criminologia, o parecer psiquiátrico e a antropologia criminal, trazendo à sociedade disciplinar novas tecnologias que se mostram mais eficientes no controle dos atos criminosos (Foucault, 1977, p.24).

Na transição que não supera, mas sofisticada, a disciplina foi colorida com as cores do controle, em que a vigilância é feita a céu aberto, não necessitando tanto de estabelecimentos para ocorrer, embora a prisão cresça cada vez mais.

O que também podemos observar é que, no capitalismo contemporâneo, os próprios indivíduos são levados a se controlar: disputando melhor colocação no mercado, se vigiam e se controlam. Se antes havia uma única massa controlada pelo patrão, agora, em nome da eficiência, cada indivíduo é um, disputando com o outro; isto mantém o controle mais eficaz. (Deleuze, 1992, p. 221). Além disso, estamos imersos em padrões específicos, modelos a serem copiados e pulverizados socialmente, que nos dariam a impressão de fazermos parte do socialmente correto e esperado. Estas produções de subjetividade são mecanismos de controle que se dirigem a fortalecer modelos hegemônicos, considerando que existem padrões a serem construídos e distribuídos em nome da ordem, da paz e do progresso.

Como um exemplo também de aprisionamento moral, será abordada, em especial, a maternidade nas prisões propriamente ditas.

1 Construindo um pensamento sobre a história das mulheres

“Dizem que a mulher é o sexo frágil
Mas que mentira absurda
Eu que faço parte da rotina de uma delas
Sei que a força está com elas

Vejam como é forte a que eu conheço
Sua sapiência não tem preço
Satisfaz meu ego se fingindo submissa
Mas no fundo me enfeitada”

(Erasmus Carlos- Mulher Sexo Frágil)

Ao procurarmos histórias que relatem a emergência do feminino na sociedade capitalista ocidental, nos deparamos com alguns mitos bastante difundidos. A maioria deles relata a inferioridade feminina, relacionando mulher a certa negatividade e a uma negação ou ocultamento de suas multiplicidades. Somos incitados a ver estes pontos como naturais, pois as histórias construídas nos mostram que sempre foi assim, ou melhor, as histórias contadas e difundidas mais amplamente transformam estes mitos em verdades que, no mundo atual, são explicados e comprovados através de discursos científicos. Os demais mitos que falam sobre a força e a potência do feminino não são difundidos tão amplamente. Em geral, nem são escritos; são passados, em algumas culturas, através de histórias contadas de geração em geração. O curioso é que estas histórias são contadas por povos também considerados inferiores, primitivos e, portanto, desqualificados. Um exemplo é que, no Candomblé, uma crença africana mais ligada à cultura negra escrava, conta-se a história do surgimento do mundo a partir de uma mulher muito fértil, Nanã Burequê, mãe de Oxalá e de todos os orixás, que gerou a todos sozinha. Entretanto, devemos considerar que nesta mesma cultura existem várias outras histórias que relatam o surgimento do mundo.

Todos os mitos que aos poucos vão inferiorizando o feminino são importantes como justificativas para a dominação, na medida em que a tornam necessária e benéfica para todos. São instrumentos políticos muito eficientes, pois tornam tanto mulheres como homens crédulos na naturalidade da superioridade masculina, o que fortalece a submissão feminina e a perpetuação dessas relações.

A superioridade masculina encontra também seu respaldo em explicações científicas e, portanto, torna-se universal através de comprovações genéticas, biológicas, antropológicas, sociológicas, etc. Entretanto, devemos estranhar estas afirmações na medida em que nos deparamos com o caráter disciplinador das mesmas, pois formalizam modos de estar no mundo que se tornam verdades incontestáveis e que justificam muitas opressões, preconceitos e ditames sociais. Entretanto, fica claro que a intenção não é reforçar o binômio natureza/mulher, cultura/ homem, mas exemplificar alguns modos e práticas que estão no mundo e que fortalecem estas subjetividades.

1.1 Uma Perspectiva Sexista sobre a mulher

“Mulher é um bicho esquisito
Todo mês sangra
Um sexto sentido maior que a razão”

(Rita Lee- Rosa Choque)

A perspectiva sexista marca uma sociedade pela superioridade de um sexo sobre o outro, confundindo sexo e gênero e exprimindo de uma só vez o que se mostra em outros conceitos, tais como falocracia, dominação masculina, androcentrismo², etc. Além disso, com tal perspectiva se atualiza a força da instituição patriarcal, cujo chefe não precisa estar presente para manter todo rigor deste sistema. Esta afirmação nos remete ao texto de Freud “Totem e Tabu”(1913), em que o pai morto está mais presente do que quando vivo, pois deixa em sua tribo o Totem que o representa através do Tabu do incesto. Nesta história, há um macho dominante que se apropria de todas as fêmeas, sendo morto pelos filhos que almejam seu poder.

Apesar de esta perspectiva binária e dicotomizante ser usada, e ao mesmo tempo também serem usados autores que não compactuam com este tipo de visão, faz-se isto com o intuito de explorar os discursos e ideias que estão naturalizados, que estão comumente no mundo; são os discursos e práticas com os quais lidamos cotidianamente e que, muitas vezes, não conseguimos pensar criticamente por estarem tão enraizados, sedimentados, aceitos e pulverizados.

A perspectiva sexista constrói e ao mesmo tempo é construída por uma organização sexual dicotômica baseada na divisão entre os sexos, produzindo sujeitos desde seu nascimento. Neste caso, ao iniciarmos a vida, estamos em uma organização social baseada nesta divisão sexual, visto que a sexualidade e o sexo são primordiais para a produção de subjetividades, conceito entendido como modos de ser, estar, sentir, perceber agir e pensar no mundo, que são produzidos pelas práticas sociais e não contidos em essências humanas.

Há todo um aparato social que dicotomiza as subjetividades e as separa entre homens e mulheres. A partir dessa divisão sexual, destinos são traçados ao mesmo tempo em que corpos são produzidos socialmente para corresponderem a este conceito de gênero.

² Androcentrismo é a perspectiva na qual toma-se como modelo humano o masculino, ignorando as especificidades do feminino.

Neste sentido, podemos considerar também o patriarcado, que garante ao homem maiores vantagens perante as mulheres, na medida em que se organiza a fim de produzir e manter sua superioridade. É importante termos em foco que, na maior parte das vezes, esta divisão sexual e social nos parece natural, e assim perpetuamos esse sistema que se naturaliza no cotidiano através de frases do tipo: “toda mulher é emotiva”, “o homem é mais racional”; “isso é coisa de homem”, etc. Logo, devemos perceber o quanto isso é produzido e naturalizado em nossas vidas por nós mesmos, visto que somos produzidos e produtores o tempo todo.

Trata-se de uma perspectiva que desqualifica a mulher perante o homem, na qual as alianças masculinas são mais fortes e o controle da sexualidade feminina se respalda em uma moral mais rígida. Embora ambos os sexos sejam produzidos para a procriação e perpetuação da espécie, segundo as perspectivas religiosas, cabe às mulheres um controle maior sobre sua sexualidade, pois têm como destino a maternidade. Tal perspectiva distingue os gêneros e se naturaliza baseada em discursos – práticas médicos, religiosos, jurídicos e sociais . Estão presentes na mídia, nas piadas, no sistema de produção, entre outros. Neste caso, há todo um constructo teórico- prático que constitui e atualiza as relações humanas dentro desta perspectiva. Desta forma, isso ultrapassa as questões sexuais, pois embasa as relações sociais.

Esta afirmação nos remete à figura feminina no século XIX, exaltada enquanto musa inspiradora, além de ser igualada em suas perfeições ao culto da Virgem Maria, exemplo de mulher que deveria ser seguido e exaltado, ocultando com isso o caráter opressor do poder a que se submetiam as mulheres.

Inexistente no nível político, forte mas contido dentro da família, o lugar da mulher no século XIX é extremo, quase delirante no imaginário público e privado, seja no nível político, religioso ou poético. A Igreja celebra o culto a Virgem Maria, cujas aparições geram grandes peregrinações (...). Poetas e pintores cantam a mulher, na mesma proporção de sua misoginia cotidiana (Perrot, 1988.p. 182).

Nesta situação de dominação, o corpo da mulher vem também sendo instrumento desse disciplinamento e controle. Porém não se deve supor que somente ele é instrumento de tal dominação, visto que para docilizar e controlar um corpo é necessário uma tecnologia de poder que seja eficiente a ponto de moldar esse corpo respaldado em uma série de

justificativas que visam fortalecer o controle e a disciplina. Utiliza-se a gestão dos corpos das mulheres para governar a família como um todo.

Segundo Foucault (2006), o corpo é o lugar onde as relações de poder incidem, ou melhor, onde se podem ver os efeitos de tais relações. Na sociedade capitalista, as relações de força buscam produzir um corpo dócil, economicamente útil e politicamente submisso. Desta maneira, o corpo da mulher é um instrumento e um efeito de tais relações de poder.

Torna-se necessário controlar o corpo, além de sua vigilância e adestramento, quando ele é tomado como uma máquina. Estudam-se suas aptidões, tentando aumentar sua utilidade, conferindo-lhe docilidade. Há tentativas de potencializar a força útil dos corpos através de exercícios e treinamentos. É preciso ter um corpo dócil e ao mesmo tempo produtivo. Assim se dá a disciplina anátomo-política, segundo nos aponta Foucault (2008).

Em relação ao corpo da mulher, busca-se o controle da sua sexualidade, tanto no nível moral quanto em nível de controle populacional. Na maior parte das sociedades, o controle da sexualidade incidiu mais profundamente sobre as mulheres.

Desta maneira, a mulher estaria duplamente fadada à repressão e ao controle moral. Este tipo de relação estabelecida historicamente deixou suas marcas na sociedade atual, na qual, apesar de a mulher ocupar os espaços públicos, conseguir certa projeção no mercado de trabalho, entre outros, assiste-se ainda a muitas práticas pautadas no princípio da superioridade masculina. Podemos encontrar diversas piadas que exprimem o caráter preconceituoso e machista em relação às mulheres. Entretanto, muitas práticas femininas colaboram com a perpetuação desse sistema, pois estão – como todos – atravessadas e construídas por tais processos de subjetivação.

As questões referentes à superioridade masculina vêm sendo produzidas em diferentes momentos históricos. A crença, ou melhor, a produção de uma divisão sexual com funções definidas passa a ser embasada a partir da medicina e da biologia, sobre o tema que pode remeter ao movimento higienista, falado mais adiante.

Percebe-se que, em cada momento histórico, há uma necessidade de se exaltar certos valores. Quando o espaço privado se investe de valor, a figura feminina compõe esta esfera e também ganha nela sua importância; ou seja, de acordo com as relações de forças históricas, o poder da mulher se mostra e se esconde, ganha mais ou menos visibilidade.

Observemos quão atual é essa problemática da inversão. Ela é reforçada pela importância conferida à sociedade civil e seus atores, a dimensão privada da vida. Em época de privatização, para retomar as formulações de Hirschman, o pólo feminino da sociedade se tornaria prioritário (Perrot, 1988, p.169).

Isso significa dizer que o poder das mulheres, tal qual o dos homens, mostra-se de forma irregular, ou seja, funcionando de acordo com as subjetividades hegemônicas.

Há casos em que a exclusão das mulheres do poder político ocorre pura e simplesmente; há outros em que essa exclusão vem acompanhada por justificativas ou compensações, e outros ainda onde ele se dá em graus variados (Perrot, 1988, p.173).

Ao longo da história observamos deslocamentos, descontinuidades e mudanças, mas também reativações de estratégias antigas e continuidades difíceis de serem abandonadas; ou seja, há sempre movimentos através da criação de novos territórios.

As práticas discursivas sofrem alterações, mas não acompanham de forma homogênea as mudanças. Há que se pensar em termos de descontinuidades. De acordo com Foucault não se deve admitir uma plenitude virtual no mundo dos discursos, uma vez que eles são práticas descontínuas, que se entrecruzam com outras e a elas se juntam ou se ignoram (Reis, 2009, p. 91-92).

Porém, o que se pode compreender desta “luta de sexos” é que, embora muitas vezes a mulher ilustre o poder na esfera sócio-política, ele pode ocorrer de maneira indireta, como nos indica o dito popular “por trás de um grande homem existe uma grande mulher”.

O que podemos pensar a partir disso é que, na esfera privada, a mulher, na maioria das vezes, foi investida de poder, e por isso teria um papel no lar extremamente valorizado.

Mas então as mulheres não deteriam de fato a realidade do poder? É um sexo que se chama de frágil e no entanto, seja sobre a família, seja sobre a sociedade, uma espécie de onipotência tanto para o bem como para o mal, prega o padre Marcier (Perrot, 1988, p. 169).

Assim, seriam elas o “poder oculto”? Estariam por trás das decisões políticas e teriam o domínio da família, tal qual o domínio na educação dos filhos, o que lhes daria extrema responsabilidade para o futuro da nação?

Os poderes femininos são ambíguos na medida em que, ao mesmo tempo em que instigam as decisões dos homens através de seus encantos, sendo vistas como falsas, feiticeiras e sedutoras perversas, também são responsáveis pela civilização através da maternidade, na medida em que são responsáveis pela criação e educação dos filhos, segundo esta ideia sexista, dicotomizante, estigmatizante e produtora de sentidos e crenças em nosso mundo

Essa ambiguidade se mostra presente em diversas obras, dependendo do olhar que cada historiador lance sobre o feminino.

Contamos com diversas telas para ver o poder do feminino, seja pelo papel de mãe responsável pela casa e pela família, como veremos mais adiante; seja pelo prisma da mulher revolucionária; seja pela demonstração da força física das amazonas e das guerreiras. É importante saber que a mulher, apesar do poder patriarcal e da perspectiva sexista dominante, sempre foi possuidora de algum tipo de autonomia, até porque, como diz Foucault, onde há poder, há resistência.

Portanto, a história dos sexos e de suas disputas não se radica em uma ordem fixa e natural; é produto de relações, logo, sempre reversíveis, se acreditarmos nos movimentos.

1.2 As mulheres no século XIX

“Ai meu deus, que saudade da Amélia
Aquilo sim é que era mulher

Às vezes passava fome ao meu lado
E achava bonito não ter o que comer
E quando me via contrariado
Dizia, *Meu filho*, o que há de se fazer

Amélia não tinha a menor vaidade
Amélia é que era mulher de verdade”

(Lupcínio Rodrigues - Ai que saudade da Amélia)

No Brasil Colônia, os lugares e territórios femininos não estavam claramente definidos. A base das colônias portuguesas se dava por organizar a produção, tornar eficiente a empresa mercantil e povoar a terra. Neste projeto, era extremamente necessária a normatização aos moldes europeus colonizadores.

A mãe de família seria o mais alto grau do feminino, diferenciando-se da mulher sem qualidades.

Disciplinar as mulheres das colônias incluiria também a disciplina das índias e das escravas. Neste cenário, a mulher da elite encontrava ampla vantagem, pois se ela casasse e fosse mãe, certamente teria prestígio e seria responsável pelo espaço doméstico.

As mães exerciam poderes domésticos e informais sendo gestoras da vida privada. Entretanto, as mães solteiras e as concubinas eram mães diferentes daquelas abençoadas pelo casamento católico e jurídico.

Embora a igreja procurasse implantar de maneira incisiva o matrimônio, grande parte das mulheres empobrecidas vivia ao sabor das uniões consensuais. Entretanto, eram consideradas imorais, e seus filhos, ilegítimos. Contra isso, a Igreja incentivou a todo custo o casamento religioso, munida do argumento de que este seria indissolúvel e que, portanto, daria segurança e estabilidade eterna à mulher e à sua prole, visto o casamento ser o único instrumento legitimador dos filhos.

No século XIX as questões do feminino se acirram, principalmente na potência civilizatória das mães, que atribuiu à mulher um grande poder, ou seja, um poder privado, que se torna público através dos filhos, ou melhor, através da educação que é ministrada a esses filhos. Entretanto, nesta mesma época, há a construção de um espaço público que exclui os operários e as mulheres apesar da Declaração dos Direitos dos Homens (1789) indicar que todos seriam iguais perante a lei. Através do próprio nome da declaração, já se pode supor a quem pertence o Direito e a Humanidade.

Para armar-se contra qualquer questionamento, o Direito encontra respaldo no discurso médico e na biologia, que se baseiam no naturalismo para afirmar as diferenças entre os gêneros de acordo com as aptidões particulares. Provavam cientificamente que os homens eram mais propensos à razão do que as mulheres, que eram fadadas biologicamente à emoção,

não podendo assim participar de movimentos políticos, pois agiriam conforme suas necessidades e não em nome de uma coletividade. Interessa-nos este discurso, pois considerava-se que a coletividade era masculina, na medida em que as mulheres eram excluídas das decisões.

Podemos perceber o quanto o poder da mulher estava restrito, naquele momento pois, ainda que através da maternidade e da educação dos filhos, mesmo que controlado pelo poder do chefe da casa, a mulher tivesse certa autonomia, seu poder político era restrito, sendo isto justificado, por suas inaptidões físicas. E, neste contexto, a ciência é utilizada para legitimar e/ou atualizar a opressão sobre o feminino.

Rigorosamente, é ainda muito incipiente a consideração dos direitos humanos como também femininos. Tudo, ou quase tudo, ainda é feito sob medida para o homem. Os equipamentos fabris estão nesse caso, não obstante as mulheres terem penetrado nas fábricas desde a Revolução industrial. Claro que a máquina de costura, inclusive a industrial, é feita para o corpo da mulher, afim de mantê-la em suas funções tradicionais (Saffioti, 2004,p.78).

Tendo a mulher certo domínio na esfera privada, no século XIX se esboça uma valorização da economia doméstica, pois a mulher estaria restrita a este âmbito e seria uma importante aliada do poder patriarcal.

Mas esse poder também se exerce na cidade. Na esfera autonomizada da mercadoria, a mulher burguesa e mesmo operária seria soberana, decidindo as compras, a difusão do gosto, o sucesso da moda, motor da indústria essencial, o têxtil, reinando pelo consumo (Perrot, 1988,p.179).

Relacionado a este consumo, a mulher ganha um poder social comprovado pela publicidade que se direciona a ela. Podemos supor que os macropoderes, ou seja, cargos políticos, poder de decisão, visibilidade histórica e social, direitos reconhecidos e autonomia de certas práticas, não lhe foram conferidos. Entretanto, há muita visibilidade e prioridade em uma economia de eixo patriarcal que a inclui ao enfatizar sua esfera materna e de consumo.

Ainda que de forma discreta, a mulher foi ganhando as cidades, os espaços públicos e construiu seus espaços próprios.

Por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa, efetiva, mas assexuada, no momento mesmo em que as novas exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial que ocorrem nos principais centros do país solicitam sua presença no espaço público, e exigem sua participação ativa no mundo do trabalho. (...) Às mulheres ricas, as exigências de um bom preparo educacional para o casamento, tanto quanto as preocupações estéticas, com a moda ou com a casa(...) Às mulheres pobres e miseráveis, as fábricas, os escritórios comerciais, os serviços em lojas (Rago, 1985, p. 62- 63).

Apesar da participação feminina mais intensa na esfera pública, as exigências morais aumentam, pois reanimam o tabu da virgindade no caso das solteiras, e a culpa e o abandono do lar em relação às casadas.

Todo um discurso moralista e filantrópico acena para ela, de vários pontos do social, com o perigo da prostituição e da perdição diante do menor deslize. Não é a mulher esta carne fraca, presa fácil das paixões, que sucumbe sem resistências ao olhar insistente ou aos galanteios envaidecedores dos sedutores? (Rago, 1985, p. 63).

Até mesmo o movimento operário organiza-se buscando o deslocamento da mulher da esfera pública para a privada. A mulher burguesa, vigilante do lar e dos filhos, é um exemplo a ser seguido pelas demais mulheres.

Certamente, a construção de um modelo de mulher simbolizado pela mãe devotada e inteira sacrifício, implicou sua completa desvalorização profissional, política e intelectual. Essa desvalorização é imensa porque parte do pressuposto que a mulher em si não é nada, de que deve esquecer-se de si mesma e realizar-se através dos êxitos dos filhos e do marido (Rago, 1985, p. 65).

A mulher mãe é frágil e o mundo público do trabalho não se direcionaria a ela, pois ela deve se assemelhar às imagens de santificação e pureza relacionadas à Virgem Maria, que se contrapõem à sensualidade e ao pecado. Assim, a maternidade e a prostituição se dicotomizam, e as imagens femininas, embora ganhem contornos diferentes, permanecem presas à ideia de submissão.

À primeira vista, toda alma e sacrifício – símbolo do bem; a segunda, exclusivamente carnal e egoísta – encarnação do mal. Ambas, no entanto, submissas, dependentes, porcelanas do homem, incapazes de um pensamento racional e, conseqüentemente, de dirigirem suas próprias vidas (Rago, 1985, p. 82).

A esfera doméstica não pertence somente a mulher, mas é representada pelo homem, o único cidadão integral, responsável por ela e pelos filhos. Todavia, no lar, a mulher tem seu domínio mais acentuado. Por mais que o homem seja seu chefe representante, ela é investida de responsabilidade na educação dos filhos, na organização da casa, e muitas vezes no orçamento privado, o que pode ser chamado, segundo Perrot, de “matriarcado orçamentário”.

A moral exercida no lar foi edificada pelo tom do cristianismo. Sendo assim, as mulheres encontraram sentidos em suas ações menores. “A fé contra a razão, a caridade contra o capitalismo e a reprodução como justificativa fundamental constituem os eixos principais dessa moral” (Perrot, 1988, p. 180).

A moral e os bons costumes são valores religiosos que se propagam às boas famílias, e a boa administração do lar está diretamente ligada ao valor da mulher. A partir deste destaque, as mulheres vão povoando cada vez mais os espaços públicos, vão se envolvendo em trabalhos voluntários – muitas vezes apoiadas na religião – em hospitais e outros estabelecimentos. Cada vez mais as burguesas são solicitadas a praticar a caridade fora de seus lares. Da mesma forma, para calar essa publicidade e a expansão da mulher, exalta-se seu poder materno para mantê-la em casa.

A exaltação exacerbada da mãe suscita no homem o medo desta mulher majestosa; porém, apesar disso, ele teme sua emancipação e autonomia, e teme as mulheres que reivindicam seus espaços e direitos. Neste contexto, os valores patriarcais, temendo um desmonte vindo do poder feminino, ressaltam a guerra, o militarismo e o patriotismo. A guerra iria colocar cada sexo “em seu lugar”, sendo o efeito das guerras sobre a relação entre os sexos, de um modo geral, conservador e até retrógrado.

O século XIX levou a divisão das tarefas e a segregação sexual dos espaços públicos ao seu ponto mais alto (...). Lugar das mulheres: a maternidade e a casa cercam-na por inteiro. A participação feminina no trabalho é temporária, cadenciada pelas necessidades da família, confinada às tarefas ditas não qualificadas, subordinadas e tecnologicamente específicas (Perrot, 1988, p. 186-187).

Excluídas das grandes histórias, encontramos seus resquícios nos livros de culinária, nos manuais de pedagogia ou em contos recreativos ou morais. Nesta fase, a mulher é descrita sempre pelo homem, o escritor das grandes histórias. Militantes têm dificuldades de se fazerem ouvir por seus companheiros, que são seus porta-vozes. “A carência de fontes diretas, ligada a essa mediação perpétua e indiscreta, constitui um tremendo meio de ocultamento. Mulheres enclausuradas, como chegar até vocês?” (Perrot, 1988,p.186).

2. O mito materno

“As mãos que embalam o berço são as mãos que governam o mundo”

(Abraham Lincoln)

Ao nos remetermos ao Brasil colônia, nos referimos a três tipos de mulheres que figuravam à época: a índia, a branca – vinda de Portugal – e a negra – trazida da África para a escravidão. O caráter exploratório de Portugal no Brasil evidencia as relações de gênero, pois havia a necessidade de submeter todas as mulheres ao regime patriarcal. A questão colonial também estava introduzida nesse cenário, “civilizando” as mulheres em geral.

Entretanto, apesar do caráter civilizatório e opressor, a mulher consegue, de maneira indireta e informal, participar da empresa da colonização.

Resistência ou renúncia, fervor e potência mediaram a relação das populações femininas com a igreja ou com os desígnios do Estado Português, explicitando-se em práticas sociais, discursos literários ou reproduções do seu universo (Del Priore, 1995, p. 25).

O adestramento das mulheres coloniais se deu a partir dos discursos religioso, médico e jurídico. Baseados nas experiências portuguesas e europeias, o discurso normalizador foi aos poucos se pulverizando e penetrando em todas as camadas sociais. Adestrar as mulheres fazia parte do processo de colonização do Brasil, pois era uma maneira de civilizar também o povo em geral.

O discurso religioso atravessava toda a vida colonial. Para reconhecimento e aceitação social, a família deveria se catequizar, ir às missas e às festas paroquiais, rezar em casa e se dobrar à vigilância doutrinal através da confissão e do sermão. Às mulheres caberia acatar o que a ordem religiosa pregava e acompanhar como contra-exemplos as devassas da Inquisição. Para estabelecer na colônia a sociedade familiar nos moldes europeus, as mulheres tinham que seguir o único modelo que lhes era apresentado: o da constituição familiar dominante à época; do contrário, deveriam ir para os conventos. Logo, as alternativas aceitáveis se desdobravam entre a família e a religião.

A Igreja também incentivava a submissão da mulher em relação ao marido. As relações escravistas se estendiam às relações maritais, pois cabia às mulheres a obediência, se manter em casa cuidando da mesma e servindo sexualmente ao chefe da família, assegurando a procriação e a descendência da família.

O discurso médico apropriava-se diretamente do corpo. Adentrava na intimidade doméstica e na intimidade sexual da mulher. O saber médico, no século XIX, estava se firmando e buscava cobrir as lacunas do seu conhecimento através de um estudo não só fisiológico, mas moral sobre a “natureza feminina”. Procurava traçar um destino biológico e definir uma normalidade. O médico era um criador de conceitos e ao mesmo tempo um descobridor de fatos.

No discurso médico estava mergulhado o religioso; ambos constituíam fortes raízes em favor do controle das famílias e da moral cristã. O casamento girava em torno dos interesses familiares. Os pais, tutores, ou outros responsáveis decidiam como seriam os casamentos visando lucros econômicos e sociais que a nova família traria. Este acordo era feito entre os chefes de família, sem consulta aos noivos. O matrimônio nada tinha a ver com amor ou com atração física, correspondendo a um jogo de interesses entre as famílias.

No século XIX ocorre a ascensão burguesa e também o declínio feudal. O patriarca precisa dividir seus poderes com as demais instituições de controle social. A medicina ganha força e se consagra pelo higienismo, dentre outros movimentos.

Diversas transformações começam a ocorrer com o crescimento do capitalismo e da urbanização. Os valores burgueses passam a servir de referência para as demais camadas sociais, havendo uma centralização da família contra os perigos exteriores. O amor entre os cônjuges passa a ter um caráter de necessidade, de acordo com os ditames higienistas. Dizem

que a criança é o foco do investimento; valoriza-se a maternidade; fortalecem-se as relações hierárquicas entre homens e mulheres; a vida privada se endereça à reprodução, enquanto a vida pública à produção.

O homem passa para a esfera externa, não se reduz mais ao seu feudo, e a mulher restringe-se à esfera doméstica. Há uma clivagem entre o público e o privado. Há um contraste maior entre a vida burguesa e a popular, e como a primeira passa a servir de exemplo, produz-se profunda intolerância em relação à diversidade.

O foco do casamento passou a ser a procriação, e ter uma família saudável passou a ser sinônimo de ter uma mão de obra útil e produtora para o Estado.

A partir do século XVIII a administração portuguesa começou a se interessar pelas cidades, que eram lugares sujos e ermos, onde as pessoas jogavam o lixo de seus feudos. A sociedade colonial vivia em seus grandes feudos e não frequentava a cidade, visto que tudo que precisavam estava em suas casas. O trânsito pelas ruas se resumia a ida às igrejas e às festas paroquiais. Além disso, havia uma expansão das elites, e estas eram contrárias às extorsões por parte de Portugal; portanto, a cidade passou a ser o lugar onde ocorriam as contestações. Desta maneira, houve necessidade de se ordenar as cidades e fortalecer o Estado. Como maneira de controlar melhor a sociedade e manter o domínio de Portugal sobre o Brasil, a Corte aliou-se ao discurso médico para alardear a necessidade de salubridade das cidades e garantir um eficaz controle estatal.

A igreja católica, que outrora pregava o culto a Deus e não ao cônjuge, foi ultrapassada por um novo contrato que visava o culto ao Estado e à raça. (Costa, 2004, p.218). Desta maneira, o paradigma do matrimônio colonial foi quebrado e substituído pelo higienista.

No casamento higiênico, a hereditariedade como que substitui a herança. O dinheiro e o status social herdados só mereciam reverência quando aliados a uma boa saúde física e uma boa constituição moral. A nobreza do nome e a opulência dos bolsos minguariam em um invólucro físico e mental debilitado (Costa, 2004, p.222).

Neste contexto, pensando na prole sadia, o saber médico foi aos poucos condenando os patriarcas, pois estes, com seu dinheiro, poderiam comprar o corpo de outras mulheres fora

do casamento, e assim contaminarem suas esposas. O patriarca velho foi rebaixado à figura da imprudência.

A decadência física e moral era uma maneira de transportar para o social o cerceamento que vinha sofrendo a função político-econômica do chefe de família. Era também uma maneira de desequilibrar o sistema de poder familiar, fornecendo o triunfo às mulheres e filhos na luta interna contra o absolutismo paterno (Costa, 2004, p.225).

A aliança entre a mulher e o higienismo através da entrada do médico na intimidade do lar, cuidando da prole e do casal, contribuiu para o declínio da família patriarcal antiga. A medicina dá suas recomendações morais, sexuais e sanitárias, e as mulheres as executam, tornando-se recondutoras das normas estatais e higiênicas. De certa forma, a mulher se liberta um pouco do poder do patriarca, mas se submete ao poder médico.

O casamento passa a corresponder às novas normas higienistas, com novas regras sexuais. A escolha do parceiro baseada no amor entre os cônjuges e no prazer deveria referir-se também à escolha de parceiros saudáveis. Há uma condenação à sexualidade masculina dirigida à prostituição, que seria uma fonte propagadora de doenças, como a sífilis, por exemplo.

O prazer sexual é regularizado no casamento; o princípio do amor sobrepõe-se ao lucro e ao interesse material; o foco é nos sucessores e não mais nos antecessores; proibi-se os casamentos intra-familiares, cedendo lugar aos casamentos saudáveis. Estas foram metas que o higienismo buscava alcançar.

Tais mudanças se relacionavam ao fortalecimento do Estado e ao progresso da Nação, sendo a família e o casamento meios para este objetivo ser alcançado. Ademais, a mulher é colocada em uma posição privilegiada dentro da família, correspondendo a uma aliança desta mulher com o higienismo.

A maternidade torna-se uma grande arma de controle estatal, pois caberia à mulher não só a reprodução, mas a educação dos filhos, que futuramente serviriam ao Estado. Caberia às famílias conduzir seus filhos para que não coubesse ao Estado a carga financeira das crianças abandonadas ou, o que era mais grave, a mortalidade infantil, debilitando a mão de obra.

O amor visava atenuar as diferenças sócio-sexuais entre ambos os sexos. Neste caso, as mulheres eram vistas como mais frágeis física e emocionalmente que os homens. Sua constituição moral era débil e seus afetos lhe marcavam como seres realmente inferiores aos homens, cuja intelectualidade, virilidade e força física eram predominantes.

Comprovando este estereótipo feminino, diversas teses foram escritas baseadas na biofisiologia da mulher.

Quem tivesse pelas mulheres um verdadeiro afeto não desejaria vê-las com armas ao ombro, marchando a passo dobrado para a guerra, ou discorrendo do alto de uma tribuna os interesses das nações; isto que não estava em relação com suas faculdade, lhes ficaria mal (Costa, 2004, p. 235).

Logo, as mulheres, por sua constituição física, biológica e psicológica, não poderiam ocupar-se da política ou defender a nação. A elas caberia o exercício privado e a “sublime tarefa” da maternidade. Assim, apesar de todas as debilidades e diferenças entre os sexos, homens e mulheres se encontram na tarefa de pai e de mãe. O homem, enquanto chefe da família e do lar via seu prestígio enaltecido com o casamento; já a mulher, segundo o higienismo, nasceria para ser mãe e tinha com o casamento, a justificativa para sua existência.

A mulher, mãe, dona- de -casa, deveria amamentar sua prole. O aleitamento feito pela própria mãe foi substituído do anterior, feito pela nutriz, também chamadas, amas de leite. A justificativa para a amamentação materna era que se tratava de um ato nobre, que nutria o bebê e que unia a família. A mulher era mantida em casa e seu tempo considerado ocioso era ocupado pelo dever de amamentar. Aquela que se recusava era interpretada, segundo a norma, como não amando seus filhos e sua família.

Esta condenação às nutrizas começou a ser feita porque muitas mulheres, em especial às do campo, recorriam a elas para trabalhar e ajudá-las na amamentação.

Os médicos vão contra as nutrizas com a justificativa de que elas não poderiam manter os cuidados necessários de uma criança em especial, pois se ocupavam de várias, e as exclusivas não poderiam garantir a qualidade dos cuidados que somente a mãe poderia ter. Além disso, como as nutrizas advinham de segmentos considerados inferiores (escravas e mulheres pobres), os médicos começaram a responsabilizá-las por taras e maus hábitos das crianças ricas, que seriam passadas pelo leite.

É principalmente recorrendo ao problema do aleitamento materno natural e à condenação da amamentação mercenária que o poder médico formulará todo um discurso, a partir de meados do século XIX, de valorização do papel da mulher, representada pela figura de "guardiã do lar" (...). Através de argumentos os mais variados, mas especialmente de cunho moral, este discurso pretende fundar um novo modelo de mulher que deve corresponder a ele. Na verdade ele vai ser o centro de todo um esforço de propagação do modelo imaginário de família, orientado para a intimidade do lar, onde devem ser cultivadas as virtudes burguesas (Rago, 1985, p. 75).

Todos os indivíduos seriam responsáveis pela criação dos seus filhos. Esta era uma preocupação do Estado e da medicina que queriam que as mães pobres deixassem de dar seus filhos aos cuidados do Estado e que as ricas parassem de dar seus filhos às nutrizas pobres, isto é, “ao invés de entregá-los à solicitude do poder público e à indústria mortífera das nutrizas” (Reis, 2009, p. 28).

Tudo sugere que o destinatário inicial das teses que criticavam a prática do aleitamento mercenário eram as mulheres das famílias mais abastadas que possuíam escravas, empregadas também em função de amas-de-leite. O problema do abandono infantil era parcialmente explicado pelo desejo egoísta e narcisista de manter o corpo belo, de conservar a forma estética e pelo medo de perder o marido, a exemplo das aristocratas francesas (...). Assim, na medida em que o interlocutor do discurso médico é a mulher abastada, este procura persuadi-la de que, ao contrário do que o senso comum acredita, o aleitamento natural torna-a mais atraente e bonita e não deforma o corpo, já que faz parte da realização de sua própria natureza (Rago, 1985, p.76).

Donzelot, em “A Polícia das Famílias”, afirma que na Europa as preocupações sobre as doenças e vícios que as crianças poderiam adquirir através da amamentação com as amas de leite que antes não passassem por investigação médicas, tomam corpo desde o século XVIII, e muitas vezes fizeram emergir regulamentações nas atividades destas mulheres. Seguindo o mesmo princípio europeu, no Brasil, Moncorvo Filho, representante dos estudos da puericultura, tentou implantar regulamentações e um maior controle nas atividades das amas de leite ou nutrizas. Esta preocupação se baseava na ideia de que o povo brasileiro era miscigenado e que, portanto, havia em sua constituição raças inferiores e preguiçosas; logo, necessitaria de um controle mais específico, examinatório, esquadrinhatório.

Os médicos descobrem bruscamente, a explicação de muitas das taras que afetavam as crianças ricas, no comportamento das nutrizes. ‘Espanta-nos, muitas vezes, diz Buchan, em ver os filhos de pais honestos e virtuosos manifestarem, desde os primeiros anos de vida, um fundo de baixeza e maldade. Não há dúvida de que essas crianças tiram todos os seus vícios de suas nutrizes. Eles teriam sido homens honestos se suas mães os tivessem amamentado (Donzelot, 1980, p.17).

Baseados nas ideias eugenistas de Francis Galton (1883), inspirado em Charles Darwin, os médicos higienistas começaram a estudar maneiras de evitar os problemas oriundos de crianças e adolescentes pobres, pois segundo esta teoria, o melhoramento da raça dependia da modelação e mudança destes representantes da pobreza, garantindo assim uma nação futura forte e saudável. Era necessário maior controle dos fatores sociais para a melhoria das gerações futuras.

Para que a nação fosse preservada, buscava-se maior controle do poder público na gestação e no desenvolvimento das crianças dos segmentos pauperizados. Para tanto, foram adotados métodos de controle e repressão do Estado para com as mulheres pobres na relação e educação de seus filhos.

Entretanto, apesar de todo o investimento da medicina contra as nutrizes, não foi possível erradicá-las, e como alternativa para manter o controle, os médicos concluíram que seria necessário fiscalizar a amamentação mercenária. Assim, médicos, pediatras e outros especialistas deveriam vigiar e controlar esta prática, já que não conseguiram eliminá-la.

Na verdade, a discussão que se abre em torno do aleitamento mercenário, visando convencer a mulher da importância do seu cuidado direto e permanente com os filhos, constitui uma primeira brecha pela qual o poder médico penetra no interior da família redefinindo os papéis de cada um (...). A valorização do papel materno difundido pelo saber médico procurava persuadir as mulheres de que o amor materno é um sentimento inato, puro e sagrado (...). Assim, aquela que não preenchesse os requisitos estipulados pela natureza inscrevia-se no campo sombrio da anormalidade, do pecado e do crime. Não amamentar e não ser esposa e mãe significava desobedecer a ordem natural das coisas, ao mesmo tempo que se punha riscos a nação (Rago, 1985, p. 78- 79).

Manter a mulher afastada do trabalho era recobri-la de obrigações enquanto mãe e assim manter a perspectiva sexista presente nas práticas higienistas.

Os prazeres mundanos eram o que poderia retirar a mulher de sua casa, porém seus deveres para com a família e afazeres domésticos deveriam ser prioridade. A vida social distribuída entre festas cansaria a mulher, que não poderia amamentar com total excelência.

A figura da prostituta é condenada, pois esta jamais seria uma boa mãe, viveria cansada, carregaria germes de doenças e ainda, por profissão, não poderia se dedicar totalmente aos filhos. Serviam como mau exemplo para as moças de família.

A rua era tida como um lugar de degradação moral, de erotismo e desmoralização; além disso, na rua as mulheres poderiam ser acusadas de negligenciar suas famílias. As prostitutas deveriam povoar os espaços urbanos, mas de maneira esquadrihada, pois eram submetidas a exames médicos para não prejudicar a família. Já que a sexualidade feminina foi amplamente reprimida, pois poderia tirar-lhe o estatuto de mãe pura, aos homens caberia buscar este prazer nas ruas e, portanto, poderiam se contaminar, o que reforçaria ainda mais a condenação à prostituição.

As mulheres “honestas” deveriam se afastar deste tipo de influência. O retrato da prostituta serve para afastar a mulher do ambiente vil das ruas.

A mulher pública é constituída em oposição a mulher honesta, casada, boa mãe, laboriosa, fiel e dessexualizada (...). O objetivo principal da prostituta é a satisfação do prazer, e nesta lógica, prazer e trabalho não são categorias antinômicas. Por isso ela deve ser enclausurada nas casas de tolerância, nos bordéis, espaços higiênicos de confinamento da sexualidade extraconjugal, regulamentados e vigiados pela polícia e pelas autoridades médico- sanitárias (Rago, 1985, p. 90).

A prostituta, assim como o criminoso, é vista como elemento social indesejável, pois é caracterizada por ter um inatismo natural, ou seja, uma pré-disposição para a promiscuidade. O primado do instinto natural impõe-se sobre a miséria, e não são poucas as teses que comprovam anatomicamente a pré-disposição da prostituição para o crime e para o vício. Essas mulheres mundanas eram retratadas como ignorantes, mercenárias, preguiçosas, falsas e

simpáticas ao alcoolismo, e deveriam ser vigiadas por serem perigosas e ameaçar as famílias com seus vícios e a saúde dos homens casados.

A boa mãe era orientada pelos médicos para a abstinência sexual durante a gestação e a amamentação, pois as relações sexuais, segundo eles, poderiam prejudicar o bebê, além de corromper a pureza da maternidade. Para não haver revolta, substituiu-se o gozo sexual pelo gozo materno e pela amamentação. Estes valores foram incutidos pela medicina através desses processos de subjetivação. Diferente da mulher da rua, a mulher do lar não deveria se prestar aos prazeres da carne.

A sacralização do papel social da mãe passava, portanto, pela construção do seu avesso: a mulher mundana, lasciva, luxuriosa, para quem a procriação não era dever, mas prazer. As mulheres que viviam em ambiguidade nesses dois papéis foram sistematicamente perseguidas, pois o uso autônomo da sexualidade feminina era interpretado como revolucionário e contrariava o desejo da Igreja e do Estado de colocar o corpo feminino a serviço da sociedade patriarcal (Del Priore, 1995, p. 83).

Entretanto, este papel feminino vulgarizado foi extremamente útil para a reafirmação da positividade da imagem imaculada da mãe.

As mulheres de sexo livre, que não eram prostitutas, preocupavam ainda mais a Igreja e o Estado, pois a prostituição, de alguma maneira, sustentava o casamento, posto que o homem deveria procurar a prostituta para a satisfação dos seus desejos sexuais que não poderiam ser satisfeitos com as esposas. Portanto, torna-se um “mal necessário”, enquanto que as mulheres sexualmente livres, as chamadas putas, mancebas, mundanas, estavam frequentemente envolvidas em brigas e furtos, além de estimular o concubinato e poder engravidar destes homens casados. Estas mulheres, em geral, eram mestiças e pobres, o que produzia uma espécie de racismo e preconceito. Seus relacionamentos eram com homens ausentes das famílias por motivos de trabalho colonial de exploração da terra e busca de riquezas, eram tropeiros, viajantes, negociantes. Estes homens pouco ficavam em casa, pois o regime de trabalho lhes exigia muito tempo e viagens, e nestas viagens encontravam as mulheres de sexo livre, com as quais praticavam o concubinato.

Portanto, a prostituição era menos nociva à Igreja, pois poderia reduzir os heréticos e os concubinatos.

A colônia era caracterizada por um grande número de mães solteiras seduzidas pelos viajantes e mulheres casadas, que criavam sozinhas seus filhos na ausência dos maridos. Os filhos das mulheres solteiras transitavam nas casas de parentes e amigos. As casas chefiadas por mulheres eram em grande número. Além disso, a prática do concubinato era constante, o que preocupava a Igreja.

Seria necessário, pois, a produção de um modelo materno que pudesse reduzir as preocupações estatais e católicas. A preocupação e observância dos filhos seriam bons atributos a serem pulverizados. Para tanto, muitas mulheres foram acusadas de alcovitarem suas filhas, ou seja, permitirem que se tornassem mulheres venais. Isso significa que se a mãe soubesse das atividades sexuais da filha e que, por conseguinte, também praticasse tais atos, ambas seriam acusadas destes maus procedimentos, pois caberia a mãe o cuidado e a proibição destes atos.

Estas mulheres eram rigorosamente vigiadas pela vizinhança que, por influência da Igreja, regulava os desvios para melhor serem combatidos. A preocupação circulava entre a moral sexual e a moral materna, na qual a mãe deve vigiar seus atos e os de seus filhos para dar-lhes boa educação.

A Igreja conservava também a preocupação epistolar sobre a concupiscência, num discurso vago e geral que, por atacar todos os pecados da carne, esvaziava a especificidade de cada falha. Não podemos negar que o território da mulher venal, oposto ao da mãe, é limítrofe a estas questões (Del Priore, 1995, p.99).

As mulheres solteiras e sem filhos também eram alvo de preocupações, pois seriam facilmente confundidas com mulheres venais. A mulher casada, e conseqüentemente genitora, era valorizada, pois não praticava o pecado da fornicção, que seria o sexo desregrado.

O que se assiste desde os primeiros séculos da colonização é o esforço constante da Igreja para impor o matrimônio e a maternidade. O corpo da mulher deveria estar a serviço do Estado e da Igreja; ela deveria preservar seu ventre para um só homem e não praticar o concubinato, prática trazida pelos portugueses e difundida entre os segmentos mais empobrecidos. Era necessário caricaturar as práticas transgressoras e comuns das mulheres mais pobres e tornar a maternidade, ao estilo burguês, uma tarefa que deveria ser um projeto

para todas, assim como o casamento, que traria garantias institucionais, como a legitimidade e proteção dos filhos.

Importante é que um rótulo moral (o da maternidade) mascarava desigualdades raciais, sociais e econômicas, e a implantação do projeto de mãe ideal se fazia a serviço de um padrão cultural que procurava integrar todas as mulheres às necessidades específicas de modernas instituições de poder, como o Estado e a igreja (Del Priore, 1995, p. 123).

Porém, o imperativo não era ser somente mãe, mas tudo o que este papel representava para ser considerado nobre, ou seja, o cuidado constante com a prole, a amamentação, a sexualidade regrada e diferente da prostituta. Muitas mulheres que pariam filhos deficientes eram acusadas de terem feito o coito de mulheres – damas e não o bom coito, o coito honesto. Nesta perspectiva, observa-se o controle da sexualidade e do corpo feminino, o que também se estende aos homens que sofriam ameaças médicas e religiosas de contaminação e morte no contato com as prostitutas.

A regra sexual era o casamento, a reprodução e a sexualidade normativa para que a prole sadia fosse o fim único de todos os homens, e especialmente das mulheres, esvaziadas de erotismo e preenchidas de santidade.

O casamento opunha-se aos tratos ilícitos, a rua opunha-se à casa e o prazer físico ao dever conjugal. Através destas dicotomias entre certo e errado, bem e mal, as regras da Igreja, da medicina e do Estado se firmaram e compuseram os modelos do que deveria ser seguido e do que deveria ser abolido.

Este modelo disciplinador se estendeu aos séculos pela necessidade de normatizar os costumes. No decorrer do século XX, as ameaças e o controle da sexualidade feminina se mantiveram apesar dos novos papéis ocupados pelas mulheres; assim, as regras ganharam novas roupagens, mas permaneceram calcadas no mito materno.

As mulheres trabalhadoras das fábricas também foram incentivadas a deixar este espaço para se ocupar do cuidado dos filhos.

Nós não devemos ensinar (o trabalho) a essas mulheres que amanhã nos virão substituir, mas devemos fazer-lhes compreender que seu lugar é em casa, a tratar e educar seus filhos (...); oxalá consigam compreender seu papel de educadora

daqueles que amanhã serão nossos substitutos na luta pelo pão e na conquista do bem-estar da humanidade (...) melhor seria se somente o homem procurasse produzir de forma a prover as necessidades do lar (Rago, 1985, p. 68-69).

De acordo com este pensamento, uma das primeiras medidas legisladoras do trabalho feminino foi a facilitação da licença-maternidade para 30 dias antes e após o parto, proibição do trabalho noturno e a criação de locais apropriados à amamentação no ambiente de trabalho.

Podemos perceber que a cada cobrança de uma função ou de um comportamento específico, seguia-se a promessa de um favor imediato, de uma vantagem futura, de um apelo ao senso de dever, ou, se nada adiantasse, de uma ameaça que poderia se referir à saúde do indivíduo, ou à sua aceitação social (Reis, 2009, p.41).

A amamentação foi um dos métodos para conter as mulheres, que após se libertarem do patriarcalismo reivindicavam maiores espaços urbanos, trabalho e expansão intelectual. A nobreza da maternidade manteria a mulher em casa e não ameaçaria as normas de transmissão higiênica. A maternidade enquanto nobre atividade deslocaria o interesse feminino e enfraqueceria seu desejo de reivindicação.

A recusa ao erotismo imposta pelo poder médico persistiu em um mal constante entre as mulheres que tinham diversas limitações para serem mães exemplares. Surge, assim, a mulher nervosa que tinha problemas pessoais. O médico, apesar de produzi-la, era seu principal aliado, receitando remédios e se destacando em relação ao padre. Esta medicalização se direcionou primeiramente para a burguesia.

Não caberia aos médicos descortinarem os motivos dos ataques de nervos, mas medicá-los para ampliar seu controle sobre as famílias.

A dúvida consiste em saber se os remédios propostos, ao invés de sanarem o mal, não irão perpetuar a doença. O problema começa quando percebemos que a lucidez científica das terapêuticas dirigidas às famílias escondem, muitas vezes, uma grave miopia política (Costa, 2004, p. 17).

Isto significa dizer que o saber médico não é um saber neutro, e sim político. O discurso médico mobilizou diversas mudanças sociais; portanto, o exercício desta função não

é neutro, tem objetivos claros e definidos, na medida em que subverte, modula e controla através da sua cientificidade.

A medicina foi um saber que levou os indivíduos a compactuarem com a ordem estatal sem riscos de insurreição armada; foi uma mecânica de sujeição militar sem armas. Através dela se pode higienizar as populações, inculcar valores; enfim, produzir processos de subjetivação.

A higiene dirige-se exclusivamente às famílias de extração elitista. Não interessava ao Estado modificar o padrão familiar dos escravos que deveriam continuar obedecendo ao código punitivo de sempre. Eles e outros mendigos, loucos, ciganos, vadios, etc., servirão de anti-norma, de casos limite de infração higiênica. A eles vão ser dedicadas outras políticas médicas. Foi sobre as elites que a medicina fez incidir sua política familiar, criticando a família colonial nos seus crimes contra a saúde. A camada dos "sem família" vai continuar entregue à polícia, ao recrutamento militar ou aos outros espaços de segregação higienizados como prisões e asilos (Costa, 2004, p. 33).

Aos pobres caberia o estigma da degradação social e perigo constante, atribuindo este perigo também à classe trabalhadora, que poderia se rebelar a qualquer momento e carecia de controle.

Entretanto, os valores familiares foram aos poucos se estratificando nas demais camadas, servindo como exemplo para todos. A maternidade, valor difundido a todas as classes, foi valorizada e cultivada sob qualquer condição.

Para formar os indivíduos amantes da pátria e submissos ao Estado, a mãe teve um papel fundamental, pois foi a mediadora entre o filho e o Estado, e assim responsável pelo futuro dos filhos, pelo futuro da nação. Aliada ao médico, esta se constituiu como figura de tutela ditando o que era melhor para a família que, ignorante de seus deveres, muitas vezes “errava” na educação dos filhos; por isso, deveria ser corrigida.

A irresponsabilidade eximia o sujeito da punição legal e, eventualmente da própria culpa, mas não da correção. Essa última passou a apresentar-se e a exercer-se como necessária ao próprio bem do infrator (...) era necessário criar a ideia que sem a medicina, o que restaria seria o caos, a loucura, a doença e a morte (Costa, 2004, p. 71- 74).

As tutelas médica e estatal seriam os ordenadores da norma familiar e constituiriam os valores a serem seguidos.

É segundo estas ideias, a de correção de costumes, de normatização da sexualidade e da maternidade, que será desdobrado mais adiante o universo pesquisado, ou seja, as mulheres mães que ocupam as prisões do Rio de Janeiro. Logo se trata de um universo duplamente estigmatizado pela pobreza – e portanto pela necessidade do fortalecimento das subjetividades capitalistas – e pelo crime, que além desta mesma introdução, traz consigo uma produção de culpa e necessidade de correção. O assunto abordado a seguir é a constituição deste universo e o que se passa nele. Porém, segundo o relato das mulheres que ali estão, percebe-se como estas características do Brasil colônia e do higienismo ainda estão fortemente arraigada social e institucionalmente, pois nos depararemos com discursos e práticas médicas e religiosas muito parecidas com os dos séculos XIX e XX.

O que há de interessante neste estudo é que este universo fala de mulheres de segmentos pobres, que na prisão devem seguir valores burgueses de reprodução e cuidado dos filhos. Ou seja, há toda uma maneira padronizada que deve ser seguida com o intuito duplo de aprendizagem e socialização destas mulheres que, apesar de cometerem crimes, são mães; é a partir desta função que devem se redimir, se não enquanto criminosas, pelo menos enquanto mães.

Será vista esta produção de dicotomia e o esforço dos profissionais desses estabelecimentos, com um intuito chamado de ressocializador³, de enquadrarem estas mulheres em normas hegemônicas e compulsórias de serem mães. Entretanto, percebe-se como esta subjetividade também atravessa e constitui muitas dessas mulheres na medida em que, com suas práticas, comprovam e aceitam o mito materno e procuram se comportar como esperam que elas se comportem, dentro do modelo hegemônico de maternidade.

³ Segundo Batista, a partir da década de 70 “a criminologia crítica constitui-se como saber que deslegitima o sistema penal como solução à conflitividade social” (2009, p. 195). Portanto, não se pode mais acreditar nas ilusões “re”, pois se percebe que, na verdade a prisão sempre foi o lugar para os quais não há uma posição diferenciada do contexto da dessocialização, desclassificação, entre outros, e não um lugar que ressocializaria o sujeito que lá se encontra. Assim, “A prisão surge como grande fracasso nos objetivos explícitos, mas sempre como sucesso para diferenciar, arrumar e controlar as ilegalidades. A justiça penal é construída para o controle diferencial das ilegalidades populares.” (idem)

CAPÍTULO II: MULHERES ATRÁS DAS GRADES

“Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
Temem por seus maridos, heróis e amantes de Atenas
As jovens viúvas marcadas
E as gestantes abandonadas
Não fazem cenas
Vestem-se de negro, se encolhem
Se conformam e se recolhem
Às suas novenas
Serenas”

(Chico Buarque – Mulheres de Atenas)

As primeiras prisioneiras no Brasil foram escravas que, no início do século XIX, ficavam nos calabouços ou nas “prisões navios”, em péssimas condições físicas misturadas a outros escravos e criminosos.

Em 1924, o professor, legislador e penitenciariasta Lemos Brito, altamente ligado às questões prisionais, teve grande influência junto aos governantes da época para que houvesse uma prisão destinada às mulheres em moldes diferentes das prisões masculinas, pois para ele as mulheres necessitavam de um tratamento específico.

Os crimes mais comuns nas prisões femininas estavam ligados, em sua maioria, ao não cumprimento das normas da moral e dos bons costumes. Nesta época, as presas por aborto, infanticídio, dentre outros, eram vistas com mais complacência do que as presas por prostituição, vadiagem e embriaguez. Isso expressa como as questões criminais femininas são mais complexas que as masculinas, pois além de cometerem os mesmos crimes que os homens, eram julgadas diferentemente deles com base em valores de cunho moral, como a prisão por adultério, por exemplo.

Surge então, no Rio de Janeiro, em 1942, a primeira penitenciária dedicada exclusivamente às mulheres, localizada no bairro de Bangu, distante dos presídios masculinos, pois, segundo Lemos de Brito, a presença e proximidade das mulheres poderiam estimular sexualmente os homens, já que permaneciam em total abstinência sexual. Esta penitenciária era administrada por freiras subordinadas ao Estado, que se dedicavam a educar, vigiar a sexualidade e os comportamentos, disciplinar a higiene e a saúde das condenadas. A liberdade só era conseguida caso se tornassem esposas dedicadas, prendadas ou seguissem o

caminho da fé, tornando-se freiras. Logo, o destino destas mulheres seria retornar ao espaço privado doméstico e reprimirem sua sexualidade ou ir para um convento.

Além das prisões, havia o Patronato das presas, criado em 1924, estabelecimento dirigido por mulheres religiosas que integravam a elite da sociedade. Tinha como finalidade auxiliar o Conselho Penitenciário a acompanhar o andamento do cumprimento da liberdade condicional, demonstrando o assistencialismo caritativo da burguesia e o forte cunho religioso ligado à correção dos crimes. Um exemplo disto é que, através do convite às irmãs do Bom Pastor para trabalharem na primeira penitenciária dedicada exclusivamente às mulheres, esperava-se que, pelas doutrinas religiosas, as presas desviantes dos bons costumes pudessem ser reeducadas e se transformarem em “moças decentes”. (Soares, 2002 p.55).

Em 1955, as freiras, não conseguindo controlar os inúmeros movimentos de rebeldia por parte das presas, justificados pelo fato de serem moralmente “decaídas” e, portanto, de difícil controle, são substituídas pelo Estado, que volta a administrar diretamente os estabelecimentos prisionais femininos com o intuito de gerir e corrigir melhor o corpo e a conduta dessas mulheres. Assim, a Penitenciária de Mulheres passa a ser chamada de Instituto Penal Talavera Bruce. (Soares, 2002)

Atualmente os presídios destinados às mulheres são: a Penitenciária Talavera Bruce, para mulheres condenadas no regime fechado; o Presídio Nelson Hungria destinado às mulheres recém-ingressas no sistema; a Penitenciária Joaquim Ferreira de Souza (Bangu 8), para presas que obtiveram progressão de regime e encontram-se no semiaberto e aberto; e a Unidade Materno Infantil, destinada às mulheres que tiveram seus filhos no período em que estavam presas e com eles permanecem por dois anos, que podem ser reduzidos ou prorrogados dependendo da especificidade do caso. Há, ainda, a Casa do Albergado, destinada ao regime aberto; o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho; e a Casa de Custódia, em Campos dos Goytacases.

As questões femininas na prisão se tornam mais delicadas, principalmente quando a maternidade entra em cena porque a própria criminalidade feminina se encontra em um rol especial, ou seja, a instituição mulher é tomada como criminosa somente em algumas circunstâncias, pois são entendidas em contextos específicos e definidos.

A análise da criminalidade feminina sempre se limitou ao que se pode chamar de "delitos de gênero", como infanticídio (art. 123 do Código Penal), aborto (art. 124, do CP), homicídios passionais (art.121, do CP), exposição ou abandono de recém nascido para ocultar desonra própria (art. 134, do CP), furto (art. 155 CP), além da ideia de que a conduta criminosa estivesse estritamente relacionada com os delitos dos companheiros ou maridos, ou seja, há poucos estudos, referências e políticas criminais direcionadas às mulheres (Buglione, 1998, p. 8).

Entretanto, hoje o crime praticado por mulheres é outro, e vai muito além das transgressões aos bons costumes. Em outras palavras, a mulher se insere cada vez mais no mundo do chamado crime organizado, como por exemplo no tráfico de drogas e outras práticas consideradas ilícitas e que violam as leis vigentes. Suas infrações atentam agora não só contra a considerada família nuclear burguesa, mas principalmente contra o próprio Estado, dito de direito. Ela – a mulher – passa, assim como outros segmentos sociais, a representar um risco para a sociedade.

Todavia, paradoxalmente, a mulher que se vincula ao mundo do crime, apesar de vivenciar o encarceramento da vida devido às suas práticas ditas criminosas, ainda se encontra no limbo das políticas públicas para o setor prisional. Ou seja, ao mesmo tempo em que é enquadrada no mundo dos desviantes e infratores das leis, a criminalidade feminina causa estranhamentos, pois este tipo de participação no mundo do crime – percebido como masculino – é por vezes apontado como uma passionalidade característica da mulher.

Em relação às especificidades das questões femininas na prisão, encontramos questões importantes, como as indicadas por Buglione, como o abandono em que se encontram as famílias das apenadas, posto que estas mulheres, muito constantemente, são as únicas responsáveis pelo sustento da casa e pela criação dos filhos. Em decorrência do contexto familiar destas mães, constatamos a presença de crianças e jovens nas ruas, eventualmente seguida de seu ingresso na criminalidade, uma vez que não podem ser amparados por suas famílias e as várias políticas, que se dizem públicas, os ignoram.

Entretanto, foi visto nas entrevistas que muitas mulheres já não estavam mais cuidando dos seus filhos quando foram presas; estes estavam sob os cuidados das avós ou de outros membros da família, mostrando que este chamado abandono, muitas vezes é anterior ao período de aprisionamento.

Da mesma maneira, há também o abandono por parte da família destas mulheres, que não aceitam o crime cometido e se recusam a visitá-las na prisão. Outro fator vinculado ao

chamado abandono é a dificuldade de conseguir dinheiro para visitar esses presídios, além da tentativa de evitar o constrangimento das revistas para os visitantes. Desta forma, algumas famílias desistem de visitar as mulheres.

Este contexto é muito específico, pois ao entrarmos no Complexo de Gericinó, em Bangú, no Rio de Janeiro, verificamos as longas filas de mulheres na frente dos presídios masculinos, apesar de passarem pelas mesmas revistas para visitarem seus companheiros e filhos. Também nos presídios femininos, as filas são compostas, em sua maioria, por mulheres: são filas curtas, evidenciando o abandono vivido por essas presas, principalmente por parte de seus companheiros que, na maioria das vezes, rompem o relacionamento após a prisão. Este abandono da família muitas vezes está associado a questões morais. Muitas mães deixam de visitar suas filhas, por não entenderem como elas foram parar no mundo do crime. Por outro lado, a relação conjugal com o companheiro, muitas vezes “parceiro de processo”, ou seja, acusado e preso no mesmo processo que a mulher, é desfeita após os julgamentos, pois muitas acusações mútuas são feitas nestes momentos.

De acordo com dados da Subsecretaria Adjunta de Tratamento Penitenciário, de agosto de 2007, a população carcerária no estado do Rio de Janeiro era de 21.404 homens e de 1.110 mulheres. Desse total, apenas treze mulheres e cento e dezenove homens cumpriam pena em regime semiaberto com trabalho extramuros. Esse quadro nos revela uma dramática realidade do mercado de trabalho. Para muitas mulheres, responsáveis pelo provimento de seus filhos, a dificuldade encontrada para conseguir emprego constitui um fator determinante para a reincidência criminal.

As mulheres encarceradas são, em sua maioria, jovens entre dezoito e trinta anos de idade, apresentam baixa escolaridade e a profissionalização é quase inexistente. A maioria trabalhava na informalidade e poucas relatam histórico de empregos regularizados segundo a CLT. Há ainda aquelas que viviam nas ruas e, quando menores de idade, passaram por abrigos e por “medidas sócio-educativas”⁴. Não são incomuns os relatos de maus-tratos e de

⁴ A ideia da medida sócio-educativa está profundamente calcada no ideal “re”, ou seja, é no contexto aprisionante e degradante do sistema sócio-educativo que se visa “regenerar” aquele que já está excluído dos bens de consumo e serviços relacionados à saúde, educação, entre outros, muito antes de adentrar neste sistema. Desta forma, se baseia na ideia de que existe uma sociedade a se enquadrar, sociedade esta baseada nos moldes hegemônicos de controle. A partir disso, imagina-se que este sujeito não faz parte desta sociedade, visto que precisa ressocializar-se. A pergunta que fica é: em que sociedade ele se enquadra? Ressocializar para quê? Para onde? Pode-se citar também o ECA (1990) que traz este conceito de “medidas sócio-educativas”. Entretanto, os estabelecimentos indicados para isso são, em realidade, locais de tortura, violência e desrespeito a esses jovens considerados como “sementinhas do mal”.

episódios de abuso sexual, cometidos principalmente dentro de suas casas e nos próprios abrigos. (DEPEN, 2008).

A nomenclatura "socioeducativa" remete a uma medida que socialize e eduque, mas não podemos naturalizar o termo. Podemos começar questionando o que é socializar? O que isso pressupõe (adolescentes que cometeram ato infracional não estariam na sociedade?) (...) Fato é que as práticas de aplicação das medidas socioeducativas muito têm de penal punitivo- o que não é de surpreender em uma sociedade que tem o dogma da pena embrenhado em seu seio (Souza, 2009, p. 19).

2 Como chegamos à UMI (Unidade Materno Infantil): a pesquisa inicial

A pesquisa realizada na UMI se deu a partir de um convênio entre a UERJ e a SEAP, a partir de uma demanda da juíza da Vara da Juventude e do Idoso, que visava entender melhor os caminhos que as crianças passavam ao adentrar nas prisões e quais questões se levantavam a esse respeito, tanto para as mães e para os familiares das presas quanto para os profissionais que lidam diretamente com esse universo.

A proposta desse projeto é pesquisar os sentidos da maternidade em mulheres do sistema prisional ouvindo, para isso, o que elas têm a dizer, bem como suas famílias, as equipes técnicas e os operadores do Direito das instituições que atuam na decisão sobre a manutenção desse filho: prisão, justiça da infância, abrigo, família. Acreditamos que os dados levantados nesta pesquisa qualitativa possam contribuir com as ações que são impetradas no destino das mulheres e das crianças (UZIEL et al, 2008)

Buscou-se estudar um pouco mais sobre parentalidade e encarceramento, os desdobramentos encontrados no cotidiano tanto dos profissionais – que lidam diariamente com as decisões de com quem as crianças devem ficar e como isso será feito –, quanto das mulheres – que devem se preparar para entregar esse filho ao cuidado de alguém.

Entrevistamos 37 presas que tiveram filhos no sistema penitenciário durante o cumprimento da pena e passaram pela UMI nos últimos dois anos. Também realizamos um grupo focal com as integrantes da pesquisa, que são professoras e alunas da UERJ, psicólogas e assistentes sociais e estagiárias de Psicologia e Serviço Social da SEAP.

A ideia inicial da pesquisa era conhecer este universo pouco explorado e contribuir de alguma maneira, através do conhecimento do público alvo deste processo, com as decisões que devem ser tomadas nesse contexto, tanto por parte dos profissionais, quanto por parte das mulheres presas.

Acreditamos que o processo desta pesquisa e os seus resultados possam agir como analisadores das diversas forças em jogo nas decisões sobre a guarda e a maternidade das crianças que nascem no período de encarceramento de suas mães. Os debates fomentados durante o processo certamente influirão no que tem sido compreendido como destinos mais indicados para crianças e adultos envolvidos nessas situações. A formulação de políticas públicas, a elaboração de portarias também acreditamos que possam se beneficiar dessas discussões. A pesquisa também alimentará o debate sobre adoção, cada vez mais em pauta na nossa sociedade, quiçá inaugurando outras falas sobre adoção aberta. Os dados da pesquisa também poderão contribuir para o debate acerca do acolhimento familiar e das políticas de abrigamento no município do Rio de Janeiro e por todo o Brasil (UZIEL et al, 2008,)

Em minha pesquisa, utilizei somente os resultados obtidos a partir das entrevistas com as mulheres presas, pois meu interesse se direcionava a este público. Portanto, selecionei algumas entrevistas para compor este trabalho.

Optei por uma forma de registro mais informal, pois os entrevistados pelo grupo da pesquisa inicial, do qual fiz parte – através do grupo focal, composto por técnicas do sistema prisional – e também outras profissionais que procurei a fim de complementar meus registros, apresentaram certa dificuldade para abordar este tema, sentimento típico no ambiente prisional. Já as detentas foram informadas da pesquisa feita pelo viés do convênio UERJ – SEAP. Utilizo, portanto, parte dos conteúdos da pesquisa inicial realizada em grupo para a especialização da UERJ nesta dissertação do mestrado.

Quanto a esta questão, talvez possamos pensar um pouco mais... “O que há enfim de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo” (Foucault, 2009, p. 8).

Esta é a pergunta que me faço no momento em que me proponho a entrevistar as mulheres que tiveram filhos e estão presas, ao perceber nelas o medo de falar o que não devem. O que há de tão forte e poderoso em suas falas que ao mesmo tempo em que podem se

sentir livres em seus discursos, também se sentem presas por eles? Da mesma forma, me questiono sobre o porquê muitos profissionais da área não se sentem à vontade para falar deste assunto e de seus trabalhos. Há um mistério em seus fazeres, escondendo-os tanto quanto os muros escondem as prisões.

Ambos, profissionais e prisioneiros, se sentem por demais aprisionados em seus discursos e práticas, como se tudo o que dissessem pudesse ser de alguma maneira usado contra eles. Afinal, o que há de tão perigoso no que falam?

Sabe-se que na sociedade possuímos mecanismos de exclusão e interdição e que, portanto, nos impedem de dizer tudo em qualquer circunstância; os discursos não podem ser ditos por qualquer um, de qualquer maneira.

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder (...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (Foucault, 2009, p. 9-10).

Desta forma, o discurso não é algo simples, pois nele se explicitam os jogos de força, as interdições e as exclusões. Estes mecanismos vêm acompanhados da vontade de verdade que atravessa a nossa sociedade e que exclui aquele que não pode ser verdadeiro, que não tem força, que não tem lugar social. “Essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (Foucault, 2009, p. 18).

Assim, fica mais fácil entender as redes que engendram estes discursos que busquei dos profissionais e das mulheres presas. Estes, além de estarem comprometidos com as próprias regras e exclusões discursivas, também estão atrelados às responsabilidades do lugar de onde vinham, ou seja, o discurso desqualificado e “mentiroso” da prisioneira, e o mistificado e poderoso do profissional, que precisa cuidar para não se comprometer enquanto profissional do sistema prisional e como pessoa designada ao mesmo tempo para dar suporte ao preso e também para auxiliar no veredicto do juiz a partir do seu laudo sobre um suposto conhecimento do detento. Logo, a verdade quanto à conduta do preso e quanto ao futuro dele lhe são cobrados, e talvez por isso seja tão difícil falar deste lugar. Não podemos também

excluir o próprio exercício desta profissão em um local como a prisão, com todas as redes institucionais de exclusão que o cercam.

Penso ainda na maneira como um conjunto tão prescritivo quanto o sistema penal procurou seus suportes ou sua justificação, primeiro, é certo, em uma teoria do direito, depois, a partir do século XIX, em um saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico: como se a própria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada, em nossa sociedade, se não por um discurso de verdade (Foucault, 2009, p. 18-19).

Eis neste momento a deixa para relatar como foi o trabalho das entrevistas e da busca por material.

Ao referir-me à UMI, seria necessário relatar um histórico do local, descrever o ambiente e suas regras. Entretanto, além do que eu havia visto e dos relatos informais em momentos de descontração com psicólogos e assistentes sociais do sistema prisional, não encontrei qualquer fonte documental que eu pudesse investigar. Na ânsia por maiores informações documentais e também movida por essa vontade de verdade que envolve o trabalho acadêmico, pedi ajuda para as profissionais do grupo de pesquisa que participava. No momento em que se deu este pedido mais direto- onde elas falariam ainda que informalmente, mas para um trabalho acadêmico- houve um certo mal estar por parte do grupo em compartilhar suas experiências neste local que conheciam bem mais do que eu por trabalharem nele. O discurso que outrora era “livre”, ou melhor sem tanta necessidade de produzir certas verdades, em clima de conversas e desabafos informais, tornou-se comprometedor, pesado.

Fui questionada várias vezes sobre a serventia dos relatos, como eu os usaria no meu trabalho e para que queria ouvi-las. Neste momento, emergem todos os medos que os profissionais do sistema têm em relação às questões de segurança, que estão presentes em todo o trabalho na prisão, pois tudo pode ser uma ameaça para a segurança tanto das presas quanto das próprias profissionais.

A parte documental ainda não está disponível para consulta, exceto para os profissionais da SEAP. Portanto, eu não teria como saber a história da UMI e de suas regras sem que perguntasse aos profissionais que ali trabalham. Por minha ingenuidade, não compreendi o peso dos seus discursos devido à “verdade” que deveriam expressar em um trabalho acadêmico; não consegui estas fontes, nem mesmo através da proximidade que tinha com

estas profissionais.

Assim, penso que a vontade de verdade e o peso que continham esses discursos impediram que me passassem, de alguma forma, o que conheciam deste lugar. Escrevo sobre ele de uma maneira não documental, mas a partir do meu ponto de vista, dos relatos informais que coletei e das entrevistas realizadas com as mulheres presas.

No grupo das mulheres presas, algumas se mostraram apreensivas e se sentiram comprometidas em corresponder ao estereótipo da boa mãe; outras disseram que diriam toda a verdade e as injustiças que sofreram neste espaço; algumas diziam somente o necessário, o mínimo possível. Nota-se então as várias versões do discurso que aprisiona no sentido de atender às expectativas que elas imaginam que o interlocutor tenha sobre serem boas mães e, ao mesmo tempo, a liberdade em poder falar de um lugar em que o discurso é marcado pela exclusão e pelo estigma, por estarem presas.

Há, sem dúvida, em nossa sociedade e, imagino, em todas as outras, mas segundo um perfil e facetas diferentes, uma profunda logofobia, uma espécie de temor surdo desses acontecimentos, dessa massa de coisas ditas, do surgir de todos esses enunciados, de tudo o que possa haver aí de violento, de descontínuo, de combativo, de desordem, também, e de perigoso, desse grande zumbido incessante e desordenado do discurso (Foucault, 2009, p. 50).

Apesar de todo o medo e mistério que encobre este lugar, conseguimos muitos relatos interessantes que aparecerão no próximo item.

2.1 Fotografando a Unidade Materno Infantil (UMI):

Tudo igual, só que de maneira diferente
A trapaça mudou de cara, segue impunemente
As senzalas são as anti-salas das delegacias
Corredores lotados por seus filhos e filhas...
Hum! Verdadeiras ilhas, grandes naufrágios
A falsa abolição fez vários estragos
(Gog - Carta a Mãe África)

Procurarei designar um retrato do que se tem como ponto de vista, ou seja, um retrato produzido por mim, uma maneira de sentir e perceber este determinado local; uma forma de reconhecimento não tão nítida, pois não se trata de um universo muito explorado, mas que possui pontos claros e escuros na medida do que se quer e pode perceber e do que deixa ser visto.

Para entrar neste local é preciso passar por uma portaria comum entre esta unidade e a unidade Talavera Bruce, penitenciária direcionada a mulheres já sentenciadas no regime fechado com tempo de condenação definido; entretanto, na realidade, nem todas estão nesta situação, pois algumas ainda não possuem sentenças definidas.

O que se vê ao passar por esta portaria é uma igreja ao centro, o Talavera à direita e a UMI à esquerda. Os muros da UMI são totalmente diferentes dos muros das prisões que alocam o complexo de Gericinó, em Bangu. Enquanto estas possuem muros altos, cinzas ou azuis, com arames farpados e cabines policiais no alto deles, a UMI possui muros baixos pintados de todas as cores com temas infantis como uma escola; portões encostados pintados de rosa e uma casinha de bonecas na sua entrada; jardim e banquinhos iguais aos de uma praça.

O efetivo carcerário não passa de 20 mulheres e as funcionárias revezam-se entre duas ou três. Ao entrar na unidade a primeira sala é a da diretoria, que se divide em cozinha de funcionárias e uma saleta improvisada das técnicas do Serviço Social e da Psicologia. Esta sala é uma espécie de divisória que não vai até o teto, permitindo que as vozes escapem por este espaço para a sala da diretoria. Entre a diretoria e o alojamento das presas há uma grade e uma porta, na qual as presas batem quando precisam se comunicar com a direção, fato corriqueiro no dia a dia.

Na sala da diretora há 3 mesas: a da diretora, da subdiretora e da agente penitenciária. Passando por esta porta estão os dois alojamentos das presas. Nestes alojamentos há a cama da mãe de madeira e o berço dos filhos ao lado da cama de cada mãe; são 2 alojamentos com espaço para 10 mulheres e filhos em cada um. Este espaço assemelha-se a um quarto de criança coletivo, pois se vê roupinhas de bebês penduradas nos berços, fotos e quadros infantis e mães ninando seus bebês. No caminho destes alojamentos sem grades, com janelas e portas em modelo antigo pintadas de azul, há um corredor com quadros de personagens infantis, carrinhos de bebês vazios e uma estante com livros infantis.

Saindo deste corredor, entra-se na cozinha, onde uma das mulheres, de tempos em tempos, é designada para preparar as refeições das crianças. Nesta cozinha há frutas, farinha láctea, Nan, liquidificador, espremedor de frutas e um fogão. Mais adiante fica uma sala comum com mesas, cadeiras e televisão e onde atualmente as mulheres, por pedido próprio, fazem artesanato, trocam experiências e aprendem umas com as outras o que sabiam antes de serem presas. Nesta mesma sala, há uma saleta para o pediatra, que diariamente está na unidade. Há um banheiro comum a todas, inclusive à direção, que se mantém limpo apesar do grande trânsito de mulheres e bebês. Há um espaço externo como um quintal para lavar e secar roupas, e quando chove, estas roupas ficam estendidas na sala comum.

O lugar onde as entrevistas foram realizadas era um corredorzinho entre a diretoria e a porta de ferro que separa esta sala do alojamento das mulheres. Durante todo o processo de pesquisa, as internas batiam na porta tentando comunicação com a direção. Pediam as mais variadas coisas, como falar no telefone com a família. As mulheres, em sua maioria, vinham acompanhadas de seus bebês que, de modo geral, dormiam durante a entrevista. Havia momentos em que amamentavam ou ficavam de pé para ninar a criança. Aqueles que não estavam com as mães durante a entrevista ficavam com alguma funcionária, pois as internas não podem se responsabilizar pelos filhos das outras. Sobre este fato, é interessante lembrar uma cena em que uma funcionária, “brincando” com uma interna, diz que seu filho gosta mais do seu colo que do da mãe, e que quer ficar com a criança.

No momento da pesquisa, em outubro de 2009, a UMI estava em obras, por isso, afirmavam que alguns espaços estariam precários, como a sala das técnicas e o banheiro.

Entra-se facilmente na UMI, e a desconfiança peculiar nos outros presídios de um visitante estranho ao local não está presente: a aparência é de escola, creche, casa, internato, abrigo, e não de presídio.

Este ponto é muito interessante e nos ajuda a entender um pouco da dinâmica interna do local, pois muitas pessoas referem-se à UMI como “creche”, “prisão sem grades”, “um lugar para as crianças” e coisas semelhantes. Isto já nos aponta para um contexto que não está dado, um contexto tenso, pois se trata de uma “prisão para as crianças”. Isto é, um ambiente que deve ser totalmente adaptado a elas, no qual a mãe presa fica em segundo plano. Quanto a isso, deve-se esclarecer que o que se quer dizer é que esta prisão é diferente das demais porque lá habitam também crianças e não só presidiárias, o que muda este contexto prisional. Por outro lado, podemos explorar esta colocação, de “ser uma prisão para crianças”, na

medida em que alguns consideram que a criança está presa junto com a mãe, no sentido de estar também cumprindo pena. Esta questão não está dada, embora para a política hegemônica na SEAP pareça ser uma questão não discutida. Entretanto, em algumas falas que serão abordadas mais adiante, veremos que algumas dessas mulheres entrevistadas não consideram que seus filhos estejam presos.

2.2 “Um lugar onde os bebês não choram”

“Mãe! Me imagino arrancado dos seus braços
Que não me viu nascer, nem meus primeiros passos
O esboço! É o que tenho na mente do teu rosto
Por aqui de ti falam muito pouco
E penso... Qual foi o erro cometido?
Por que fizeram com a gente isso?
O plano fica claro... É o nosso sumiço
O que querem os partidários, os visionários disso
Eis a questão...” (Gog - Carta a Mãe África)

Para que este título seja entendido pelas pessoas que não conhecem esse universo, talvez seja interessante informar que a Unidade Materno Infantil é destinada às mulheres que tiveram seus bebês enquanto cumpriam pena. São levadas para UMI após o parto e lá permanecem por dois anos com seus filhos. Esta prisão é conhecida como um lugar onde os bebês não choram, um lugar muito silencioso, apesar de tantas crianças. Deste modo, já percebemos que a UMI é uma prisão diferente, que traz consigo algumas peculiaridades, pois em paralelo com esta frase muito ouvida pelas pessoas que habitam e trabalham na UMI, estão as frases produzidas pelas pessoas que habitam e ocupam os demais estabelecimentos prisionais que dizem “cadeia é lugar onde o filho chora e mãe não vê”. Esta frase é ouvida nos estabelecimentos prisionais comuns, pois se considera que neste ambiente ocorrem situações extremas nas quais se está completamente separado da família, à mercê do Estado, que tem a função de puni-lo pelas infrações cometidas.

Para quem já adentrou as prisões e pôde conhecer um pouco deste ambiente, sabe-se que lá algumas frases são reproduzidas por muitos anos e só são reconhecidas naquele contexto. Há um dialeto próprio, leis próprias, uma nova organização da vida, um mundo à parte. Perguntando a uma das entrevistadas por que na UMI os bebês não choram, ela

explicou: “*estão sempre com as mães, sempre brincando. Acho que é de mãe mesmo, não deixar chorar (grifos meus). Já chorou, já pega logo. Primeiro a gente cuida dos bebezinhos, depois da gente*”. Na UMI as mulheres estão em segundo plano, as crianças devem ser cuidadas o tempo todo pela mãe, e neste sentido muitas internas naturalizam este ritual de cuidado, no qual precisam cuidar primeiro dos filhos e depois de si mesmas. É como se a mulher não existisse: está ali para cuidar do filho, por isso tem algumas “regalias”, como ser tratada como ser humano. Para ser reconhecida e respeitada, precisa ser mãe 24 horas.

Esta questão que envolve o fato de serem colocadas em segundo plano é muito evidente e explícita: todas parecem ter clareza deste lugar desprivilegiado. Esta colocação é justificada como forma de castigo, pois ouvimos muitas frases que indicam que as crianças não mereciam passar por esta situação, já que pagam por um erro que a mãe cometeu. Isto nos é tocante na medida em que paramos para pensar que, se fosse pelas mulheres que habitam o ambiente prisional, o lugar deveria ser de sofrimento, de dificuldades; mas como estão como responsáveis pelos filhos, o tratamento é diferenciado. Este ponto será comentado mais adiante. Porém podemos começar a ilustrar este cenário com uma frase captada nas entrevistas: “*Porque lá eles pensam na criança e não na mulher presa*” (referindo-se à UMI).

Esta frase remete ao pensamento de que talvez, por estas crianças estarem perto das mães e por terem toda atenção delas neste lugar, visto que devem cuidar dos seus filhos o dia inteiro sem poder dividir as responsabilidades, elas não tenham motivo para chorar, segundo afirmam algumas entrevistadas. Porém, penso que essa conclusão é muito vaga e insuficiente: como em um ambiente cheio de bebês e mulheres barulhentas (como é conhecida a prisão feminina) os bebês se calam? Mas esta é outra história. O que podemos contextualizar no momento é a diferença de concepção da UMI para as demais prisões.

No mesmo fragmento: “*Acho que é de mãe mesmo, não deixar chorar*”, a mulher expressa que faz parte de uma natureza materna não deixar o filho chorar, o que reproduz os mitos apontados no primeiro capítulo deste trabalho.

Voltando um pouco para o estabelecimento prisional, de acordo com Lourau, (1995) este – como todo e qualquer estabelecimento – é atravessado e constituído por diversas instituições. Estas não são algo observável, estático, são uma

dinâmica contraditória constituindo-se na (e em) história ou tempo (...) o tempo social-histórico é sempre primordial, pois tomamos a instituição como dinamismo,

movimento; jamais como imobilidade (...) o movimento ou força de autodissolução está sempre presente na instituição, embora esta possa ter a aparência de permanente e sólida (Lourau, 1995, p.11-13).

Entendemos que a instituição se mostra nos movimentos, na luta entre o instituído e o instituinte; não se trata de um estabelecimento ou de algo em si, com identidade própria, mas é algo invisível que comporta movimentos díspares que se mostram na análise das relações ali estabelecidas.

Isto significa dizer que o espaço da Unidade Materno Infantil será percebido e relatado como um lugar de movimento, de luta de forças, onde estão presentes diversas instituições em um mesmo estabelecimento: prisão, maternidade, infância, crime, tutela, controle, entre outros. Deter-me-ei mais precisamente nestes citados e tentarei experimentar os sentidos que se apresentam na UMI.

Ouvem-se coisas muito interessantes que apontam para algumas instituições ali presentes – como, por exemplo, “*o cuidado materno*” – como “*a UMI é ótima, o que estraga são as presas*”. Frases ditas por profissionais e prisioneiras, que indicam que este local poderia ser menos barulhento e confuso, se livre da presença das pessoas a quem, à primeira vista, está direcionado o estabelecimento.

Em conversa informal com a diretora da época, foi dito por ela que “*os pilares da unidade são disciplina e limpeza*”; por isso, o banheiro e todo espaço interno da unidade estão sempre muito limpos. Todas as internas são responsáveis pela limpeza e cada uma tem sua função, que é realizada junto com o bebê, pois este está sob a responsabilidade e cuidados da mãe por todo o tempo em que permanecer na UMI.

“Aqui a gente faz um pouco de cada coisa, limpa o ambiente por causa deles”.

Perguntada sobre a rotina na UMI, uma interna responde: “*mesma coisa todo dia, ela acorda, dou banho nela, ela dorme, passo a roupa dela*”.

“Cada mês nós temos uma tarefa”

Estas são algumas frases das presas, ouvidas nas entrevistas.

A diretora contou que após sua nomeação resolveu mudar algumas coisas, pois o ambiente agora, com ela, é “*mais harmônico*”, “*as presas não arrumam brigas*” como

outrora, e até resolveram fazer artesanato, “*aumentando a paz entre elas*”. Podemos analisar este fato citado pela diretora como um calmante para as internas, pois serviu para calá-las, acalmá-las, submetê-las. Nesta unidade, “*a prioridade é a criança*”; esta frase é ouvida por todas as mulheres que habitam este ambiente; por isso, assim que começou a dirigir a unidade, teve uma conversa franca com as internas lhes dizendo que ali “*devem se comportar como mães e não como presas*”; ou seja, devem dar prioridade às crianças e não brigarem entre si, pois isto não é bom para seus filhos.

Isto é um ponto de tensão neste estabelecimento. Ao mesmo tempo em que são imbuídas de culpa por serem pobres e terem filho, e principalmente por engravidarem no momento em que praticavam crimes, a maternidade as enobrece e lhes dá a condição de humanas.

A diretora – que já foi agente desta unidade – também informou a elas que gostaria de tratá-las não como uma agente penitenciária que reprime, como na cadeia comum, mas como uma diretora, como uma mulher que “*as reconhece como mulheres e como seres humanos*”. Portanto, precisariam se comportar para que ela pudesse tratá-las como tal. Deixou claro que sua “*palavra e seu laudo para a juíza podem desligá-las da unidade e destituí-las do poder materno facilmente*”, mas que não quer fazer isso. Portanto, elas “*precisariam colaborar*”.

Desta forma, podemos perceber a força da norma, pois é preciso obedecê-la, no sentido de “colaboração”, para que seus “direitos” sejam assegurados. Devem submeter e se disciplinar, seguindo as normas para que se produzam como pessoas, como seres humanos.

Estas informações são passadas informalmente para todas as mulheres que chegam à UMI. Tais regras foram implantadas na direção desta funcionária, portanto, não se trata de uma diretriz vinda do Estado, embora algumas sigam portarias ou resoluções específicas, muitas vezes advindas da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso. Esta situação comprova como as regras são transformadas em normas locais e passam a ser seguidas e entendidas como necessárias. Regras assim, no ambiente prisional, são seguidas sem maiores questionamentos, pois faz parte deste contexto a ideia da descaracterização do humano, ou seja, da produção de um não humano na medida em que se é preso.

Em nosso trabalho, não compreendemos a ideia de “humano” como uma essência ou natureza que faria parte de cada pessoa. A noção de humano, bem como, de “direitos humanos” são construções datadas historicamente e efeitos diretos de determinadas relações

de poder. Neste sentido, a ideia de humano e, também, de que parcelas da população são consideradas como não humanas é uma produção.

Segundo Bauman (2005), a modernidade se caracteriza pela produção do novo, por um lado, e pela fabricação de lixo, por outro. Porém, o autor sustenta que em nossos dias uma das principais formas de lixo que tem sido produzido é o chamado “refugo humano”. As pessoas refugadas, despidas de sua humanidade, se tornaram um grande problema para o Estado. O que fazer com este tipo de lixo que cresce a cada dia por obra do próprio sistema capitalista, é para Bauman um dos principais problemas políticos enfrentados pelos Estados no que chama-se de Modernidade Líquida.

Ao se referir ao estado das prisões brasileiras, Wacquant (2001, p.11) chamou estas de verdadeiros “campos de concentração para pobres”. Nestas instituições, a figura dos presos não possui humanidade, isto é, os presos deixam de ser humanos e se transformam em lixo. De acordo com Wacquant (2008, p. 14), “(...) as prisões se transformam em aterro sanitário para dejetos humanos de uma sociedade cada vez mais subjugada pelos ditames materiais do mercado e da compulsão moral da responsabilidade pessoal”.

Por este viés, interessa-nos pensar como a condição de humano é uma construção histórica. No caso das presas, a “humanidade” destas está em sua maternidade, e não propriamente nelas. Elas são mulheres refugadas pelo modo de funcionamento de nossa sociedade; pelas relações de poder que atravessam a mesma e pelos imperativos do mercado.

É interessante observar como a condição do ser humano é uma prerrogativa que pode ser mudada a partir do comportamento inadequado. Isto é, só se é humano e tratado como tal quando se corresponde às expectativas, assim como se pode perder rapidamente a humanidade e o poder materno caso a diretora assim queira. A ordem é garantida através de ameaça, sendo esta possivelmente atendida pelo poder judiciário mediante a desvalorização das pessoas presas. O fato de estarem presas faz com que a decisão pela manutenção do filho ou do vínculo legal com ele passe necessariamente pelo Estado. Durante os seis primeiros meses da criança, no Rio de Janeiro, o Estado acolhe a díade mãe-bebê, direito previsto na LEP (Lei de

Execução Penal)⁵. Este acaba sendo um período de observação, que vai contribuir para um parecer favorável ou desfavorável a esta mulher no exercício da parentalidade.

As dicotomias construídas entre criminosa e mãe, presa e ser humano é marcante. Ao mesmo tempo é interessante pensarmos que neste contexto passa a ser considerada humana porque é mãe e deixa de sê-lo porque é presa, o que se coloca como uma tensão importante de ser percebida. Acreditando-se na essência destas categorias encerra-se por si só qualquer outro entendimento, qualquer possibilidade de estranhamento e de construção de novos sentidos para as atrizes desta cena. Ou seja, há algo como uma natureza cristalizada que existe no seu interior e que permeia as relações, fazendo delas uma resposta pronta, um universo conhecido e explorado, de onde não se tem nada de novo.

Assim, a prisão é percebida como sendo a mesma ao longo dos tempos, ou até pior devido às novas significações cada vez mais negativas sobre o crime e sobre as mães enquanto figuras intocáveis, símbolos de respeito e amor, aprisionadas em uma essência aceita e cultivada por grande parte das pessoas. “O poder cria normas, medidas, identidades que tentam fragilizar, manietar e, mesmo, capturar o que pode se tornar perigoso: a afirmação de novas formas de relações, novas formas de amor e novas formas de criação” (Foucault, apud Coimbra, 2009;8).

Desta forma, a UMI só é um ambiente aparentemente menos opressor e mais tranquilo, graças às crianças que, segundo afirmam, humanizam as mães, as tornam melhores. Não podemos ignorar o fato de que, se considerarmos, como muitos, a ideia de essência e hereditariedade, estas crianças também podem ser vistas como “sementinhas do mal”, que devem ser retiradas deste ambiente o quanto antes e cuidadas por “pessoas de bem”, para se recuperarem da influência que trazem no sangue e no convívio com estas mães.

Este lugar não se trata de uma prisão que se moldou para quem cumpre a pena, mas para quem “nada tem a ver com isso”. Ou seja, as crianças não mereceriam ter também um tratamento desumano como o direcionado às presas, segundo algumas profissionais deste estabelecimento e as próprias mulheres que estão detidas. Neste sentido, consideramos as

⁵ Artigo 83, §2º, que diz que “Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 (seis) meses de idade.”

prisões como lugares onde as pessoas não são respeitadas, e onde dominam no cotidiano os tratamentos mais degradantes, pois como nos indica Wacquant:

É o estado apavorante das prisões do país, que se parecem mais com *campos de concentração para pobres*, ou com empresas públicas de depósito industrial dos dejetos sociais, do que com instituições judiciárias servindo para alguma função penalógica - dissuasão, neutralização ou reinserção. O sistema penitenciário brasileiro acumula com efeitos as taras das piores jaulas do Terceiro mundo, mas elevadas a uma escala digna do Primeiro Mundo, por sua dimensão e pela indiferença estudada dos políticos e do público: entupimento estarrecedor dos estabelecimentos, o que se traduz por condições de vida e de higiene abomináveis, caracterizadas pela falta de espaço, ar, luz e alimentação (Wacquant, 2003, p. 19).

Durante a pesquisa, fui afetada pela história de uma agente penitenciária que por acaso era enfermeira e, em seu plantão, uma interna estava prestes a dar a luz. O SOE (Serviço de Operações Especiais), que atua no transporte dos presos, além de conter motins nas prisões, não chegou a tempo: e a interna teve que ficar em cima de colchonetes no corredor da zeladoria do presídio, onde teve seu filho. A agente fez o parto e os deixou ligados pelo cordão umbilical. Quando o SOE chegou, teve de levá-los agarrados para que a placenta não saísse e o bebê morresse. A mãe teve de manter as pernas fechadas para salvar a vida do filho. Este procedimento foi feito porque não havia tesoura que pudesse ser esterilizada na unidade para cortar o cordão.

Este relato nos aponta os inúmeros desdobramentos de uma gravidez no contexto prisional. A precariedade do serviço de transporte das presas se agrava pela má vontade dos funcionários do SOE, que são produzidos para ignorar o sofrimento e a urgência dos apenados, neste e em vários outros momentos em que as mulheres precisam de socorro e são reduzidas a coisas, não tendo suas vidas respeitadas em qualquer sentido.

Por outro lado, outra história contada neste mesmo dia foi a de uma presa morta pelas outras da mesma cela. As agentes, ao chegarem, tiveram que tirar o corpo da cela, revelando a dificuldade e a dureza do trabalho realizado por elas, a precariedade e a violência presentes na vida não só das presas, mas de todos que ali estão: aprisionados, sem dúvida.

Isso significa dizer que ao mesmo tempo em que podemos relacionar esta prática de trabalho dos agentes do SOE a algo desumano, em outros momentos, também se pode perceber como este trabalho é desumanizado; ou seja, difícil, violento e degradante. Um

trabalho em constante fio de navalha, pois se pune e se trabalha em condições muito difíceis como nos indica Dahmer:

A inserção do inspetor penitenciário numa ordem burocrática pode descortinar uma outra compreensão acerca da complexa engrenagem que vai se reproduzindo no interior das prisões. Isto permite entender o ambiente gerado pela ordem específica instituída, que é perversa na sua raiz, possibilitando o exercício individual da crueldade em muitos momentos, tanto por parte do preso quanto do funcionário (Dahmer, 2006, p. 47).

O contexto prisional feminino é marcado pela presença predominantemente de mulheres, como as presas e as profissionais. As relações que se estabelecem na UMI são diferentes das demais prisões femininas, pois a criança neste local tem relações diferenciadas. É comum as agentes serem madrinhas dos filhos das presas, quererem cuidar deles e até mesmo se sentirem mais aptas para este cuidado. Estes dados são importantes, pois além de falarmos de uma prisão, estamos falando de uma prisão com bebês, o que torna este cenário mais peculiar ainda.

À situação de separação em relação aos filhos que já tinham anteriormente, soma-se a necessidade de um estabelecimento especial que acolha durante um tempo o bebê com sua mãe, além de um lugar que acolha esta criança após o prazo de seis meses, referente ao período de amamentação⁶. A dúvida de com quem deixar seus filhos, o medo de perdê-los para a adoção caso não tenham familiares ou pessoas amigas disponíveis para cuidar das crianças durante a pena e a preocupação com o resgate destes filhos após a prisão permeiam o cotidiano dessas mulheres na UMI.

Neste sentido, sobre a nova lei que estende o tempo de permanência das mães com os filhos, é possível pensar um pouco em que princípio se fundamenta para que possamos ter uma visão crítica quanto a sua produção.

A lei 11.942/09 traz o principal direito a ser garantido às mulheres em cárcere, o direito constitucionalmente garantido ao aleitamento (...). Não restam dúvidas de que a amamentação constitui direito inalienável da mãe e da criança. Contudo, ante a ausência de definição legal e constitucional do período adequado de permanência

⁶ É importante lembrar que esta pesquisa ocorreu antes da lei 11.942/09 de maio de 2009, e, portanto o tempo de permanência da mãe com a criança era de seis meses, sendo agora de até dois anos.

das mães com seus filhos na prisão, os Estados da Federação estabeleçam prazos diferentes para a questão; nos Estados em que nada foi estipulado, a definição do período de aleitamento materno, depende exclusivamente dos diretores dos estabelecimentos prisionais (Ramos, 2010, p. 15).

Desta forma, o aleitamento materno será priorizado, não havendo incentivo de complementação alimentar durante os primeiros seis meses, havendo somente a substituição em casos excepcionais. A criança também deverá permanecer com a mãe neste período de seis meses, mesmo que esta esteja impossibilitada de amamentar.

É defendido pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária que seja garantida a possibilidade de crianças com mais de dois anos e até seis anos de idade permanecerem junto às mães na unidade prisional, desde que seja em unidade materno infantil, equipada com espaço dormitório para mães e crianças, brinquedoteca, área de lazer, abertura para área descoberta e participação em creche externa (Ramos, 2010, p. 15).

As opiniões sobre os filhos habitarem o espaço prisional com suas genitoras são controversas, pois entram em choque os “direitos da criança” e os “direitos da mulher”, que convergem e divergem em alguns aspectos. As portarias que determinam a conduta não são suficientes para tranquilizar as equipes técnicas, os próprios juízes, ou mesmo oferecer alternativas razoáveis para mães, filhos e familiares.

O que se deve considerar é que com a nova lei, os filhos também estarão presos com suas mães, situação descrita por elas nas entrevistas como inconveniente. Por outro lado, será uma nova possibilidade para aquelas que não têm com quem deixar os filhos e principalmente para as estrangeiras.

Porém, essa opinião é muito polêmica e divergente entre as internas, pois algumas consideram realmente que seus filhos estão cumprindo pena, e outras veem esse momento como necessário e consideram importante esse período de convivência, querendo até mesmo prolongá-lo. O que se percebe, na maior parte dos discursos é que a cadeia não é um lugar onde a criança deve ficar e que as mães, apesar da vontade de estarem próximas dos filhos, devem pensar nisso. Não se sabe de onde vem essa ideia, se das internas ou do próprio contexto prisional. Sabe-se que é uma ideia comum, são regularidades discursivas, pois estão falando de um mesmo lugar, submetidas às mesmas normas, aos mesmos jogos de poder, o

que faz com que o discurso se repita em um determinado momento, em um determinado lugar, de uma determinada forma.⁷

“A gente fica mal com o prazo de seis meses, mas tem que pensar na criança, ver o lado dela. Não é legal criança ficar dento da cadeia.” (Daffyny, 21 anos)⁸.

“Seria maravilhoso ficar com ela a minha pena toda, mas a gente é muito egoísta. Imagina ficar um ano só vendo a mim... uma criança que não vê um cachorro, uma pracinha. Seria melhor se ficasse só quatro meses porque eles sofreriam menos. Tem gente que nem queria que o filho estivesse aqui, a família obriga.” (Bárbara, 37 anos).

“Acho que o tempo devia ser dois ou três anos porque eu poderia ter perdido a minha filha se não tivesse achado um guardião na época.” (Kellyane, 32 anos).

“Aqui eles veem só quadrado, vê o sol nascer quadrado.” (Michele, 24 anos).

A amenização da pena, ainda que pelo fator da gravidez (ou seja, estão na UMI porque foram mães), é um ponto importante. Entretanto, não se deve pensar em uma cadeia melhorada, visto que seu objetivo sempre foi a produção/fortalecimento da delinquência.

No caso da extensão do tempo dos filhos com as mães, é visto que a amamentação encontra seu auge nesta lei, na qual é extremamente valorizada, prescrevendo uma determinada maternidade, como visto no capítulo anterior. Assim, a amamentação também é mais uma prescrição, mais um mecanismo de controle, pois é o termômetro que indica se a mãe está se comportando, se está amamentando, se o faz na hora certa, da forma correta. Ou seja, é uma maneira de condicionar as condutas, de vigiar estas presas, que devem seguir os preceitos da direção, do pediatra, da juíza, e de todas as autoridades especialistas que estão acima dela.

Na prática, além do parecer da equipe técnica, que acompanha as mulheres na Unidade Materno Infantil, relatórios técnicos das unidades femininas, bem como avaliação da equipe do poder judiciário, estes mecanismos vão dar subsídios para a decisão sobre a continuidade ou a interrupção da relação mãe-filho e onde ele vai esperar ou não o fim da pena da mãe.

A relação do presídio com a maternidade parece guardar semelhanças e diferenças. A incompatibilidade entre as duas condições – mãe e presa – também parece ser apontada, e a

⁷ Sobre o assunto, consultar Foucault : (2009).

⁸ Nesta pesquisa, todos os nomes citados são fictícios.

cobrança aparece no sentido do aperfeiçoamento do cuidado, e também na intenção de se tirar o bebê daquela situação. Em ambos os casos não parece ter espaço para uma reflexão que, escapando da lógica que culpabiliza a mulher, ofereça outras oportunidades para mães e bebês, na escritura de outra história. Mesmo a entrega dos filhos sem abandono é vista como característica subumana de uma mãe incapaz de amar, uma mulher egoísta, irresponsável, pouco feminina e confiável.

Muitas vezes a mulher não quer o filho, não escolheu ser mãe naquele momento, e este aspecto precisa estar em pauta não como mecanismo de culpabilização, prova de desumanidade, como mais uma evidência da “encarnação do mal”, mas como possibilidade que possa auxiliar no estranhamento da naturalização da maternidade como desejo intrínseco à mulher. A não escolha, por outro lado, também não inviabiliza amor, afeto e desejo de ser mãe. Muitas vezes, essa desnaturalização da maternidade acontece na situação limite da prisão, na qual a interna é obrigada a ser mãe de uma determinada forma, seguindo um determinado modelo. Isto se mostra evidente nesta situação, em que a mulher deve corresponder a determinadas exigências para que seja considerada humana, no caso, mãe, já que na UMI, não são presas, são mães...

Neste capítulo serão apresentadas as mulheres que fizeram parte desta história, as presidiárias e as profissionais que contribuíram direta ou indiretamente para este trabalho. As técnicas e funcionárias do sistema prisional aparecem como pano de fundo, pois nenhuma entrevista foi feita por mim. Há somente registros de conversas informais, de frases escutadas nos corredores e do grupo focal que realizamos para a pesquisa inicial, feita no convênio UERJ/ SEAP a fim de colher material deste grupo, que em sua maioria faz parte do sistema prisional, atuando profissionalmente nele.

2.3 Alguns olhares sobre a UMI

Neste momento buscaremos trazer a UMI através de alguns relatos e tentar compor as diferentes perspectivas que se tem deste ambiente a partir dos discursos das mulheres que lá estão presas e por aquelas que por lá passaram e hoje cumprem pena em outros presídios. Traremos estas falas para que elas próprias formem um mosaico sobre como é este lugar e que maneiras de ser mãe e ser presa são produzidas e fortalecidas nele. Neste sentido, buscamos o

movimento das instituições⁹ maternidade e prisão através das falas das pessoas que habitam este ambiente específico. Não se busca apresentar modelos, mas dar visibilidade aos atravessamentos das redes que compõem as histórias dessas mães que ocupam a UMI.

Serão usados relatos das entrevistas feitas durante a pesquisa, que não foram gravadas, mas transcritas. A opção por não gravar, advém da dificuldade de se conseguir entrar com gravador no presídio e pelas próprias presas que poderiam se sentir constrangidas e com medo de como seus discursos seriam utilizados para não prejudicar seus processos.

“A UMI é o lugar ideal, por isso não posso reclamar. Lá eu tive apoio, fui bem tratada e os profissionais me trataram como mãe e não como presidiária.” (grifos meus)
(Daffyny, 21 anos).

Esta é a frase mais falada na UMI, pois é como se fosse uma prisão especial para as mães, ou melhor, uma prisão para se aprender a ser mãe, porém, mãe no sentido hegemônico do termo, pois não por acaso, respondem às perguntas que *“ser mãe é dar carinho, amor, cuidar e educar e, principalmente, viver em função do filho”*. Logo, estar na UMI é uma espécie de escola de mães, na qual algum deslize pode ser fatal no sentido de perderem a guarda dos seus filhos e serem afastadas deles antes do período de amamentação. Portanto é imprescindível se encaixar no modelo esperado de maternidade; do contrário, serão tratadas como presas, ou seja, perdem todos os direitos.

Há muitas tensões entre as “boas mães”, que podem ser representadas pelas funcionárias e técnicas, que precisam inculcar esses valores, e as “más”, que são as prisioneiras. Outro fator decorrente é que muitas presas nunca tiveram essa oportunidade de se depararem com seus filhos em tempo integral, e nunca puderam vivenciar este modelo de ser mãe, pois na rua precisavam trabalhar, sobreviver de alguma forma. Assim, cuidar dos filhos é uma novidade neste novo contexto em que estão. Estas são algumas tensões que ocorrem neste ambiente.

*“Aqui se ganha cinco refeições por dia por causa do bebê, você está aqui exclusivamente por causa da criança. Se você não cuidar bem do filho, fecham **pra** você.”*
(Bárbara, 37 anos).

⁹ Conforme já assinalado o capítulo anterior, instituição aqui não é sinônimo de estabelecimento, pois segundo a Análise Institucional, toda instituição é composta por forças instituídas e instituintes em constante luta, em constante movimento.

O termo “fecham para você” significa que se perderá as “regalias” e voltar-se-á a ser uma presa comum, podendo até mesmo perder o filho seja para a adoção, para um abrigo ou guarda, e se irá separar dele antes do tempo estipulado, como foi o caso de duas de nossas entrevistadas.

Anne, estrangeira, perdeu a filha após três meses na UMI. Relata ter tido muita dificuldade para se adaptar à prisão, principalmente no Brasil, onde não dominava o idioma e tinha costumes completamente diferentes advindos da África do Sul, seu país de origem. “Conta que teve seus pertences roubados pelas outras presas e que não conseguia entender as regras da prisão por ainda não saber português. Não conseguiu contato com a família e nem com o consulado, até ter a visita de um pastor que falava inglês e que conseguiu contato com sua família e com o consulado. Sobre o cotidiano na UMI, diz que elas *‘tem que limpar’*. Cada mês elas têm uma tarefa. No primeiro mês não trabalhou, *‘brincava muito com a minha neném e pegava os filhos das outras para fazer dormir’*. Após três meses, a diretora da Unidade *‘quis dar a neném para a adoção porque eu não tinha leite e não queria dar banho de sol na minha filha’*. Explica que não queria dar banho de sol porque os pais morreram de câncer e o irmão de 18 anos teve câncer também. Ouviu, como justificativa para a perda da filha que não a amava. Quiseram que se despedisse da filha, mas ela não quis largá-la. Diz ter ficado muito triste e chora ao contar a história. *‘Ninguém vai pegar a minha filha, não quero dar ela’*. Com a perda da filha, Anne ficou dois meses sem comer e foi trabalhar na costura *‘para não pensar na neném’*. Ficou quatro meses sem notícia do seu processo e sem notícias da filha, até conseguir uma advogada que falava inglês e que conseguiu uma audiência, na qual *‘a juíza mandou fazerem voltar com minha filha’*”.

Há um ano sua filha está com uma família acolhedora e Anne recebe visitas semanalmente. *“Minha experiência é de muita dor”, “afirma ao se referir ao momento da separação. ‘Essa filha eu não vi o primeiro dente, a primeira vez que andou, mas escutei a primeira palavra: ‘mama’”*.

A história de Anne é um dos exemplos da condição das estrangeiras nas prisões brasileiras, onde o tratamento consegue ser mais excludente e opressor que o destinado às brasileiras. Neste caso, além de não saber de sua sentença – como é o caso de muitas brasileiras – Anne perdeu o direito à maternidade por não obedecer a uma regra local básica: para ser mãe na UMI deve-se seguir um determinado modelo esperado. As normas da UMI são fortemente enfatizadas e é preciso punir aquelas que servem de exemplo negativo, como

foi o caso de Anne, que por motivos pessoais e singulares não tinha leite e não aceitava dar banho de sol na filha.

Percebe-se que inúmeros mal entendidos acontecem pela falta de escuta por parte dos funcionários, que muitas vezes não querem saber o motivo pelo qual algumas regras não são cumpridas, mas preocupam-se com a punição deste não cumprimento. Talvez seja uma maneira de não se envolver, de massificar as regras, pois apesar da Lei de Execução Penal estar pautada no princípio individualizador da pena¹⁰, que supõe um tratamento penitenciário adequado a cada preso com vistas à sua reinserção social. O que se observa na prática é que tal princípio se tornou uma falácia, pois cada vez mais se massifica para se controlar melhor, para que a subjetividade se torne massa, para ser melhor controlada, para que todos recebam as mesmas regras e as cumpram de mesma forma.

O fato da presa não ter leite é perigoso na UMI, pois se segue o modelo maternal higiênico, no qual o leite e a amamentação são inerentes à maternidade, não podendo haver substituto que se compare a amamentação materna. Aquelas que por algum motivo não possuem leite trazem consigo uma inaptidão à maternidade, principalmente na prisão, mesmo que a nova lei não considere um impedimento à permanência da mãe com o filho pelo fato desta não ter leite.

Michele, 24 anos, também relata uma história de separação precoce da filha. Desta vez por ordens da pediatra da prisão, que presenciou uma cena e não quis saber o porquê, e sim como poderia impedir aquele procedimento que julgou errado. Ao chegar na UMI teve dificuldades em cuidar de Luiza, sua filha, e precisava de ajuda das outras colegas. Diz que seu curto período na UMI – não sabendo precisar quanto tempo ficou –foi ruim por um lado, pois as colegas lhe ofereciam um mingau que acreditava conter drogas, pois ficava com muita sede após tomá-lo.

Seu leite estava secando e alimentava Luiza com Nan. Um dia Luiza engasgou com a mamadeira e não havia ninguém por perto. Michele se desesperou e começou a sacudir Luiza, quando foi surpreendida pela pediatra, que achou que ela estava maltratando a filha. A

¹⁰“O princípio constitucional da individualização da pena visa fazer prevalecer sempre o relevante interesse de reeducação e ressocialização do condenado.” (Torres, 2006). É um princípio que visa individualizar, organizar o período em que o sujeito estiver preso para direcioná-lo a tão sonhada ressocialização, assim, lança-se planos de trabalho, estudo e outras opções que possam tornar o tempo do preso produtivo e frutífero na prisão. Vale ressaltar que não é possível segui-lo, visto que as prisões não possuem, na verdade, ofertas para ocupar, como indica o plano, o tempo do preso. Desta forma, esse princípio não consegue se concretizar, embora os diferentes profissionais se embasem nele. Para maiores esclarecimentos, consultar a lei 7.210, de 11 de julho de 1984, que especifica os critérios de individualização da pena.

pediatra lhe tirou Luiza e encaminhou-a para um abrigo sem dar tempo dela se despedir, sem poder se explicar e sem lhe dizer o que iria acontecer. Diz ter sido um momento muito difícil, no qual sua única reação era chorar.

Neste caso, em que mais uma vez a imagem sublime da amamentação foi corrompida e Michele perdeu a filha, podemos perceber o quanto é tênue a linha que separa a mãe da presa, como é dito na UMI; em poucos instantes, pode-se deixar de corresponder a um papel e passar para seu inverso: o de presa, no qual a desqualificação e a falta de direitos são evidentes. Por outro lado, também podemos concluir que Michele perdeu a filha porque já não se espera nada dela, ou melhor, sua atitude não poderia, neste contexto, ser interpretada de outra forma, senão a de estar fazendo mal à filha. Mais uma vez não se prioriza a escuta e o contexto para se entender melhor o que acontece, mas se deixa guiar por essências, naturezas e modelos.

Desta vez, Michele perde a filha pela acusação de uma figura extremamente importante: a pediatra. O poder médico de dizer o que se deve ou não fazer no contexto prisional é mais forte ainda, pois é investido de um poder ainda maior. Neste caso, a pediatra, que sabe que não se deve sacudir a criança, não quer saber por que aquilo foi feito, assim como a diretora da história anterior, que pune o mau exemplo retirando a filha de Michele.

Porém, aquelas julgadas “*boas mães*” afirmam que a UMI é “*um lugar muito bom,*” onde há “*leite, comida, bom tratamento, e acima de tudo, são tratadas como mães, como pessoas.*” Lá se segue uma rotina na qual a maior obrigação é o cuidado com a criança. A higiene dos filhos e a limpeza do local são muito cobradas e precisam ser obedecidas para o bom andamento da Unidade. Porém, estas regras de limpeza do local, seguem uma tabela de rodízio entre as mães: o momento certo de dar banho nas crianças, a hora de retirar o leite e introduzir a papinha para acostumar as crianças com a alimentação diferente, já que irão se separar delas, a responsabilidade de ficar com os filhos o tempo todo, não podendo delegá-la a alguma “*coleguinha*”, – termo que usam quando se referem às companheiras de cela – e a proibição das internas de amamentar o filho das outras. Estas são algumas das regras internas da UMI, não estando em nenhum outro estatuto regulamentar prisional geral.

A proibição de amamentação dos filhos por terceiras é um importante tópico para tocarmos, pois nos remete a uma questão: porque interessa ao controle que a interna não possa amamentar o filho de outra? Se o objetivo é o cuidado, a criança já seria contemplada, mas é necessário controlar tudo, em especial, as relações, para que as regras sejam cumpridas. O poder controla a relação das detentas com as outras, e a relação da própria detenta consigo mesma. (Foucault, 2008)

Outro modo de pensar a mesma questão é colocar em análise a amamentação compulsória, ou seja, a mãe é obrigada a amamentar seu filho, não podendo delegar essa função a outra, para que a maternidade se institucionalize de maneira uniforme. É a disciplina misturada com o biopoder; é o controle do tempo e das relações dos indivíduos em nome de uma vida saudável. Quanto a isso, podemos recorrer aos exemplos das nutrízes no século XIX, que foram fortemente perseguidas, tais quais as mães que recorriam aos seus serviços e não exerciam plenamente a maternidade prescrita. É a atualização do higienismo sob novas fisionomias.

Portanto, ao perguntar para as mulheres que lá estão presas e para os profissionais que lá atuam onde estas regras estão escritas, como se seguem e qual o peso para punir as que não são cumpridas, não houve qualquer resposta que apontasse para estas regras estarem escritas, e sim que eram regras passadas de direção para direção, ou prescritas pelo pediatra ou pela juíza da Vara da Infância, Adolescência e Idoso, sem regulamentação interna. Fui informada de que toda e qualquer regulamentação referente à UMI estava em processamento no momento da pesquisa.

As normas, segundo Foucault (2008), são mudadas o tempo todo para melhor controlar os comportamentos. Elas amparam os jogos de poder na prisão para mostrar a fluidez do controle, mudam de acordo com as estratégias de poder, e amparam os jogos de poder. A partir delas se condicionam condutas, e é preciso que se enquadre nelas para se viver melhor, para reivindicar a normalização do outro; esta é a justificativa para a atualização delas.

Um exemplo disso é que hoje o banho de sol não é mais obrigatório como era na época em que Anne estava presa.

Ocorre na prisão e em outros lugares, hoje a céu aberto (Guattari, 1992) assujeitamentos. Ou seja, as pessoas não precisam tanto do controle de fora, mas de uma relação normalizada que se tem consigo próprio. A partir das normas, se dirige e se coloniza as consciências. São relações de poder que se dão a partir do poder de submissão de cada um de nós. Surgem a partir das ciências sobre a vida (biopolítica) e não do Direito, com a desculpa de melhorar a vida das pessoas.

As leis se proliferam e são pautadas nas normas, pois vêm colonizadas por elas. Há um respeito à lei pelo cuidado com a norma, ao mesmo tempo em que a norma se apoia na lei para atuar concretamente. É isto que assistimos na prisão; são normas e portarias internas, ou seja, mecanismos de segurança, instrumentos da biopolítica mostradas na LEP – Lei de

Execuções Penais – e no ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente – para serem fortalecidos.

As leis precisam de todos esses outros respaldos para que nada escape, para que tudo seja regulado, controlado. O conteúdo das leis vem das normas, mecanismos de segurança que controlam a população e visam abarcar um número maior de pessoas para controlar os riscos e as condutas. No caso em questão, é exercida também a disciplina para um melhor funcionamento interno do estabelecimento. Seguindo esse princípio, a norma se reporta à lei para atuar concretamente, como já assinalado.

A dificuldade de encontrar documentos oficiais a respeito da UMI pode também advir destas constantes mudanças. Entretanto, percebeu-se que as portarias e as regras originárias da medicina são as mais rígidas, como por exemplo, o cuidado com o bebê e as regras advindas da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso, ou seja, da juíza, como não fumar, as regras de alimentação (inserir comida sólida aos 4 meses), dentre outras.

Desta forma, a UMI é um estabelecimento atravessado e constituído por linhas que advêm dos poderes judiciário, penal e médico. Apesar de tanto poder e normas, - regras maiores do que as do presídio comum, pois além de a seguirem, seguem também as da maternidade prisional – a UMI é entendida como um ambiente melhor do que a prisão comum. Um lugar onde são mais bem tratadas, um lugar mais tranquilo, onde se distraem com seus filhos, têm acesso à saúde e se alimentam melhor. Podemos pensar que o controle neste lugar talvez seja mais evidente do que na prisão comum, pois apesar de estarem investidas de forte disciplina enquanto tecnologia de poder estão também mais submetidas ao controle; portanto, estas milhares de regras são entendidas como uma maneira mais leve, e menos pior de se sentirem punidas.

Assim, o processo de produzir um modo de viver considerando verdadeiro que nos individualiza e torna as pessoas colonizadas, normalizadas, é o governo por individualização. É a arte de governar condutas.

“Na UMI eu acordava às 8 da manhã, dava banho e café para minha filha e ficava o dia todo sem ter o que fazer. Às vezes brincava com a menina. Bom era saber que estava do lado dela, ruim era saber que estava chegando o dia dela ir embora.” (Daffyny, 21 anos).

“Lá eu era bem tratada e não costumava ter estresse com a equipe de guardas. Na faxina eu botava meu filho no carrinho e fazia minhas atividades. Quando o bebê chorava, eu parava um pouquinho. Todas passam por todos os setores para trabalhar.” (Amanda, 23 anos).

“Na UMI eu tive as responsabilidades de mãe, diferente dos meus outros filhos. Minha rotina era acordar, amamentar minha filha, dar banho, trocava a roupa dela e deixava ela dormindo enquanto eu fazia as atividades do lugar. Depois, meu tempo era só pra ela.” (Kellyane, 32 anos).

Nesta fala, além de podemos observar as regularidades discursivas a respeito do cotidiano de tarefas e fazeres na UMI, também podemos nos reportar ao fato de que na UMI, muitas pessoas têm a oportunidade de vivenciar uma relação diferente com a prole. Ou seja, vivem a domesticação, a normalização e colonização, a que muitas vezes não precisaram se submeter nas ruas. *“É muito diferente estar presa, conviver com o filho e com as outras pessoas. O que tinha de bom na UMI é a oportunidade de você ficar com seu filho. A assistência é ótima, meu filho só mamava Nan. Lá levava **ele** para fazer exames, não tem do que reclamar.”* (Carla, 23anos).

Podemos perceber nesta fala o fator da assistência, que muitas só conhecem nas prisões, e o vêem como um favor, visto que as políticas públicas não dão conta das necessidades dos segmentos pauperizados. A entrevistada teve a oportunidade de ser “contemplada” com exames somente quando foi presa. E isto é compreendido como uma forma de “premiar” o bom comportamento, por ser uma “boa mãe” dentro do modelo higienista esperado. Por outro lado muitas não conseguem esses atendimentos, mesmo estando na prisão.

O fato de na prisão algumas pessoas terem acesso à assistência é um fator muito polêmico. As crianças têm Nan disponível e uma alimentação saudável. Muitas pessoas polemizam esta política, indignadas pelo fato de somente os presos conseguirem determinados “benefícios” que muitas pessoas ditas “de bem” – nesse sentido se dicotomiza o trabalhador e criminoso – não conseguem. Isto nos aponta o quanto as políticas ditas públicas são deficientes e não atuam como são colocadas nas leis; ou seja, não atendem a todos. Ao mesmo tempo explicita o preconceito e a indignação das pessoas que acreditam que os presos são seres inferiores, que não merecem cuidados.

“Na UMI, cuidei do meu filho do jeito que queria, só não podia fumar, dar mamadeira, nem amamentar outras crianças, mas eu amamentava, via a criança chorando e a mãe não queria dar o peito porque doía, eu acabava dando escondida. Porque lá eles pensam na criança e não na mulher presa.” (Kátia Mara, 26 anos).

Nesta última frase vê-se as burlas, pequenos focos de resistência, pois apesar das normas, das regras, há sempre meios de se escapar ao controle. A resistência é sempre

afirmativa, vem sempre anterior ao controle que se impõe a fim de conter essas brechas, para não deixar escapar nada.

Algumas regras, como não amamentar outras crianças que não sejam seus filhos, devem ser obedecidas em qualquer circunstância. Além desta regra, a alimentação e o momento certo de introduzir os alimentos sólidos e papinhas devem ser feitos com o aval do pediatra da unidade, que observa e acompanha o cuidado das mães.

Estar vigilante 24 horas, cuidar, mantê-los limpos e vigiar atentamente os filhos são regras indicadas às mães pelos pediatras e funcionários do estabelecimento.

Desta forma, produz-se uma desqualificação dos cuidados que estas mães poderiam dar aos filhos e, em contraposição, a afirmação da fala dos especialistas, que buscam qualificar, colonizar e ensinar essas mulheres.

“Aqui eu durmo o dia todo e Laura dorme comigo. Faço minhas tarefas e vou dormir. Aqui não parece uma prisão.” (Roberta, 22 anos).

Neste sentido, podemos observar a naturalização da prisão e de suas violências. Ou seja, algo recorrente em todas as entrevistas é que a UMI não parece uma prisão, pois lá são bem tratadas, visto que a prisão é um lugar onde os maus tratos se tornam instituídos e, portanto, naturalizados. Por outro lado, a UMI é uma prisão onde o foco é o bebê; assim, este tratamento estaria justificado não pela condição da mãe após o parto, mas pela condição do bebê. Não que isto não devesse ser levado em conta, mas a situação da mulher continua sendo a que menos importa.

“Aqui você está exclusivamente para a criança. Se dá banho, banho de sol, amamentamos. Com 4 meses começa a adaptação para a saída da criança, quando é introduzida a alimentação. Tem um médico de segunda à sexta na nossa cabeça, se a criança não mostra uma evolução natural, a culpada é a mãe.” (Grifos meus) (Bárbara, 37 anos).

Nesta última entrevista se vê que Bárbara expõe a culpabilização; ou seja, o controle sobre o aprendizado e desenvolvimento da criança passa a ser responsabilidade única das mães, que devem promover o cuidado e a estimulação ideal para seus filhos, já que estão tendo “apoio” para isso, ou melhor, assistência médica.

Há um discurso que prescreve como estas mulheres devem cuidar de seus filhos, como devem alimentar, educar, promover saúde e estimular através das brincadeiras. Este discurso também pode ser encontrado em orientações da UNICEF, que além de organizar campanhas, materiais educativos, e apoiar projetos para a prevenção da violência, também estimula

programas de capacitação das famílias, tal como é produzido na prisão. A mãe precisa ser capacitada e treinada neste ambiente prisional em prol do bom desenvolvimento do filho, e, ao mesmo tempo desenvolver-se enquanto pessoa também. É uma forma de remissão.

Ficar sempre perto da mãe ajuda o bebê a se desenvolver (UNICEF, 2007, p. 09).
A higiene é muito importante para a saúde e o conforto do bebê (UNICEF, 2007, p. 29). A criança aprende com a família a cuidar da higiene, do corpo, da casa e da comunidade (UNICEF, 2007, p. 10).

As práticas da prisão são exercidas enquanto tecnologia disciplinar e biopolítica, simultaneamente, visto que tais práticas de controle do corpo repercutem em aspectos de controle populacional, forjando subjetividades dóceis e produtivas.

Grande parte das mulheres entrevistadas se refere à UMI como um lugar bom; entretanto, há algo neste local pacífico e infantil que escapa, que foge ao estereótipo da mãe zelosa, pura e responsável. Muitas mulheres citam que as colegas fumam – atividade expressamente proibida pela juíza da Vara da Infância, Juventude e do Idoso – e brigam muito, não respeitando as crianças, ou seja, desconsiderando a saúde delicada delas, segundo as funcionárias do estabelecimento em que a criança deve estar em primeiro plano. Tais discursos são internalizados pelas internas que tiveram suas condutas conduzidas durante todo o seu período de aprisionamento, mostrando que o controle e que as normas foram eficazes que convenceram, se instituíram a ponto de se fizerem algo não recomendável, o fazem sabendo que estão erradas, e que é prejudicial. Algumas citam com certo espanto que muitas têm relações homossexuais. O espanto advém do ambiente, ou seja, como em um ambiente maternal, na qual a sexualidade¹¹ não deve existir segundo as ideias higiênicas, algumas mulheres desrespeitam esta norma? Outro fator ligado a isto é que a visita íntima é suspensa enquanto as mulheres estão na UMI, pois sua prioridade é a maternidade e não a sexualidade, que deve ser suspensa e esquecida neste momento tão sublime. Uma interna entrevistada disse ter vergonha de lutar pelo direito à visita íntima.

“Lá tinham internas que ferviam água e jogavam nas outras. É um ambiente pesado, é diferente da rua ou da sua casa.” (Carla, 23 anos).

¹¹ O tema da sexualidade não será explorado neste trabalho.

“Tudo que acontece na rua acontece dentro da UMI: deixa a criança largada, não cuida, faz o básico só por obrigação, tanto que tem muitas mães que mandam a criança embora antes do tempo.” (Kátia Mara, 26 anos).

“Na creche – se referindo a UMI – é muito estresse: muita mãe junta, muita criança chorando. Lá era tudo de bom, exceto pelas brigas entre as mães que ocorriam por coisas mínimas: faxina, carrinho, cigarro e choro das crianças. Acho isso errado, acho que o coletivo tem que se unir.” (Amanda, 23 anos).

Algumas destas citações se parecem muito com as das funcionárias da UMI que dizem que o lugar é ótimo, o que estraga são as presas.

O fato de haver brigas entre as internas na UMI revela uma semelhança com o presídio comum, fato evitado pelo corpo de funcionários, já que deve ser um lugar diferente para mães, segundo as normas locais. As brigas fazem este ambiente ser complexo, e provoca estranhamento e necessidade de extingui-las para que se mantenha a paz do ambiente maternal. Isto prova que como sempre algo escapa, embora exista o controle, existe também a fuga: uma maneira diferente de ser mãe, de se comportar diferente apesar de toda a vigilância.

Outro fato relatado como negativo na UMI é de algumas internas sentirem que seus processos param e não têm como remir sua pena.

“A UMI é ruim para a mãe, pois como o foco é a criança, o processo da mãe fica parado, por isso preciso sair daqui para o meu processo andar.” (Roberta, 22 anos).

Neste sentido, percebe-se o quanto a mulher é esquecida. A interna é “elevada” a função de mãe, e a partir disto sua condição de prisioneira fica suspensa. É como se neste momento, precisasse cumprir outra função, uma função dita mais nobre e necessária à chamada ressocialização, que adviria dos ensinamentos e transformações produzidas por eles. Na UMI, a remissão de pena não ocorre. É um tempo suspenso, um tempo que não é contado, talvez porque, como dizem ali elas deixaram de ser prisioneiras e tornaram-se mães...

A partir destes relatos percebemos como alguns sentidos são produzidos neste contexto pelas mulheres que o habitam, seja como prisioneiras ou como funcionárias.

No próximo capítulo, veremos o processo da maternidade neste lugar, seja na produção dele ou na separação entre mães e filhos.

CAPÍTULO III: DE MÃES POBRES DESNATURADAS À PRODUÇÃO DE MÃES BOAS NA PRISÃO

“Ser mãe é dar carinho, compreensão, cuidar, dar ensino. Não sei explicar porque não fui totalmente.” (Carla, 23 anos).

Estes são discursos comuns no ambiente prisional, pois estas mulheres presas acreditam ter aprendido o sentido da maternidade e a maneira ideal de ser mãe através da privação dos filhos e dos demais familiares enquanto estavam na prisão. Além disso, a prisão, com sua disciplina, lhes ensinou a ser mães, ou seja, a se comportarem, ainda que forçosamente, como mães higiênicas, embora evidenciem algumas burlas em relação a este “aprendizado”. O que queremos dizer é que essas mulheres precisam corresponder a algumas expectativas no momento em que são inseridas na prisão, para não correrem o risco de perderem seus filhos. Desta forma, elas não podem exercer a maternidade espontaneamente: estão 24 horas sob a vigilância dos olhares, atentos a qualquer deslize “em benefício da criança”. Refiro-me aos profissionais que atuam na UMI e que precisam zelar pelos cuidados das crianças que lá estão. Ou seja, precisam através de seus conhecimentos e da disciplina que devem inculcar nessas mulheres, induzir um determinado tipo de tratamento e relação entre mãe e filho que são padronizados; que correspondem às expectativas do direito e da medicina.

Entretanto, mesmo tendo que seguir determinados padrões, percebe-se que há espaço para fugas, pois estas mulheres em alguns momentos conseguem cuidar de seus filhos da maneira que acham certo, quando conseguem escapar nas brechas deste controle.

Um exemplo disso é a fala de Kátia Mara que afirma ter conseguido criar o filho como queria, além de amamentar outras crianças – mesmo sendo proibido.

Estas mulheres que habitam as prisões são em sua maioria oriundas dos segmentos mais pobres, e quando se tornam mães na prisão são afrontadas pela iminência de perderem seus filhos por não “saberem” cuidar deles de maneira correta, ou por não terem naturalmente a aptidão para a maternidade. Seguindo as pistas de Rago, encontramos em sua obra “Do cabaré ao Lar” a seguinte passagem:

Não amamentar e não ser esposa e mãe significava desobedecer a ordem natural das coisas, ao mesmo tempo que se punha em risco o futuro da nação (...) A mulher do lar, cuidando da educação dos filhos, da formação do caráter deles nos moldes da sã moral, da sua educação física, prestava maior atenção à pátria cumprindo sua função natural (Rago, 1997, p.79-80).

Isto significa que estamos atrelados até hoje a este modelo higienista – burguês de cuidado e educação. Sobre isto, temos a fala de Carla, que nos indica como este modelo ainda se encontra presente em nossa sociedade, visto que se concebe incompetente e mãe pela metade por não ter tido um exemplo à altura no momento em que era filha, e portanto não soube se comportar como mãe. É interessante questionar, que modelo de mãe é esse? É possível corresponder a ele ou é mais uma invenção assim como o mito da família estruturada?

Neste trabalho, através das falas e das passagens de vida, não busco apresentar modelos, mas dar visibilidade aos atravessamentos das redes que compõem as histórias destas mães que ocupam as prisões. Neste sentido, são apresentados fragmentos de vidas, e através deles se pensa como estas mulheres encontram modelos nas prisões e como fazem para corresponder a eles. É interessante, pois embora se saiba que este ambiente tem servido a produção incessante da delinquência, do esvaziamento da potência de vida e da introdução de normas e modelos de conduta, na história de muitas mulheres, este estabelecimento serviu como “escola da vida”. É assim que muitas se referem à UMI, pois inculuiu, de alguma maneira, modelos a serem desempenhados, ainda que para a sobrevivência delas neste lugar. Muitas mulheres afirmam que a prisão as modificou, que ficaram mais maduras, menos rebeldes e mais espertas. Porém, algumas dizem terem ficado mais rebeldes, pois nunca viram em nenhum outro ambiente tantas injustiças serem cometidas.

Será abordado também o parto em dois sentidos: o tornar-se mãe, no sentido figurado, ou seja, aprender como ser mãe na cadeia e ter um filho concretamente na cadeia, e o parto nas condições subumanas de uma prisão, assim como a gerência e a domesticação da maternidade.

3 A mãe pobre e incompetente

Apesar de a partir do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente – de 1990 preconizar que “A falta ou carência de recursos materiais não constituem motivos suficientes para a perda ou suspensão do pátrio poder”, o que percebemos na prática é que as mães pobres e, neste caso, presas, continuam sendo afrontadas pelo fantasma de serem negligentes, desapropriadas e sem instrução para desempenharem o papel de mães. “Percebemos ainda hoje, na prática cotidiana das Varas da Infância e da Juventude que as marcas da exclusão moral das famílias pobres e um incentivo à adoção.” (Ayres, 2009, p. 50). Isto nos mostra que o contexto da adoção ainda se encontra enraizado por questões ligadas diretamente à estigmatização e desvalorização da pobreza. Portanto, principalmente no cenário da prisão, no qual a maternidade e o poder sobre o filho constituem uma relação vulnerável, não são incomuns as ameaças por parte das agentes e profissionais do presídio de tirarem os filhos das mães. Entretanto, apesar dos avanços legais, a vulnerabilidade destas mães se expressa de forma alarmante, pois qualquer deslize de comportamento, seja em relação à conduta prisional ou em relação ao cuidado com o filho, esta mãe pode perdê-lo, sendo caracterizada como incompetente. Vide o caso das internas Anne e Michele, das quais os filhos foram retirados.

Na prisão, a decisão da mãe de se separar do filho antes do período estipulado é uma escolha que pode estar motivada por diversos fatores, como não querer que o filho cumpra pena pelo fato de achar que a prisão não é um ambiente adequado para a criança. Há ainda a necessidade de pensar em seu processo e mudar de prisão para remir seu tempo trabalhando (situação que não ocorre na UMI) ou pela incorporação de valores pulverizados, que imprimem nesta mãe presa a ideia da impossibilidade de ser mãe neste lugar e a necessidade de aprender a ser.

Na contramão dessa ‘verdade’ propomo-nos a considerar o ato de separação mãe/filho como ato de entrega, enquanto um ‘abandono forçado’. Entendido quando as mulheres-mães aceitam e assumem a impossibilidade de criarem seus filhos, quando se esquivam da dita missão nobre da maternidade na tentativa de preservação da condição de cidadania do filho (Ayres, 2009, p. 51).

Esta aceleração da entrega, de acordo com as entrevistas realizadas na UMI, veio marcada mais por uma incompatibilidade em ser mãe na prisão do que em uma crença de

incompetência, até porque o discurso hegemônico destas mulheres expressa seu aprendizado em ser mãe na cadeia. Além desse aprendizado, a maior parte delas se sente capaz de exercer a maternidade e se percebe, muitas vezes, como a melhor pessoa para cuidar do filho.

“Maternidade e cadeia não combinam. Ter filho presa é horrível, cadeia não é lugar para se ter um filho. Às vezes não se tem o que comer, se a família não trouxer comida, a interna não come bem e gravidez dá fome. Se eu soubesse que estava grávida, não teria sido presa.” (Amanda, 23 anos).

A questão de que não teriam sido presas se soubessem que estavam grávidas é recorrente nas falas das internas. É um exemplo de que a maternidade deve ser entendida como algo que exclui o mundo do crime, como se para ser mãe fossem necessários alguns pré-requisitos, por exemplo, estar “no caminho certo” para se responsabilizar pela criança; da mesma maneira, não deveriam estar com seus bebês na prisão, por considerarem este ambiente inapto para as crianças.

Neste sentido, estamos imersos em um grande paradoxo, pois se a mãe é por excelência a melhor cuidadora dos filhos, segundo as ideias higienistas, como pode uma criminosa, ser a mais indicada para cuidar de uma criança? Balisados nesta crença, ou seja, de que a mãe é a melhor cuidadora e que na prisão estes bebês estão entregues aos cuidados desta mãe, há necessidade, por parte do corpo funcional do presídio, de ensinar a esta mulher; ou melhor, de adaptar esta criminosa ao mundo materno.

Seguindo esse raciocínio, as entrevistadas, em sua maioria, correspondem a estes ensinamentos, pois apesar de se queixarem de alguns procedimentos e rotinas, afirmam ter aprendido muito com isso. Desta forma, observa-se os paradoxos presentes nesta dobradinha mãe x criminosa e as diversas possibilidades que se abrem com esses precedentes.

Daffiny nos diz que *“Não sabe o que é ser mãe porque está presa, mas sabe que tem uma filha para cuidar”*, ou seja, ainda se sente inapta ou até mesmo impossibilitada de exercer a maternidade da maneira prescrita. Porém, ensinaram-lhe que hoje tem responsabilidades, tem uma filha para cuidar; fato que não se dava conta antes de ser presa.

3.1 O momento do parto: as relações de violência que se estabelecem ao se tornar mãe na prisão:

“Quando, seu moço, nasceu meu rebento
 Não era o momento dele rebentar
 Já foi nascendo com cara de fome
 E eu não tinha nem nome pra lhe dar
 Como fui levando, não sei lhe explicar
 Fui assim levando ele a me levar.”

(Chico Buarque- Meu Guri)

Ao se entrar na prisão muitos dos chamados direitos são suspensos, e o sujeito restrito a uma lógica e a regras peculiares deste ambiente, que são incontestáveis e que custam o tempo de liberdade de quem está dentro desses estabelecimentos. Desta forma, o momento do parto no contexto prisional se configura como uma das diversas desumanidades que ocorrem naquele lugar. No parto, segundo a lógica prisional, a mulher ainda é uma criminoso, alguém que rompeu um contrato social e feriu a sociedade. Portanto, as condições para ela são as piores possíveis, a ponto de poder-se recorrer ao período da escravidão para se aproximar das condições que a mulher presa se encontra nesse momento. É importante apontarmos tal questão, pois para muitas mulheres, o parto dentro do modelo higienista e das subjetividades dominantes é encarado como o melhor momento, o mais emocionante de suas vidas. Na prisão, é preciso se descaracterizar e se extremar alguns eventos – como o parto por exemplo – a fim de que a partir disso aconteça algum aprendizado. Ou seja, é necessário aprender com o castigo, com a privação, com a dificuldade, segundo o ideal do encarceramento. Então, é preciso sofrer para aprender.

“Carla descobriu o momento do parto na hora do confere¹². Ficou apavorada, mas não disse que queria ir ao hospital porque estava com medo do tratamento que seria dado pelo SOE (Serviço de Operações Especiais) no caminho. Depois de um tempo, quando perceberam seu estado, foi encaminhada à maternidade Alexandre Fleming pelo diretor do presídio na

¹² O confere é como é chamada a inspeção que ocorre na prisão ao amanhecer e ao anoitecer (quando a cadeia fecha e todos devem ir para as celas). Esta inspeção acontece para que se apure irregularidades como drogas, celulares, dinheiro, objetos cortantes, dentre outros. É um momento de revista das internas. Os agentes entram nas celas e a revistam por inteira. Muitas vezes deixam tudo revirado, necessitando que se arrume toda cela após o confere. Em algumas prisões, as mulheres devem ficar nuas e se abaixarem como é feito na revista dos visitantes para que se tenha certeza que não portam drogas ou objetos proibidos nos órgãos genitais. É um momento de angústia para quem tem algo a esconder e também para quem não tem, pois pode ter seus objetos quebrados e sua cela bagunçada após a inspeção que ocorre, no mínimo, duas vezes ao dia.

época. Relata que foi bem tratada no hospital e teve seu filho *sozinha* na maca pela manhã”. Apesar de ter seu filho *sozinha* em um hospital, naturaliza esta situação dizendo que foi bem tratada naquele local.

Embora saibamos que o tratamento em hospital público é precário, Carla parece estar familiarizada com esse cenário e não estranha o fato de ainda estar na maca após sua bolsa estourar. Além disso, vem da prisão, local onde o tratamento é, por estrutura, desumanizado; portanto, preferiu sentir as dores do parto na cela, pois estas contrações seriam menos angustiantes do que a presença e “atendimento” do SOE. Isto demonstra o horror deste momento tão delicado, e a sequência deste horror no momento do parto, embora tenha sido visto por ela como natural.

Compartilhando da mesma solidão no parto, Daffiny “Relata que ao se ter o filho, as presidiárias ficam *sozinhas*: *‘a médica diz para ela dar um jeito porque os PMs (Policiais Militares) não querem que ajude. Na hora do parto, faz força e põe o bebê pra fora sozinha. Quando o bebê sai, a equipe aparece para cortar o cordão umbilical’*. Daffiny afirma que *‘cadeia é um lugar em que não se pode argumentar, como se ela estivesse sempre errada’*”.

Através da história de Daffiny podemos perceber a dificuldade da própria equipe médica em lidar com a situação, de ter uma detenta em trabalho de parto. Não se sabe por que a equipe obedece aos guardas, mas pode-se supor que, além do medo advindo de estereótipo da presa e do preconceito dirigido a ela, pode também haver o medo da PM, que no momento do parto e por todo o período em que a presa se encontra no hospital, fica responsável por ela. Entretanto, é no mínimo estranho que a equipe médica acate as ordens da PM sem o menor questionamento, uma vez que o hospital é seu ambiente de trabalho e a segurança não poderia suplantar a saúde e a vida dos pacientes, sejam eles quem forem.

Anne nos relata uma história parecida: “Conta que acordou com a água saindo e que teve que fazer cesárea. O SOE disse que ela não estava grávida e a levou para o hospital geral. A médica que a examinou disse que o bebê iria nascer. Depois disso, foi levada para mais dois hospitais. Foi algemada durante o parto ‘para não fugir’. Como estava com muita dor, tiraram as algemas, pois viram que ela não teria mesmo como escapar. Não viu a filha o dia todo e isso a assustou. Queria ficar com a filha e ficou triste por não conseguir. Contou ainda que no hospital puxavam seu peito, que não tinha leite e que a filha não vinha, o que a deixava nervosa. *‘Queria minha filha na minha mão’*. Depois de três dias foi para a UMI. Na Kombi

em que foi transportada conseguiu ver a rua, diferente do carro do SOE¹³. Conta que a diretora daria sua filha para uma outra detenta enquanto Anne fazia a revista da entrada na UMI, sem lhe explicar quem seria essa detenta. Teve que esperar seus pertences passarem pela revista e estava aflita sem saber com quem a filha estava.”

Anne, como já foi dito, é estrangeira, da África do Sul. Além da apreensão de estar em um país desconhecido sem ninguém, teve que passar por maiores aviltamentos no momento do parto. O fato do SOE tê-la levado para mais dois hospitais pode fazer parte da tortura, tanto física quanto psicológica, aplicada muitas vezes na prisão é reproduzida por estes profissionais. Percebe-se que, apesar da confirmação da médica e também do tamanho da barriga de Anne, a descrença na sua gravidez, e conseqüentemente no momento do parto, fazem parte da rotina de terror presente no Sistema Prisional.

Mais uma vez, é visto que a segurança está acima da saúde, pois a equipe médica permite que Anne tenha o parto algemada, apesar de haver um agente fora do quarto. Entretanto, muitas vezes o agente acompanha o parto dentro do próprio quarto.

Assim, após o parto, Anne já é mãe, e é levada para a UMI em uma Kombi de onde pode ver a rua, ou seja, há uma mudança em seu tratamento que se inicia após a saída do hospital. Apesar disso, continua não tendo nenhum domínio sobre sua filha, que lhe é retirada e cuidada por outra detenta na sua chegada do hospital. Talvez para uma adaptação, para inseri-la em um contexto de “maternidade assistida”, no qual poderia exercê-la de forma dependente, vigiada. É preciso deixar claro, no momento do ingresso, como será sua passagem por lá. A responsabilidade de cuidar é sua, mas é preciso também que se enquadre nas regras e perceba a ameaça de não ter o maior domínio sobre a sua filha. Agora, ambas estão tuteladas pelo Estado.

Podemos remeter a Goffman (2001) para ilustrar o que ocorreu com Anne em sua entrada na UMI. Este autor afirma que a entrada em uma prisão é seguida por uma “mortificação do eu”, que suprime a “concepção de si mesmo” e a “cultura aparente” que traz consigo, produzidas na vida familiar e civil, e não aceitas pela sociedade. Ou seja, leva-se um

¹³ O carro do SOE parece um camburão ou até mesmo um carro de transporte de animais. É uma van preta, fechada, com poucas frestas para ventilação. Há dois bancos atravessados, um de frente para o outro, que são divididos por uma grade quadriculada. É escuro e geralmente fica bem apertado. Quando a porta se abre, sai um de cada vez, com as mãos para trás, muitas vezes algemados. Devem olhar para baixo em sinal de respeito. Há relatos de que são xingadas durante a viagem e que as curvas e buracos na estrada são passados de maneira desconfortável.

choque para corresponder a esta nova realidade. É preciso se enquadrar, respeitar as regras, conhecê-las, e para isso é necessário que elas se imponham desde sua chegada.

Este mecanismo, além de causar a perturbação da relação entre ator/indivíduo e seus atos, causa o “desequilíbrio do eu”, uma vez que profana as ações, a autonomia e a liberdade de ação do internado, e assim se impõe a disciplina através do amortecimento daquilo que se era antes de entrar em uma prisão. É preciso que toda a autonomia seja retirada para alcançar o resultado esperado. Nesse mundo, a equipe dirigente precisa impor obediência ao internado; precisa dar a impressão de que os padrões humanitários são mantidos, e de que os objetivos racionais do estabelecimento estão sendo realizados. Kellyane teve uma experiência parecida com a de Anne: “ficou com as duas mãos algemadas à cama. Quando sua filha estava nascendo, chamou o médico, mas este só lhe pedia para fazer força e em nenhum momento lhe tocou. Ela mesma realizou o parto da filha, depois de tirarem as algemas. Conta que a criança estava roxa e, por isso, deu-lhe uma palmada para que chorasse. Depois amamentou. Conta que o médico lhe deu ‘bronca’ por causa disso.”

Mais uma vez, vemos um profissional de saúde se esquivando no momento do parto. Neste caso, ainda reclamou do procedimento feito por Kellyane a fim de animar a filha.

Para Bárbara, “apesar de ter pré-eclampsia e esperar 12 horas pelo SOE, considera que seu parto foi maravilhoso: *‘não parecia que eu estava presa’*. A enfermeira permitiu que andasse pelo hospital sem algemas. Fez amizade com os PMs, que lhe trouxeram pizza, por se queixar da comida do hospital. *‘O PM que tomava conta de mim dormia ou saía à noite (...) só fiquei uma hora na sala de pós-parto porque a sala é coletiva e tinha que ficar acompanhada pelos PMs, o que gerava um constrangimento nas outras mulheres. Em nenhum momento se esquece que se está presa’*.”

“Relata uma história, no mesmo hospital, quando estava passando mal e o médico não pode atendê-la, pois estava jantando. O PM foi buscá-lo. Em outro momento, com a demora no atendimento, o mesmo PM disse para a enfermeira: *‘se a Bárbara morrer, eu vou prender alguém aqui e vai começar por você.’*” Por esses exemplos, Bárbara afirma que essa gravidez foi melhor do que a que teve quando estava em liberdade.

A partir de relatos diferentes, nas quais há ou não a proteção da polícia, vemos como este fato muda o tratamento dado no hospital. No caso de Bárbara, a polícia intervia no

atendimento médico para que ela fosse mais bem tratada; para isso ameaçava a equipe médica, diferente dos casos relatados anteriormente.

Apesar de toda proteção, Bárbara afirma que em nenhum momento esqueceu que estava presa, embora também tenha dito que não se sentia presa devido à assistência dada pelos PMs durante o período de internação. Ou seja, uma linha tênue faz com que perceba como é o tratamento dado a uma presa: se sente livre quando tem a cobertura dos policiais, mas presa quando percebe que a presença deles com ela só ocorre porque está custodiada, e isso causa constrangimento nas outras mulheres. Da mesma forma, imagina que o tratamento dado a uma presa comum, que não tem amizade com os policiais, é bem diferente do que recebeu, afirmando o tratamento desumano dado às demais detentas.

Podemos também perceber o controle que a polícia é capaz de exercer em um hospital, em que manda mais que os profissionais de saúde ao obrigarem o médico a atender Bárbara. Da mesma forma, coage a enfermeira pelo mau atendimento. É necessário o apelo à segurança para que a saúde se cumpra.

Diferente da história de Bárbara, a maioria das mulheres relatou um parto ruim, que esperaram muito pelo SOE e não foram assistidas positivamente pela PM enquanto estavam no hospital. Uma das mulheres entrevistadas foi parar no CTI (Centro de Tratamento Intensivo) após o parto do filho devido à extrema condição que se encontrava, afirmando ter sido o pior dia de sua vida, descaracterizando a construção sobre o sublime momento do parto, produzido para o enaltecimento da mulher-mãe.

Por outro lado, conversamos com uma interna que afirmou que “seu parto foi ótimo e o médico maravilhoso. Teve que ficar duas semanas antes do parto no hospital porque estava com anemia. *‘Tive um parto de princesa, não fui algemada e fui super bem cuidada pela equipe médica e pelas policiais que quiseram assistir meu parto’*. Fala sobre o médico com muito carinho e lhe é muito grata.” Laís Patrícia, 23 anos, é representante de uma história que se repete na vida de muitas pessoas que passaram a maior parte dela tuteladas e custodiadas em abrigos e estabelecimentos sócio-educativos. As perdas são muito significativas, como no caso de Laís Patrícia.

Ao perceber o enorme aviltamento que as pessoas em privação de liberdade são deixadas, e embora já tenha ouvido diversas histórias absurdas e inimagináveis, ainda me choco com esse sistema e com suas perversidades. A história de Laís Patrícia me remeteu a uma história roubada, ou seja, uma história de alguém que viveu todo o tempo tutelada e que

não conseguiu mudar este paradigma sendo presa, com uma pena alta, apesar de primária, na qual passará uma grande parte de sua existência custodiada.

Assim como os escravos, as pessoas em situação de chamada vulnerabilidade social que ocupam as cadeias do país, são amarradas pelos pés e mãos, mesmo estando impossibilitadas de fugir pela escolta policial e pelas dores decorrentes do parto. Ainda assim, essa situação não é comentada, sendo tida muitas vezes pelas mulheres que passam por isso como corriqueiro, já que estão presas, e presas são tratadas assim...

3.2 Os atravessamentos do higienismo na maternidade prisional: aprendendo a ser mãe.

Ao falarmos das mães, e dos seus sentimentos, e de não se sentirem com tal antes da prisão, ou de terem aprendido isto na cadeia, estamos nos relacionando com processos históricos de produção que transformam os pobres em incompetentes ou menos capazes de gerirem suas famílias. Isto porque estamos pautados em modelos hegemônicos de educação.

As relações que estorvem os segmentos sociais dominantes serão definidas como 'irregulares'. E é dessa maneira que passam a ser percebidas as formas de vida daqueles que discordam ou não têm condições de se adequar aos modelos hegemônicos, como ocorre com a população pobre. A prática política desqualifica as formas de vida produzidas em contextos sociais dotados e reconhecidos como cenários de exclusão social, individualizando casos que se repetem massivamente, eximindo-se o poder público da responsabilidade maior de ter determinado não só as condições de pobreza, mas também as alternativas a ela (Scheinvar, 2002, p. 85).

Isto significa que casos que se repetem são sempre tratados como particulares e como individuais apesar da sua repetição. Portanto, na cadeia é preciso massificar para particularizar, pois é através do ordenamento de condutas gerais que se formam e moldam as condutas particulares. Assim, regras gerais para todas as mulheres que ocupam as cadeias enquanto mães são passadas e cumpridas a fim de apurar e tratar alguma "má conduta" individual, a ponto de a mulher acreditar que precisa e deve corresponder a um modelo geral e que por questões particulares não consegue segui-lo, ou seja, desempenhar a maternidade completamente. Este é o exemplo de Daffiny, citado a pouco; porém, como ela, muitas outras têm o mesmo relato.

Em nossas entrevistas, escutamos frases ditas pelas mulheres presas que evocam o estranhamento da maternidade e sua apreensão em relação à prisão; como se neste ambiente, através de suas normas e privadas de suas famílias, tivessem aprendido e criado o gosto de serem mães, considerando a maternidade como algo pré determinado, que não conseguiam atingir antes da prisão.

A eficiência da produção da subjetividade "pobre-negligente", faz com que, através de uma veiculação massiva pelas classes dominantes, seja considerada cada vez mais essa 'natureza incompetente', fortalecida até mesmo pelos pobres (Ayres, 2002, p. 112).

Neste sentido, a maioria das mães apontam a prisão como uma grande escola, na qual aprenderam a cuidar e dar valor aos filhos.

“Na rua muitas não sabem o que é sentir maternidade. Muitas teriam consciência se passassem pela prisão.” (Daffiny, 21 anos) reforça que é preciso passar pela prisão para ser mãe de forma adequada, para se ter consciência da maternidade. Como se a prisão conscientizasse as pessoas de maneira positiva, enobrecesse esta mulher que se transforma em mãe ao passar por ela.

“Ser mãe lá fora é melhor. Pelo ambiente aqui dentro é que eu vi o que é realmente ser mãe. Até mesmo porque antes meu filho me pedia atenção e eu não dava, agora eu quero e não posso.” (Carla, 23 anos). Depois da prisão, ou melhor, após provar o amargo período de aprisionamento e restrição, a mulher se dá conta do que perdeu e o que precisa recuperar. A privação de liberdade, além de toda disciplina inculcada na prisão, faz com que muitas coisas se transformem na vida desta mulher que precisou estar em outro ambiente para entender o sentido da maternidade. Vale lembrar que este sentido só é entendido e programado nesta situação peculiar.

“No começo não aceitei a gravidez porque era fruto de um relacionamento fora do casamento e porque meu filho mais velho era muito pequeno. Fiquei doida, aqui¹⁴ (grifos meus). É que eu fui pegando amor. Fui paparicada e fui mudando.” (Amanda, 23 anos). Para ela a cadeia foi um lugar onde foi paparicada, e assim aprendeu a amar. Assim, foi mudando a ponto de se sentir mãe e cuidar do seu filho apesar de todos os entraves desta gravidez não planejada. Neste caso pode-se perceber o quanto é forte o “adestramento” destas mulheres

¹⁴ Referindo-se à cadeia.

neste lugar. *“Aprendi muito estando presa. Quem não tem filho e família é indiferente, mas quem tem, sofre muito (...). Fico encantada com a educação do meu filho mais velho, mas não sei se seria a mesma coisa se eu estivesse lá fora”*.

Neste relato, Amanda reacende o discurso da incompetência, pois apesar de se sentir mais preparada, não tem segurança de que seu filho mais velho sob seus cuidados teria a mesma sorte. Neste sentido podemos abrir esta discussão de duas maneiras: Amanda pode ter se sentido mais segura porque aprendeu a amar o filho que teve no período de aprisionamento, mas não conseguiu exercitar esse tipo de maternidade com o que teve fora da prisão; por outro lado, também se pode pensar que a falsa ilusão de se ter seguido um determinado modelo esperado cai por terra quando esta mulher se vê fora das condições e do ambiente que a forjaram para se sentir e comportar de determinada maneira.

“Antes dessa gravidez eu não sabia o que era ser mãe, depois de ter tido meu filho na cadeia aprendi, acho que Deus me colocou aqui para eu aprender...” (Débora Monique, 32 anos).

Para Débora Monique, a cadeia serviu como um ensinamento e ao mesmo tempo como um castigo, pois relaciona sua prisão com uma vontade divina, como uma etapa ao seu aprendizado. Sabe-se que prisão e religião são instâncias fortemente ligadas, na medida em que pulverizam valores e normalizam as condutas. Portanto, não foi à toa que os primeiros presídios femininos foram associados às freiras, que ensinavam as presas os valores cristãos, para que através deles obtivessem a redenção de seus pecados e se desligassem do mundo do crime.

A religião na prisão é relatada com muito respeito, e muitas se sentem curadas do vício das drogas ou do hábito dos crimes – pois assim os consideram na medida em que particularizam sua conduta – quando se sentem contempladas em alguma religião.

A religião e a ideia do castigo e da redenção são tão fortes e importantes que um dos motivos para se perdoar a dívida com tráfico – seja com a ligação a uma facção ou a dívida com as drogas – é o fato de se ter entrado em alguma religião na cadeia. A partir deste momento, tal qual se entra na UMI e se transforma em humana, quando se aceita uma religião e a segue, se torna cristã, portanto livre dos valores mundanos e das ligações ilícitas.

Débora Monique, assim como as outras entrevistadas citadas anteriormente, acredita que não sabia ser mãe antes da prisão e que ali aprendeu. Completa esta afirmação dizendo:

“*Eu só tive eles, mas na verdade eu não cuidei deles*”. A partir desta fala observa-se que há independência entre a maternidade biológica e a reconhecida como maternidade emocional, isto é, ter filhos é diferente de ser mãe; para ser mãe, segundo os valores encontrados nas entrevistas, é cuidar de uma determinada maneira; é acompanhar a educação; é amar e estar perto; o que faz com que o fato de ter filhos esteja desconectado ao de exercer a maternidade. Maternidade esta que tem uma prescrição para ser considerada correta e aceita. Portanto, Débora Monique só se sente mãe no momento em que foi presa, assim como as demais entrevistadas citadas até o momento, não se questionando se o que chamam de aprendizado na verdade não é uma prescrição, um modelo que lhes foi empurrado e que lhes rendeu melhor tratamento e sensação de nobreza, ou até mesmo, única condição para permanecerem com seus filhos na UMI.

“Quando eu era nova eu não me sentia mãe, só agora. Dos dois primeiros filhos, minha mãe que cuidava, mas agora, quando eu sair vou querer ser mãe. Vai ser difícil, terei que conquistá-los (...). A época que estive na UMI foi o melhor momento da minha vida, foram seis meses nesses 32 anos; fui tratada como humana e não faltou nada para o meu filho; nesse tempo aprendi a ser mãe, a cuidar, a proteger, a estar perto. Ser mãe é você não trocar aquele momento por nada. Uma criança longe da mãe se sente triste, é vergonhoso (grifos meus), a mãe tem que estar presente (...) Talvez se eu não tivesse sido presa eu não teria aprendido, agora eu aprendi.” (Débora Monique, 32 anos).

Débora Monique sente que seu tempo de ser mãe chegou na cadeia, e quando sair dela pretende recuperar o tempo em que “não foi mãe”. Reconhece que enquanto esteve na UMI teve os seis melhores meses de sua vida, pois se deparou com uma condição de prazer em estar com seu filho, ao mesmo tempo em que se sentiu humana com o tratamento recebido, assim como recebeu a assistência necessária para o filho, fato relatado frequentemente pelas mulheres que, fora da cadeia, não receberam o amparo do Estado na gravidez anterior.

Diante da ineficiência de uma política pública voltada para a promoção social do sujeito, o atendimento à família pobre vem se revestindo de cunho assistencial e tutelar, onde seus membros são tratados não como sujeito de direitos, mas como receptores da caridade e esmolas (Ayres, 2002, p. 119).

Pode-se perceber que a prisão é, para muitas pessoas, uma possibilidade de acesso a serviços que não tinham anteriormente. O modelo tutelar encontra seu ápice no contexto prisional, que transformam estes direitos em favores ou benefícios. Houve uma interna que considerou a “estadia” na prisão como um momento bom por um lado, pois teve acesso a exames médicos, à alimentação e a tratamento; direitos estes que não conseguiria se não estivesse presa.

Na pesquisa realizada durante o período de graduação, ouvi muitas mulheres dizendo que para muitas pessoas a prisão serve como abrigo, pois se estivessem fora dela, estariam na rua sem o que comer, e que lá dentro estão amparadas.

É revoltante como este desamparo pode ser tão recorrente a ponto de ser melhor ficar tutelado e isolado em uma prisão para se ter acesso aos direitos que deveriam ser atendidos sem que se precisasse chegar ao extremo caso de ser aprisionado. Ou seja, se ganha um direito na medida em que se perde a liberdade.

Desta forma, o acesso a determinados serviços disponíveis, ainda que precariamente, na prisão, são vistos como benefícios e alcance de direitos que não possuíam nas ruas. Para ilustrar a naturalização destes “benefícios”, podemos citar frases comumente ditas pelos que estão fora da prisão, como “lá na cadeia eles têm tudo, abrigo, comida, médico, até escola, são mais bem tratados que muita gente”. Eles referem-se à cadeia como um lugar privilegiado por ser tutelado pelo Estado.

Débora Monique também relata a lista dos requisitos maternos e se sente enquadrada neles. Muitas destas mulheres também seguem estes preceitos ensinados na prisão, pois através disso são tratadas de forma diferenciada, ficam importantes, ganham um novo estatuto, são valorizadas e até consideradas humanas.

O fato de não trocar o filho por nada nos remete às mães higiênicas, sempre vigilantes, conforme descreve Badinter, que aponta para a ilimitada vigilância da mãe sobre a criança: “Não há hora do dia ou da noite em que a mãe não cuide carinhosamente de seu filho” (Badinter, 1985, p. 209).

Débora Monique relata como vergonhoso o fato de estar longe do filho. Esta situação é comumente encontrada no contexto prisional, no qual muitas mães não contam para os filhos onde estão, ou geralmente dizem que estão trabalhando ou viajando, e que um dia sairão de lá. Não é raro quando as crianças crescem perceberem que as mães estão presas e as

questionarem, o que causa grande sofrimento a estas mulheres e embaraço para justificarem esta situação.

Ao final, Débora Monique afirma que aprendeu a lição: agora sabe ser mãe, agora está apta.

Por outro lado, há posicionamentos mais críticos acerca desta condição da maternidade na prisão, como é o caso de Bárbara:

“Lá fora se o filho passa mal, você não depende, pode passar a mão no teu filho e levar. Aqui você não faz o que quer com o filho. Se eu tivesse na rua, ela já teria tomado água de coco. Você fica restrita em relação a isso. Você fica mais apegada a criança. O mundo dela sou eu e o meu mundo é ela, mas estou curtindo ao máximo. A única filha que estou curtindo integralmente é ela, acho que é porque estou mais velha.” (Bárbara, 37 anos).

Bárbara atribui o fato de estar curtindo a filha à idade, ao amadurecimento, e se queixa das restrições que a cadeia lhe impõe nos cuidados com a filha, se sentindo mais independente quando foi mãe fora da prisão. Por outro lado, reconhece que está mais apegada a esta filha, e que foi a única que curtiu integralmente, talvez porque esta seja uma condição, neste contexto em que está. Ou seja, estar o tempo todo acompanhando a prole. Por outro lado Bárbara diz que “a cadeia serviu para lhe ensinar a ter paciência e limites, o que não tinha na rua”, demonstrando que apesar das críticas, aprendeu algo com a prisão que lhe serviu de alguma forma. Isto é, sempre vemos algo que se aprende, que se transforma no contexto prisional, e que neste caso não foi a maternidade, mas a maturidade, característica também ligada ao conceito de maternidade vigente.

Kellyane “acredita que seu período na UMI foi bom por ter ficado perto da filha, porém considera ruim ter que respeitar às guardas o tempo todo.” *“Ser mãe presa é bom, mas em alguns momentos é difícil”*. Ou seja, considera ter sido bom estar perto da filha, porém teve dificuldade em se adaptar às prescrições a que deveria se submeter para estar ali e ser considerada uma presa de bom comportamento.

Desta forma, a partir destes relatos, se vê como a cadeia, de forma geral, atinge de maneira hegemônica, ou melhor, massifica e regulariza os comportamentos, senão os discursos, entendendo que se deve relativizar as respostas na medida em que se considerar que foram formuladas para as psicólogas pesquisadoras, o que gera uma expectativa e um tipo de resposta padrão a partir do que se entende como aceito socialmente, pois se sabe que na

prisão tudo pode ser usado contra o preso, o que aumentaria sua pena. O que quero dizer é que, de forma geral, se percebe a UMI como um lugar onde se aprende a ser mãe e se considera esse aprendizado positivo, um ganho, algo engrandecedor, uma descoberta de novos e aceitáveis valores; isto pode ser observado na maior parte dos discursos citados.

Na cadeia, esta mulher foi produzida para corresponder ao cenário familiar higiênico, em que a mãe é zelosa e responsável pela educação dos filhos. Neste lugar conta-se com a coerção do agente penitenciário e a instrução dos especialistas – pediatra, assistente social e psicólogo – para orientarem a melhor maneira de cuidar de seus filhos. “Aqueles que, porventura, falham no percurso de sua ‘tarefa obrigação’ passam a ser culpabilizadas e diretamente tuteladas pelo Estado” (Ayres, 2002, p. 115).

Um exemplo disso é o caso de Michele, que “perdeu” a filha por ter tentado livrá-la de um sufocamento a sacudindo, sendo seu ato interpretado como violência.

O fato de estarem tuteladas faz delas um objeto das decisões estatais, que devem obedecer sem maiores questionamentos. Estar presa já indica muitas mudanças e regras a se enquadrar; estar grávida e ser mãe na prisão, ainda mais. O que devemos questionar, além da naturalização do aprendizado da maternidade na prisão, são as outras mudanças e aprendizados que essas mulheres consideram como algo bom que ganharam. Conseguem retirar da cadeia o que a ela se propôs: ensinar. Ainda que não sigam as determinações quando forem soltas, por um momento, ainda quando estavam dentro, consideraram ter aprendido alguma coisa, como ter paciência; ser educada; ter disciplina; a dar valor às coisas que tinham na rua; a sobreviver com pouco, entre outras.

Assim, vemos a prisão cumprir seu papel, o que se propõe: enquadrar e ensinar. Entretanto, embora esses efeitos não perdurem na vida em liberdade, já serviram em algum momento para dar a impressão que modificou quem passou por ela. Para adequar-se ao sistema é preciso que se tenha inculcido o para quê dela, ou melhor, que se tenha entendido sua mensagem, e para essas mulheres a mensagem parece ter sido o aprendizado pela dor.

Ainda na graduação, na minha pesquisa sobre motivações pessoais para o crime, ouvi muitas mulheres dizendo que “*a cadeia ensina, mas só aprende quem quer*”. O que significa que, embora haja uma necessidade de enquadramento e até de aprendizado para a sobrevivência neste ambiente, há também a abertura para que cada uma escolha até onde aprender. Esta frase primorosa das detentas da época nos deixa a certeza das escolhas, dos

encontros, da resistência, pois se há algo que não se pode tirar do outro é a escolha, assim nos diz Foucault (1994): “onde há poder, há resistência”. Isto significa dizer que o poder só se exerce sobre os “sujeitos livres”, e enquanto são “livres”, aqueles que têm diante de si um campo de possibilidade, pois as relações de poder dependem de uma brecha, de um limite para o escape.

A liberdade, por sua condição ontológica, é insubmissa. Diz sempre não às forças que procuram, senão aprisioná-la, formatá-la e controlá-la. E o faz de modo que é necessariamente, em condições fora do terror e do constrangimento, o de um afrontamento contínuo. A liberdade somente pode se externar em um espaço público no qual estejam garantidas as condições mínimas para seu exercício, e estas somente podem ser dadas num ambiente explícito de tolerância político-social ao exercício da liberdade (Castelo Branco, 2001).

Logo, este aprendizado e esta maneira de reproduzi-lo só podem ser entendidos no contexto em que estão circunscritos, denotando a territorialidade para seu acontecimento. Desta forma, neste lugar e deste lugar de presa, elas dizem ter aprendido algo com o horror de tudo isso, e parecem ter conseguido se adequar, ainda que por seis meses¹⁵, à dinâmica do local. Foram mães higiênicas enquanto estiveram ali sob os olhares atentos do grupo dirigente.

3.3 A separação:

“Não dá pé, não tem pé nem cabeça
 Não tem ninguém que mereça, não tem coração que esqueça
 Não tem jeito mesmo
 Não tem dó no peito, não tem nem talvez

Ter feito o que você me fez, desapareça
 Cresça e desapareça
 Não tem dó no peito, não tem jeito
 Não tem ninguém que mereça, não tem coração que esqueça

Não tem pé, não tem cabeça
 Não dá pé, não é direito
 Não foi nada, eu não fiz nada disso e você fez um bicho de sete cabeças”

(Zé Ramalho- Bicho de sete cabeças)

¹⁵ Atentar-se quer no momento da pesquisa, que o tempo mínimo de permanência da mãe com o filho era de seis meses e não de dois anos como atualmente.

O momento da separação entre mães e filhos é sempre relatado como um momento doloroso, mas necessário. Antes deste dia, é necessário que ocorra preliminares, como a introdução de alimentos pastosos e gradual desmame; decisão sobre quem ficará com a criança enquanto a mãe cumpre pena e preparação desta mãe com seu filho para esse momento.

A escolha sobre quem ficará com a criança parece ser a mais difícil, pois fica no ar a incerteza sobre a visita futura deste filho e a recuperação dele após a liberdade. Além do medo de perder o filho para a adoção, caso este tenha que ficar em um abrigo.

Muitas mulheres se queixam dos familiares que não trazem seus filhos para a visita; outras daqueles que ameaçam ficar com a guarda de seus filhos já no período de liberdade.

Para as estrangeiras, a situação é ainda pior, sem a família por perto, são obrigadas a deixar seus filhos em um país estranho, com uma cultura diferente, no seio de uma família que conhece pouco- que seria a “família acolhedora”- ou em um abrigo. Durante as entrevistas, percebeu-se uma maior simpatia das estrangeiras pela família acolhedora, enquanto a desconfiança nos abrigos foi unânime entre estrangeiras e brasileiras. Por outro lado, as brasileiras também não confiam nas “famílias acolhedoras”.

Ao optar pela “família acolhedora”, a mulher recebe visita de seus filhos uma vez por semana, além de ter o acompanhamento do serviço social a respeito desta família. Porém, algo de muito estranho acontece após a guarda passar para a nova família: se antes, na UMI a mãe era a maior e única responsável por seu filho, agora, com a “família acolhedora”, ao receber a visita, a nova família torna-se a maior autoridade sobre a criança em todos os sentidos. A visita é vigiada pela “família acolhedora” e tem tempo determinado para ocorrer. Ou seja, de uma hora para a outra se perde o “poder” sobre o filho, este passa a ser responsabilidade da nova família, que agora precisa estar junto com essa mãe no momento da visita, não podendo deixá-los a sós.

Este fato é extremamente curioso, pois a prerrogativa da maternidade é perdida no momento em que o filho sai da prisão, então se volta a *ser presa*.

Essas entidades, ainda através de seus estabelecimentos asilares, reforçam as rupturas dos vínculos familiares na medida em que a relação instituída entre mães e

filhos se dá de forma vertical e autoritária, desconsiderando a dinâmica de vida das genitoras ao estabelecer normas e critérios de visitação (Ayres, 2002, p. 120).

Ao fragilizar estes laços, podemos intuir a produção da mãe incapaz e, portanto, nociva ao filho, que deve ter seu encontro vigiado pela “família acolhedora”, aquela “escolhida pelo Estado” como melhor cuidadora para a criança, tal qual o abrigo, que no momento que a mãe está presa, a substitui.

Isto acontece com aquelas mães que não possuem familiares disponíveis para dar conta de seus filhos, ademais de seu aprisionamento. Estas mulheres são as que se mostram mais angustiadas no momento da entrevista, relatam o medo de não saberem como ficarão seus filhos, além do medo de perdê-los. Tudo acontece de forma muito intensa, pois se passa de um pólo ao outro muito rapidamente. Uma hora se deve comportar como a mãe zelosa e higiênica, depois, como aquela que não tem a guarda sobre o filho e, portanto, deve abster-se de opinião.

É possível perceber uma Justiça voltada para a infância que, através de seu aparato institucional, vai produzindo um processo de desqualificação das formas de vida das famílias pobres, reforçando a produção de subjetividades incompetentes, de famílias incapazes de solucionar seus problemas e ao mesmo tempo ampliando os espaços de assistência especializados, dos discursos competentes e das práticas de moralização e culpabilização (Bulcão et. alli. Nascimento, 2002, p. 58).

A desqualificação repentina e a mudança de tratamento são relatadas como períodos confusos e difíceis, porém necessários, visto que não há com ou contra que lutar; se está em uma situação limite, onde o Estado traça os destinos, toma as rédeas da vida.

A vontade de sair o quanto antes do aprisionamento e a culpa por estar submetendo o filho às condições prisionais servem como um alento no momento da separação. As mulheres se conformam com o fato de terem que se separar, pelo bem da criança e pela necessidade de adiantar seu processo, seu período de condenação, necessitando remir sua pena no presídio feminino comum.

“As internas ficam mal com o tempo de só seis meses, mas tem que ver o lado da criança.” (Daffyny, 21 anos).

Nesta e em outras inúmeras falas, vemos a bela abnegação da maternidade aprendida na cadeia.

“Nos seis meses que estive com meu filho sofri desde o início pensando na separação. Quando ele foi embora eu ainda estava amamentando (...). Antes eu não tinha tido nenhuma visita, mas quando percebi que meu filho poderia ser mandado para um abrigo, pedi ajuda para minha família” (Débora Monique, 32 anos).

Débora Monique expõe o medo de colocar seu filho em um abrigo. Além das más condições que são relatadas nos abrigos, as mulheres também temem a perda dos seus filhos, pois após dois anos abrigados, os filhos seguem para a adoção.

“Prefiro que minha filha fique com minha família, porque assim eu sei com quem está o que está acontecendo. Lá (no abrigo), eles podem doar minha filha e eu nem saber...”

Vê-se a desconfiança e a vulnerabilidade em relação ao Estado e ao destino de seus filhos. Por esse motivo opta-se muitas vezes por reatar antigos laços familiares - muitas vezes já rompidos antes do aprisionamento- para se ter maior autonomia e contato com o filho. Embora, em grande parte, a família não consiga dar prosseguimento às visitas por causa da distância e da dificuldade em conseguir dinheiro para realizá-las.

As relações ganham novos contornos e se revestem de novos significados. A prisão e seus desdobramentos delineiam novos caminhos na vida da mulher que passa por ela. As relações familiares tomam rumos emergenciais, na medida em que se necessita encontrar soluções rápidas, que podem delinear muitas opções futuras, quando em liberdade.

A vulnerabilidade e o fato de se estar frequentemente em um fio de navalha transformam o aprisionamento e a maternidade em um período longo e tenso, em uma ameaça constante.

Ser mãe e estar presa é estar duplamente ameaçada, pois além da sua própria vida, a mulher vive a ameaça na vida de seu filho, através da incerteza sobre o seu futuro.

“Quando meu filho foi embora, tentei não chorar, ele também não chorou, foi embora quietinho, pois a dor de um filho é a dor de uma mãe.” (Débora Monique), se referindo ao momento da separação.

ENTREVISTADA	IDADE	ESCOLARIDADE	UNIDADE	DELITO	FILHOS
Michele	24	EF incompleto	Nelson Hungria	Tráfico de drogas	2 filhos (1 ano e 4 meses e 5 anos)
Bárbara	37	ES incompleto	Talavera Bruce	Uso de cheques e cartões de crédito falsos	3 filhos (4 meses, 4 e 16 anos)
Anne	24	EM completo	Talavera Bruce	Tráfico de drogas	2 filhas (1 ano e 7 meses e 6 anos)
Daffyny	21	Daffyny	Talavera Bruce	Associação ao tráfico	1 filho
Débora Monique	32	EF incompleto	Talavera Bruce	Tráfico de drogas	3 filhos (um bebê, 12 e 14 anos)
Amanda	23	EF incompleto	Talavera Bruce	Tráfico de drogas	2 filhos
Laís Patrícia	23	EF incompleto	Nelson Hungria	Tráfico de drogas	1 filho
Carla	23	EF incompleto	Talavera Bruce	Furto	2 filhos (6 meses e 10 anos)
Kellyane	32	EF incompleto	Talavera Bruce	Furto	4 filhos (2, 3, 14 e 15 anos)
Roberta	22	EF incompleto	UMI	Furto	1 filha (18 dias)
Kátia Mara	26	EM completo	Talavera Bruce	Escuta telefônica (Tráfico de drogas)	3 filhos (2, 7 e 9 anos)

TABELA I – Principais dados das entrevistadas

CAPÍTULO IV: CONSIDERAÇÕES FINAIS

“As mulheres pedintes perdidas
 Que já quase loucas
 Dividem o frio das noites com as drags
 As mães descarregues
 Meninas sangrando na boca
 E no meio das pernas
 No meio da noite tomando cacete
 Sem dente e sem leite
 Quero respeitos humanos
 Direitos fazendo pensar
 Os pilares de uma nova era
 Que não seja quimera”
 (Ana Carolina / Antônio Villeroy- Nada te faltará)

Esta é a parte mais difícil do trabalho: concluir algo que se considera inacabado, uma luta constante, um fazer permanente. Este trabalho me trouxe muitas reflexões e muitos aprendizados, aos quais pretendo dar continuidade.

Primeiramente foi um desafio estar na UFF, uma universidade com a qual eu não tinha nenhuma proximidade anterior ao mestrado, tanto geograficamente – por se situar em Niterói, sendo eu de outra cidade – como em relação aos autores estudados. O que fez dessa trajetória um desafio do qual pensei poucas vezes em desistir, pois tinha muita vontade de conhecer este universo pouco habitado que é a prisão feminina, principalmente a UMI, um estabelecimento tão peculiar que me instigava a continuar. A força deste trabalho está no desejo de conhecer, de incluir, de participar deste mundo tão perverso, estranho e, por vezes, fantástico, pois está tão longe e tão próximo de todos nós.

No início a pesquisa estava pautada em uma continuidade do meu trabalho monográfico e no meu estágio de graduação, no qual conheci pessoas, especialmente mulheres, com as quais aprendi muitas coisas. Estar trabalhando em uma prisão feminina me trouxe todos os encantos e dificuldades, e hoje posso concluir certamente que não é um lugar provocador de tanta aversão, como muitos me afirmaram no início, mas um lugar de estranhamentos. As mulheres, diferentemente dos homens presos, gritam, falam, reivindicam, e isto pode em um primeiro momento assustar aqueles que estão acostumados com os homens, que procuram não ser muito vistos para saírem o mais rápido possível daquele lugar.

No início da pesquisa, ao topar com a impossibilidade de fazer as entrevistas com as mulheres em liberdade condicional, porque para isso seria necessário o aval da SEAP para que o trabalho fosse publicado, senti, no mínimo, revolta. Entretanto, minha maior indignação não era o fato de não poder dar continuidade ao meu trabalho como planejava, mas perceber a vulnerabilidade daqueles que se encontram como devedores do Estado, aqueles que estão marcados após a prisão.

Ver que estas mulheres continuavam aprisionadas mesmo fora das prisões, não podendo nem mesmo responder a uma pesquisa, me causou muito estranhamento e revolta. A sensação de impotência diante disso me fez pensar em desistir, pois pensei por um momento que trabalhar com esse público não serviria para nada, não mudaria nada. Por outro lado, tinha algo que me incentivava a continuar e a não desistir, justamente porque pensava que se desistisse seria mais uma forma de esquecimento deste segmento já tão abandonado pelas ditas políticas públicas. Portanto, encarei meu trabalho como uma forma de dar visibilidade a estas situações e provocar aqueles que o lerem, a fim de perceber algumas das artimanhas do controle, que nos breca, nos enfraquece, justamente para que tudo permaneça como está.

Dando-me conta desta armadilha muito usada no contexto prisional, ou seja, provocar a desistência pela dificuldade de se alcançar algo considerado ameaçador, resolvi explorar outro ponto dos tantos que podem ser explorados no universo da prisão feminina. Encontrar um ponto interessante e de tensão foi difícil devido à infinidade de questões interessantes que se apresentavam. Neste momento talvez seja interessante questionar por que são tão poucos os trabalhos que lidam com as prisões femininas, considerando a relevância do tema e a infinidade de questões que deveriam ser mais bem trabalhadas, a fim de dar mais visibilidade a elas.

Após este passo, veio a construção do tema e a dificuldade de tratar de um assunto com o qual não tinha muita afinidade, como a maternidade. Entretanto, por se tratar da maternidade no contexto prisional, isto é, a maternidade em um contexto diferente e intrigante, isto provocou minha curiosidade e vontade de explorar esse universo.

O que mais me surpreendeu neste trabalho, além de toda a vulnerabilidade que as mães presas se encontram, foi o momento do parto. Pensar em um parto nas condições em que se encontram aquelas mulheres me remeteu a um período, que percebo hoje como não muito distante: a escravidão.

Apesar de perceber que, ainda que na prisão, essas mulheres têm possibilidades de liberdade e linhas de fuga, o momento do parto pode ser comparado a um momento onde não há qualquer tipo de liberdade, onde a possibilidade é muito restrita e a mulher, muitas vezes, está completamente entregue. Trata-se de um momento assustador e apavorante, em que a mulher está sozinha, sem aliados e tratada como alguém que não merece cuidados. A redução do ser humano a lixo. Tudo isto causou profunda revolta.

Após essa fase, a mulher se depara com um tratamento, dito humanizador, que restringe, marca e confina. A prisão para as mães é um lugar onde o controle e a disciplina imperam de forma tão maciça, que provocam na mulher um “ensinamento”, ou seja, ela sente que tudo o que passou foi extremamente necessário e que aprendeu a ser mãe dentro dos moldes esperados.

Embora devamos relativizar o que foi dito nas entrevistas, no momento e lugar onde se encontravam e para quem diziam, é importante percebermos quanto de crença essas mulheres tinham no que diziam. Ou seja, até que ponto percebem e sentem que realmente lhes foi ensinado a maneira correta da maternidade, e o que levarão consigo ao saírem da prisão.

A maternidade aprendida com a dor e com a ausência é uma das lições que a prisão ensina. Embora não considere que este objetivo seja alcançado, esta foi uma frase muito falada nas entrevistas, o que me causou grande estranhamento. Por outro lado, a lição passada com o cuidado constante da mãe para com o filho, também provocam alguns questionamentos.

Esse trabalho foi uma construção como pessoa e pesquisadora. Foram muitos os tropeços, as dificuldades, as provocações e a indignação. Porém, entendo essa revolta como um sentimento construtivo que me impulsionou. Estar neste ambiente foi um encontro positivo na medida em que me trouxe alegrias, expansão, vontade de mudança. Embora fosse um lugar triste, não me senti apática e sem potência de ação.

Portanto, vejo meu trabalho como um primeiro passo, como algo importante para os seguintes e espero que sirva para aqueles que se interessarem pelos temas que trabalhei e que são tão pouco visibilizados. Se a mulher presa, já é um tema escasso, a mulher que é mãe na prisão, é ainda mais; por isso, a importância deste estudo inicial, que necessita de mais amostras, mais pesquisas e mais políticas efetivamente públicas voltadas para esse segmento.

Este trabalho é muito mais o início do que o fim de uma caminhada. Minha conclusão é, na verdade, a constatação da necessidade de continuar questionando as práticas naturalizadas e produzir pesquisas que sirvam, de fato, como armas que potencializem o estranhamento das forças que atravessam nossa sociedade e cada um de nós, bem como a construção de novos mundos.

Não se trata de uma tarefa fácil a da construção de novas realidades, mas de um grande desafio. É urgente que não aceitemos as coisas como elas estão para que possamos, juntos inventar outras maneiras de estar neste mundo. Se tudo é construção, produção ininterrupta, então podemos forjar outras maneiras de viver, de amar, de sentir, de sonhar etc.

A pesquisa é fruto de nossa indignação e de anseios pela construção de um mundo diferente. Sabe-se que o trabalho possui limitações, e que ainda há pouca familiarização com o universo da pesquisa acadêmica. No entanto, é preciso que se diga que esta pesquisa foi um sonho, e que hoje vemos em parte realizado. Insistimos em continuar questionando, e ao mesmo tempo realizando nossas utopias em nosso cotidiano micropolítico.

Como diz a letra da canção cantada por Maria Bethania:

Sonhar mais um sonho impossível
Lutar quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é vender
Sofrer a tortura implacável
Romper a incabível prisão
Voar num limite improvável
Tocar o inacessível chão
É minha lei, é minha questão
Virar este mundo, cravar este chão
Não me importa saber
Se é terrível demais
Quantas guerras terei que vencer
Por um pouco de paz
E amanhã se esse chão que eu beijei
For meu leito e perdão
Vou saber que valeu

*Delirar e morrer de paixão
E assim, seja lá como for
Vai ter fim a infinita aflição
E o mundo vai ver uma flor
Brotar do impossível chão* ¹⁶

Ou, então, como escreve o poeta Manuel de Barros:

*A maior riqueza do homem
é a sua incompletude.
Nesse ponto sou abastado.
Palavras que me aceitam como
sou - eu não aceito.
Não aguento ser apenas um
sujeito que abre
portas, que puxa válvulas,
que olha o relógio, que
compra pão às 6 horas da tarde,
que vai lá fora,
que aponta lápis,
que vê a uva etc. etc.
Perdoai
Mas eu preciso ser Outros.
Eu penso renovar o homem
usando borboletas.*

¹⁶ Composição de J.Darion, M.Leigh, Ruy Guerra.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: JZE, 2005.

BRASIL. Decreto-Lei nº 11942/09, de 30 de julho de 2009. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Revista do observatório Brasil da igualdade de gênero. 1º Impressão. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2009

BUGLIONE, S. *A face feminina da execução penal*. In: Direito & Justiça Revista da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Vol. 19, ano XX, 1998.

BULCÃO, I. *O Estado Protetor e a “Proteção por Proximidade”* 52-60. In: **PIVETES: a produção de infâncias desiguais**. Maria Lívia do NASCIMENTO (organizadora). Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Oficina do autor, 2002.

CASTELO BRANCO, G. *As resistências ao poder em Michel Foucault*. In: Trans/Form/Ação vol.24 no.1. Unesp, Departamento de Filosofia da FFC. São Paulo, 2001

COIMBRA, C. Ayres, L. Nascimento, M (orgs). **PIVETES: Encontros entre a Psicologia e o Judiciário**. Curitiba: Juruá, 2009

COIMBRA, C. **Modalidades de aprisionamento: processos de subjetivação contemporâneos e poder punitivo**. Rio de Janeiro, 2009. Mimeografia

DAHMER, T. **“O guarda espera um tempo bom”**. *As relações de Custódia e o Ofício dos Inspetores Penitenciários*. Tese de Doutorado em Serviço Social. UFRJ. Rio de Janeiro. 2006

DELEUZE, G. *Post- Scriptum Sobre a Sociedade de Controle*. **Conversações: 1972- 1990**. Rio de Janeiro. Ed 34, 1992.

DONZELOT, J. *A Polícia das famílias*. 2ª ed., vol.9, Rio de Janeiro: Graal, 1986;

FONSECA, F. D. *Produção de subjetividade e Realidade Social – Clínica e política. A Expressão da Clínica e uma Clínica da Expressão*. UFF. Rio de Janeiro, 2008. Mimeografia

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 35 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Edições Lyola, São Paulo, Brasil, 1996. 19ª edição: outubro de 2009.

GUATTARI, F., Rolnik, S, *Micropolíticas: cartografias da desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986

GOFFMAN, E. *Manicômios, Prisões e Conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

KHON, R. *A Pesquisa pelos práticos: a implicação como modo de produção dos conhecimentos*. Universidade de Paris VIII – Ciências da Educação. Tome XXXIX, Nº 377, 1985/86: 817- 826

LOURAU, R: *Análise institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ, 1995.

MURARO, R, 1932. *A Mulher no terceiro Milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2000

NASCIMENTO, M. (org). *PIVETES: a produção de infâncias desiguais*. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Oficina do autor, 2002.

PASSOS, E; Benevides, R: *Clínica, política e as modulações de capitalismo*. Revista Lugar Comum, Rio de Janeiro, ISSN 14158604, n 19-20, jan-jun. 2004

PASSOS, E; Benevides. R. *A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade*. UFF. Psicologia teoria e pesquisa. Jan-abr, vol. 16 n.1, 2000

PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

RAGO. M. *Do Cabaré as Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar: Brasil 1890/1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,

SAIDON, O e Kamkhagi, V. *Análise Institucional no Brasil; favela, hospício, escola, FUNABEM*. SAIDON, O; KAMKHAGI, V. (ORGS.) Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

SAFFIOTI, H e Bongiovani, I. *Gênero, Patriarcado e Violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. – (Coleção Brasil Urgente)

SCHEINVAR, E. *Idade e Proteção: fundamentos legais para a criminalização da criança, do adolescente e da família (pobres)*, 83-109. In: **PIVETES: a produção de infâncias desiguais**. Maria Livia do NASCIMENTO (organizadora). – Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Oficina do autor, 2002.

SOARES, B. **Prisioneiras: Vidas e Violência Atrás das Grades**. Rio de Janeiro: Garamound, 2002

SOUZA, A. *Interventar: encontros possíveis entre psicologias e juventudes*. UFF. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Niterói, Rio de Janeiro, 2009.

UNICEF. **Família brasileira fortalecida**. Brasília: UNICEF, 2007

WACQUANT, L. *As prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2001

WACQUANT, L. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____ *As duas faces do gueto*. Rio de Janeiro: Bom tempo, 2008.

BARROS, M. *A maior riqueza do homem* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por mitsue_siqueira42@hotmail.com em 23 set. 2003.